



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENHO, CULTURA E INTERATIVIDADE

ANA CLÁUDIA MOURA TEIXEIRA GUERRA

**FEIRA LIVRE: PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DE SANTO
ESTÊVÃO/BA**

FEIRA DE SANTANA
2025

ANA CLÁUDIA MOURA TEIXEIRA GUERRA

FEIRA LIVRE: PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DE SANTO ESTÊVÃO/BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, na Área de concentração de Desenho, Registro e Memória Visual, na Linha de pesquisa Estudos Interdisciplinares em Desenho, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Livia Dias de Azevedo.

FEIRA DE SANTANA
2025

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

G963f

Guerra, Ana Cláudia Moura Teixeira
Feira livre: patrimônio material e imaterial de Santo Estevão/BA / Ana
Cláudia Moura Teixeira Guerra. – 2025.
119 f.: il.

Orientadora: Livia Dias Azevedo
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Feira de
Santana, 2025.

1. Feira livre. 2. Patrimônio material e imaterial. 3. Feira livre.
4. Memória. I. Azevedo, Livia Dias, orient. II. Universidade Estadual de
Feira de Santana. III. Título.

CDU 339.177(814.22)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA CLÁUDIA MOURA TEIXEIRA GUERRA

“FEIRA LIVRE: PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DE SANTO ESTÊVÃO/BA”

Dissertação de Mestrado de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenho Cultura e Interatividade PPGDCI, na Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre.

Aprovada em 16 de junho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LIVIA DIAS DE AZEVEDO**
Data: 21/07/2025 23:46:05-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª. Dra. Livia Dias de Azevedo (Orientadora) –PPGDCI/UEFS

Documento assinado digitalmente
 **SELMA SOARES DE OLIVEIRA**
Data: 21/07/2025 23:18:21-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª. Dra. Selma Soares de Oliveira - PPGDCI/UEFS

Documento assinado digitalmente
 **ALESSANDRA OLIVEIRA TELES**
Data: 17/07/2025 11:27:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª. Dra. Alessandra Oliveira Teles - PLANTERR/UEFS

FEIRA DE SANTANA-BA

2025

*À minha mãe, meu pai (in memoriam), irmão e irmã, aos meus filhos
Júnior, Clara e Neto, ao meu amor Jailson, e aos meus compadres
Renata e Adaury.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por mais essa etapa cumprida.

A minha mãe, Helena Moura, por ter me ensinado desde pequena o valor e o amor pela educação.

Ao meu pai, Antônio Bispo (in memória), por ter me ensinado a lutar, resistir e não desistir, ele que sempre foi sindicalista, orientador e representante da agricultura familiar no município de Santo Estêvão e fora dele (Inter municipal e estadual); pessoa que sempre pensou mais no bem estar coletivo.

Ao meu irmão Jorge Moura, que sempre me incentivou, orientou e acompanhou em todas as etapas, desde a alfabetização até o nível superior.

A minha querida irmã Ariane Moura, pela escuta e incentivo, sempre acreditando que seria possível, se colocando à disposição para o que precisasse, sempre compreensiva quando fiquei ausente.

A minha querida amiga, Dra. Débora Leal, que sempre me incentivou a prosseguir nos estudos e, a cada conquista sua, compartilhava comigo e me presenteava com suas publicações como forma de dizer “*você também pode*”.

Ao amor da minha vida, meu esposo, Jailson Guerra, por todo companheirismo, paciência, doação em todos os processos (que não foram nada fáceis). Jai, sem sua ajuda, eu não teria conseguido.

Aos meus filhos: Júnior, por toda a ajuda com o manuseio das tecnologias mais avançadas, desde as inscrições e publicações nos eventos, seminários e congressos; e a Antônio Neto, tão “pequenino”, querendo viver a UEFS no próprio espaço físico ou no computador, sempre dizendo: “*Mamãe, quero ir pra UEFS*”. A minha querida filha Ana Clara, com suas habilidades e criticidade no cuidado com as imagens perante a ética e a moralidade. Por sua grande contribuição, gratidão!

Agradeço aos meus sogros, Sr. Antônio e D. Lourdes, que nunca entenderam e nem têm essa obrigação de entender porque eu estava em casa e não saía pra trabalhar como fazia todos os dias úteis da semana.

Aos amigos, compadres de veraneio e, de modo especial, a Carlos, ao qual chamava de coorientador; muitíssimo obrigada! Dentre todos, teve um casal que foi o responsável para que tudo começasse: Renata e Adaury. Sem eles, não teria feito sequer a inscrição para a seleção do Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade de Feira de

Santana (UEFS). Eles chegaram perto, colaram em mim, indo na minha casa para dizer: “*Comadre, Antônio Neto já completou dois anos, já está grande, é hora de voltar a estudar*”. Ou: “*Você disse, comadre, que tem vontade de fazer Mestrado, tem até uma ideia de projeto*”; e ainda: “*Cadê sua feira?*”. Então, acreditei, peguei lápis e caderno, e tudo começou. Durante todo o percurso nunca soltamos as nossas mãos. Palavras de comadre: “*Aqui ninguém solta as mãos de ninguém!*”. E, realmente, abaixo das proteções divinas, a união nos fortalece.

Agradeço também aos órgãos públicos, especialmente às prefeituras municipais de Santo Estêvão e de Cabaceiras do Paraguaçu, que respeitaram as leis de direito à licença para estudos em nível de mestrado e de doutorado aos funcionários efetivos, sem perdas de suas remunerações.

Obrigada aos órgãos fiscalizadores e defensores de garantias dos direitos embasados pelas leis municipais, estaduais e federais, como a APLB, sindicato dos municípios de Santo Estêvão e Cabaceiras do Paraguaçu. Deus vos abençoe grandemente! E nas pessoas de Sérgio Leite, Cristiano Rodrigues e Jovenice, estendo minha gratidão a todos(as) integrantes.

Agradeço às colegas e amigas de longas datas pelo trabalho dedicado em busca de uma Educação transformadora e significativa. E, como esperançosas e sonhadoras, compartilhamos abraços calorosos e felicitações. São elas: Leonildes Amorim, Jaqueline Alves, Alessandra, Cristina, Cíntia Jeane, Elizangela, Denise, Cristiane Cerqueira (mestra e ex-aluna) e comadre Maria Gloria Leite disposta a ajudar no que fosse possível. Fica minha gratidão!

Aos(às) companheiros(as) amigos(as): compadre Luiz Mário, Tamires Leal, Jakeline Ferreira, Renata Pereira, Jovenice, Neuciane, Jeane, Josenilda, Sandra, Jaqueline, Vanuza, Idilene, Alberto, Analice.

Obrigada a minha novinha, que fica feliz com cada conquista minha. Ariane, também acredito em você, garota de potencial.

Agradeço ao PPGDCI – UEFS, em especial a nossa turma, pela convivência saudável; deram sua grande contribuição científica durante todo o processo e, de um modo muito especial, a Manuely Correia, Denise Cerqueira e, claro, a minha comadre Renata Souza, sempre muito solícitas, atenciosas e preocupadas para que tudo ocorresse bem. Agradeço aos conselhos e amizade da professora Dorotea Bastos, ser humano incrível acrescentado na minha vida graças ao Mestrado. Agradeço a todos os santos e santas que me fez permanecer em equilíbrio diante de tantos desafios, sempre com esperança e fé de que seria possível e, assim, concluí essa dissertação de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade - PPGDCI, do departamento de Letras e Artes na Universidade

Estadual de Feira de Santana - UEFS. E aqui deixo minha contribuição, de forma científica, sobre a Santo Estêvão e sua população trabalhadora, amiga e acolhedora. Espero que tenham uma leitura agradável e prazerosa para conhecer a história e a cultura da feira livre de Santo Estêvão, a qual faz movimentar o dinheiro, sendo responsável pela maior parte da economia da cidade, atraindo cada vez mais os olhares de comerciantes para essa região e, que este trabalho também possa servir de inspiração para outras pesquisas.

Agradeço à universidade pública, gratuita e de qualidade, a Biblioteca Julieta Carteadó pelo espaço acolhedor e seu riquíssimo acervo. Ao Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade - PPGDCI pelo acolhimento; às professoras e professores de todas as disciplinas, gratidão pelo empenho, responsabilidade e respeito pelo Programa, assim oportunizou o estágio na graduação, experiência maravilhosa. Com destaque para uma professora que foi um divisor de águas, que nos deu mais segurança para definirmos o que realmente queríamos pesquisar e sua voz eco funcionando como “bússola” (fonte? quem? onde?); não tem como esquecer dela, Prof^a. Dr^a. Carla Borges de Andrade. Agradeço também à Prof^a. Dr^a. Gláucia Trinchão, à secretária Sabrina Pereira.

Um agradecimento muito especial para a coordenadora do PPGDCI e orientadora desta pesquisa, Livia Dias de Azevedo, que acompanhou e orientou desde o início, de forma equilibrada e respeitosa, sempre disposta a ajudar, participando de congressos e seminários nacionais e internacionais, enriquecendo e amadurecendo a pesquisa e o debate científico.

Muito obrigada à Banca Examinadora, composta pelas professoras Selma Soares de Oliveira e Alessandra Oliveira Teles que se propuseram a ler e dar contribuições para o desenvolvimento da pesquisa, apontando pontos relevantes e significativos, atingindo os objetivos e respondendo aos questionamentos. Gratidão por aceitarem avaliar todo o trabalho e pelas considerações feitas que contribuirão para meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

A Maria Santíssima, mãe de nosso Salvador e advogada fiel, por ser minha inspiração em sua sabedoria silenciosa (nem sempre conseguia) e observadora nos desafios da vida. Assim, me senti fortalecida para equilibrar entre os afazeres gerais e da pesquisa em todas suas etapas, com todo rigor científico, desde o momento das leituras, do trabalho de campo à escrita. Em muitos momentos pude compartilhar com minha família, que sentiu essa emoção e sensação juntinho comigo. Já em outras etapas não foi possível tal situação; gratidão por tudo e, espero que em um futuro próximo também, eu possa acompanhar seus sonhos e desejos sendo realizados com a permissão de Jesus Cristo, e que sejam realmente felizes em suas escolhas.

Agradeço ao santo Estêvão, através da fé e devoção, em que sua história é ponto de

motivação e fonte inspiradora para seguir no caminho do amor e da esperança que é o próprio Jesus Cristo. Agradeço aos que me recepcionavam, sempre com muito amor, no território da feira livre, e até presente ganhei, agradavam de todas as formas, não sabendo que o maior presente já havia recebido através de seus depoimentos e narrativas.

Agradeço a Dra. Sandra da Silva Conceição, por compartilhar comigo, todo arquivo sobre origem e formação da freguesia de Santo Estêvão de Jacuípe, material que ela juntou no Arquivo Público da Bahia em Cachoeira, fez material de limpeza e organização cronológica dos documentos; enorme contribuição para pesquisa, como evidencia que esta cidade sempre teve grande destaque na produção e comercialização de seus produtos e que só cresceu esse poder e domínio do terceiro setor. Ainda tive a honra de ser presenteada com seu livro *Santo Estêvão: nossa terra, nossas histórias*, o qual tinha acabado de sair do “forno” e foi fruto de sua dissertação de Mestrado em 2017. Gratidão, Sandra, por toda disposição, atenção e carinho a cada procura que fiz e você sempre solícita.

Sou imensamente grata aos feirantes, parceiros fundamentais, e às alunas da Educação de Jovens e Adultos - EJA, exemplos de força e dedicação, pela inestimável contribuição à pesquisa e à conquista da Associação AFEFLISE. A parceria de vocês foi crucial para o sucesso deste projeto, demonstrando a força da união e o poder transformador da educação e do trabalho conjunto. Muito obrigada pelo empenho, pela confiança e pela parceria. Graças a vocês, temos esse marco histórico com esse feito e assim teremos um futuro melhor!

Agradeço à administração do centro de abastecimento Amilton Filho; à SEOBS, na pessoa do senhor Michael; às Secretarias de Educação dos municípios em que trabalho (Santo Estêvão e Cabaceiras), em especial à Secretária de Educação Prof^a Taliane, do município de Cabaceiras do Paraguaçu, e aos secretários de Educação Jailson Assis e Paulo Bibiano, de Santo Estêvão).

Aos funcionários, “guardiões” do Arquivo Público de Cachoeira-BA, Arquivo Público de Santo Estêvão-Ba, em especial à funcionária Méu, Arquivo da Igreja Matriz de Santo Estêvão-Ba.

Muito obrigada a todos, todas e todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que esse sonho se concretizasse! Não foi fácil esse período, mas venci porque tenho um pouco das energias positivas de cada pessoa aqui e de outras tantas que não caberia neste papel. O espaço ficou pequeno. Mas, tenham certeza de que no meu coração o espaço é ilimitado, não tem fronteiras, e a velocidade de alcance é maior que o da luz. Gratidão!

*“Não se transforma a sociedade, mas, sim, as
pessoas são transformadas”.*
Ferdinand de Saussure.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a feira livre de Santo Estêvão - Ba, como patrimônio material e imaterial, e discute os impactos socioeconômicos, as emoções, sensações e as memórias dessa feira livre para as pessoas da cidade. O objetivo geral é entender o que poderá fazer a feira livre da cidade de Santo Estêvão se tornar patrimônio histórico cultural material e imaterial, e como foram construídas e representadas as imagens sobre a cidade redesenhada a partir das transferências da feira, no período de 1922 a 1990. A metodologia está pautada na abordagem qualitativa, e se utiliza do método etnográfico, que possibilita analisar a história, as memórias e as sensações sobre/na feira livre da cidade. Também faz uso da pesquisa documental, quando da análise de documentos do Arquivo Público; da iconografia e da iconologia, no estudo de fotografias antigas e atuais disponíveis em revistas publicadas pela prefeitura da cidade. Como instrumento, tem-se o uso da análise da realidade. No que concerne ao referencial teórico, a pesquisa está baseada nos conceitos de desenho do espaço urbano (mapas), memória coletiva e lugares de memórias, tendo como aporte os estudos de Pesavento (2007), Pierre Nora (1993), Gilmar Arruda (2000), Jacque Le Goff (1998), Menezes (1998) e Milton Santos (1978). Sabendo que a dinâmica e resistência da feira livre de Santo Estêvão representam sua importância na vida das pessoas que dela dependem para sua subsistência, considera-se importante descrever o contexto histórico organizacional dessa feira, para saber: o que a fez para que possa se tornar um patrimônio material e imaterial para a cidade; o que a torna responsável por movimentar a economia local; como essa feira livre traz ao presente as sensibilidades do passado dessa cidade; e, ainda, ao analisar as vivências, emoções das pessoas que a frequentam, compreender de que forma o visível e o invisível da cidade convergem e divergem no comércio informal de Santo Estêvão.

Palavras-chave: Feira livre. Patrimônio material e imaterial. Cultura. Memória. Imagem.

ABSTRACT

The present research has as its object the street market of Santo Estêvão – BA, as a material and immaterial patrimony, and discusses the socioeconomic impacts, emotions, sensations and memories of this street market for the people of the city. This study has as general objective to understand what made the free market in the city of Santo Estêvão become a material culture and immaterial historical patrimony, and how images about the redesigned city were constructed and represented based on the transfers of the market, in the period of 1922 to 1990. And as specific objectives: to describe the scenario of the street market in Santo Estêvão based on its images; narrate the memories told by the people of Santo Esteve about this free market; identify what makes the street market recognized as material and immaterial patrimony of the aforementioned city. To this end, the methodology is based on a qualitative approach, and uses the ethnographic method, which makes it possible to analyze the history, memories and sensations about or in the city's street market. It also uses documentary research, when analyzing documents from the public archive; iconography and iconology, in the study of old and current photographs available in magazines published by the city hall. As an instrument, the use of interviews will be considered to collect data and analyze reality. Theoretically, the research is based on the concepts of urban space design (maps), collective memory and places of memories, having as theoretical support the studies of Pesavento (2007), Pierre Nora (1993), Gilmar Arruda (2000), Jacque Lê Goff (1998), Menezes (1998) and Milton Santos (1978). Knowing that the dynamics and resilience of the Santo Estêvão street market represent its importance in the lives of the people who depend on it for their subsistence, it is considered important to describe the historical organizational context of this market, to know: what made it so that it could become a material and immaterial heritage for the city; what makes it responsible for moving the local economy; how this street market brings to the present the sensibilities of the past of this city; and, also, by analyzing the experiences and emotions of the people who frequent it, understand how the visible and the invisible of the city converge and diverge in the informal commerce of Santo Estêvão.

Keywords: Street market. Material and immaterial patrimony. Culture, Memory. Image.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização geográfica do município de Santo Estêvão.....	24
Figura 2. A balsa, transporte fluvial de pessoas e mercadorias.....	27
Figura 3. Mercado Camponeses França (1877), de Lhermitte, tela 51cm x 34cm.....	31
Figura 4. Moça peneirando trigo, de Gustave Courbet.....	33
Figura 5. Chegando da feira livre.....	33
Figura 6. Primeira feira livre do Brasil, em Capoame, Dias D'Ávila - Bahia.....	38
Figura 7. Feira de São Joaquim, em Salvador.....	39
Figura 8. Plantações irrigadas em Santo Estêvão.....	46
Figura 9. Plantação de jiló.....	47
Figura 10. Plantação de hortaliças (alface, coentro e cebolinha).....	47
Figura 11. Agricultura familiar.....	48
Figura 12. Hortaliças da agricultura familiar do pequeno agricultor.....	48
Figura 13. Irrigação de hortaliças.....	49
Figura 14. Plantação de quiabo.....	54
Figura 15. Mapa da localização da feira livre de Santo Estêvão em relação ao próprio município.....	55
Figura 16. Localização das principais feiras em relação ao estado da Bahia.....	56
Figura 17. Mapa do itinerário dos municípios que compõem a feira livre de Santo Estêvão.....	57
Figura 18. Barracas na área coberta.....	59
Figura 19. Barracas na área descoberta.....	59
Figura 20. Barracas cadastradas.....	60
Figura 21. Barracas não cadastradas.....	60
Figura 22. Mercado de carne.....	61
Figura 23. Barracas de ferro galvanizado.....	62
Figura 24. Venda de aves.....	63
Figura 25. Compra e venda de animais vivos.....	64
Figura 26. Feirantes nos arredores da feira.....	64
Figura 27. Feira livre de Santo Estêvão.....	68
Figura 28. Feirante da barraca de roupas.....	70
Figura 29. Feirante das frutas.....	71
Figura 30. Feirante das bananas.....	72
Figura 31. Encontro com feirantes de diversos setores da feira livre.....	79
Figura 32. Encontro com feirantes, comunidade e membros da AFEFLISE.....	79
Figura 33. AFEFLISE é apresentada à sociedade santoestevense.....	81
Figura 34. Vista aérea do Centro de Abastecimento Lineu Cerqueira da Silva.....	85
Figura 35. Lateral esquerda do Centro de Abastecimento Lineu Cerqueira da Silva.....	86
Figura 36. Frente do Centro de Abastecimento Lineu Cerqueira da Silva.....	87

Figura 37. Lateral direita do Centro de Abastecimento Lineu Cerqueira da Silva.....	88
Figura 38. Estacionamento do fundo do Centro de Abastecimento, em frente à DASS.....	88
Figura 39. Feira livre fora do Centro de Abastecimento.....	89

LISTA DE SIGLAS

AFEFLISE -	Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão
CBAL -	Companhia Brasileira de Alimentos
CEP -	Companhia de Financiamento da Produção
CIBRAZEM -	Companhia Brasileira de Armazenamento
CONAB -	Companhia Nacional de Abastecimento
DESER -	Departamento Sindical de Estudos Rurais
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA -	Instituto Federal da Bahia
IFBaiano -	Instituto Federal Baiano
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAPA -	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDA -	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS -	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAA -	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAC -	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB -	Produto Interno Bruto
PMSE -	Prefeitura Municipal de Santo Estêvão
PPGDCI -	Programa de Pós-graduação em Desenho Cultural e Interatividade
SECAD -	Secretaria de Administração de Santo Estêvão
SEOBS -	Secretaria de Obras
SEPLAN -	Secretaria de Planejamento de Assuntos Econômicos
SMEC -	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UEFS -	Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA DA CIDADE DE SANTO ESTÊVÃO/BA	24
2. HISTÓRIA DA FEIRA LIVRE	30
2.1. CIRCUITO DA ECONOMIA	49
2.1.1 A Feira Livre de Santo Estêvão como Patrimônio Cultural	50
2.1.2 O espaço da Feira Livre de Santo Estêvão	54
2.2 CENÁRIO DA FEIRA LIVRE	62
2.2.1 A Feira Livre como Elemento Histórico-Discursivo	62
2.2.2 A Constituição do Discurso sobre as Feirantes e a Feira Livre e Santo Estêvão	64
3. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO	72
3.1 IMAGENS CONFIGURAÇÕES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO, ESPAÇO URBANO COMO TERRITÓRIO	72
3.2 ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA FEIRA LIVRE	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	97
ANEXO A. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PARA CONSTITUIÇÃO DA AFEFLISE	98
ANEXO B. ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO	99
ANEXO C. ATA DA ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA AFEFLISE	115

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade - PPGDCI-UEFS, buscou aprofundar a compreensão da feira livre de Santo Estêvão-BA, um espaço que se revela fundamental para a cultura e economia da região. Estruturada em três capítulos, a pesquisa explorou aspectos essenciais que vão desde a formação populacional até as dinâmicas contemporâneas desse importante evento social.

A feira livre de Santo Estêvão-Ba acontece no município de Santo Estêvão, que está localizado no estado da Bahia, Brasil. Essa feira é um espaço tradicional de comércio e convivência social, onde diversos produtos, como frutas, verduras, carnes, artesanato e comidas típicas, são vendidos. Sua origem está ligada à formação populacional da região, que mescla influências culturais de diferentes grupos ao longo do tempo. As feiras livres surgiram com aglomeração das pessoas, como um espaço de troca e comércio entre os habitantes locais, evoluindo para um importante ponto de encontro e interação social. Essa dinâmica é reforçada pela tradição agrícola da região, que favorece a comercialização de produtos frescos e locais. Assim, a feira livre se tornou uma parte essencial cultural e econômica de Santo Estêvão.

A feira livre acontece no centro da cidade, é realizada semanalmente, geralmente aos sábados, e se transforma em um ponto de encontro da comunidade local. A origem dessa feira livre está ligada à tradição de comércio e troca entre os habitantes da região, que remonta a períodos anteriores à urbanização do município. As feiras livres surgiram como espaços para a venda de produtos agrícolas e artesanais, permitindo que os agricultores locais pudessem comercializar suas colheitas diretamente com os fregueses. Essa prática não apenas facilitou o acesso a alimentos frescos e produtos variados, mas também promoveu a interação social e cultural entre os moradores. Assim, a feira livre se consolidou como uma manifestação cultural importante, refletindo as raízes e a diversidade da população de Santo Estêvão.

Conforme a historiadora brasileira Sandra Pesavento (2007), a cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície dada. Porém, em termos de cidade, esse tempo contado se dá sempre a partir de um espaço construído, e não é possível pensar um sem o outro. Quando se trata de “representificar”, como diz a autora, a memória ou a história de uma cidade, a

experiência do tempo é indissociável da sua representação no espaço. A cidade sempre se dá a ver pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas; mas também se dá a ler, pela possibilidade de nela enxergar o passado de outras cidades contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam.

Portanto, a cidade representa o desenho/imagem das ideias das pessoas e, historicamente, permite o reencontro entre o presente e o passado, sendo expressão gráfica do pensamento ou de ideias, e tendo caráter de transmissor de informações e de memórias ao homem com efeito imediato de interação e comunicação entre as pessoas ou consigo mesmo. Segundo Trinchão e Oliveira (2016), o desenho/imagem é uma linguagem, um mecanismo de comunicação inerente à condição humana desde os primórdios, que tem o poder de perpetuar o conhecimento, registrar a passagem e as ações humanas por determinado ambiente e revelar versões de interpelação da história pouco reveladas ou conhecidas. Partimos da premissa de que é possível realizar um estudo que destaque a importância do desenho/imagem como elemento que possibilita uma compreensão histórica e cultural. Por isso, propomos esta pesquisa que se configura como uma reflexão sobre as imagens, memórias e representações da feira livre de Santo Estêvão, através da investigação de sua história e organização, uma vez que esse comércio informal e autônomo da cidade de Santo Estêvão favoreceu a ampliação da malha urbana desenhando novos territórios a partir das suas transferências ao longo das décadas de 1922 a 1990, e na atualidade.

O encanto pela feira livre está na minha memória¹, com as lembranças de uma feira cheia de cores, cheiros diversos, e sons que me remetia a um espetáculo com música e dança, sendo a música o chamado pelo freguês e a dança o ir e vir das pessoas. Tais percepções me motivaram a desenvolver esta pesquisa.

Quando criança, meu sonho era poder subir num desses carros e acompanhar meus pais na feira livre de Santo Estêvão, mas nem sempre era possível, pois precisavam sair muito cedo, por se tratarem de cortadores de criação (caprinos), para venderem na feira. Vendiam também outros produtos da agricultura familiar: farinha, fumo e grãos de café. Todos os sábados, os moradores das comunidades rurais da cidade de Santo Estêvão se preparavam para ir à feira livre, utilizando como meios de transporte a Ford Rural e Camionete, tipo pau-de-arara, como coletivo. Estes mesmos transportes faziam o percurso de ir e vir, carros particulares não eram comuns.

¹ Peço licença para o uso da 1ª pessoa do singular em alguns trechos, uma vez que também parto da narrativa de memórias individuais que configuram o ser quem sou, o meu eu.

Os filhos maiores poderiam ajudar, mas os menores nem sempre, para não atrapalharem as vendas. As meninas só poderiam ir à feira livre quando acompanhadas pela mãe, e isso só acontecia próximo de datas comemorativas (junina ou natalina). Quando chegava minha vez, aproveitava cada segundo como único: preparação total e muitas expectativas! Registrava tudo que os olhos alcançavam, junto com as sensações que todos os órgãos dos sentidos conseguiam perceber. Era grande a vontade de comer algodão doce, chupar geladinho, ter direito a um lanche na feira livre... E, se acontecia, era a realização de um sonho maravilhoso!

Os muitos anos vivenciados como professora da escola do campo, na Educação de Jovens e Adultos - EJA, na comunidade da Várzea da casa, na Escola Municipal Professora Neuza Maria Pires da Silva, período noturno, foram motivadores também, que fizeram chegar até aqui nesta dissertação de mestrado. O educandos, do ensino noturno, da EJA, do 6º ao 9º ano, contavam suas histórias de batalha e luta pela vida, pela sobrevivência; nas aulas de língua portuguesa e artes, narravam suas rotinas de trabalhar na agricultura familiar, nos trabalhos domésticos e trabalhar na feira livre de Santo Estêvão e, em alguns poucos casos, ainda, serem trabalhadores na DASS², outros empurravam carrinhos na feira levando as compras de algumas pessoas, no espaço urbano, para ganharem um “dinheirinho”, ajudando de alguma forma suas famílias, “sendo uma boca a menos para alimentar”. Assim como também “aprender o que é a vida”. Essas palavras não são só minhas, não fazem parte apenas das minhas memórias de infância, mas das centenas de famílias que tiravam/tiram seu sustento diário da feira livre, para as famílias de baixo poder aquisitivo, a dureza do trabalho é pedagógico.

Então, as narrativas, das minhas alunas e alunos, durante muitos anos, no ensino da EJA, se encontravam com minhas próprias narrativas e, talvez, por isso, foram também motivadores e contribuíram para vontade de pesquisar sobre esses mais vulneráveis, muitas vezes invisibilizados pelas políticas públicas, mas ao mesmo tempo protagonistas na feira livre de Santo Estêvão, uma vez que sua força de trabalho e sabedoria (saberes populares) alavancaram e continuam alavancando a economia local e região. Muitas vezes estes nem se davam conta do quanto isso foi importante para o crescimento e desenvolvimento da cidade.

² Fábrica de calçados que chegou na cidade no ano de 2015, gerando inúmeras oportunidades de emprego para o município e cidades vizinhas. Foi uma das empresas que impulsionou o processo de industrialização da cidade de Santo Estêvão. Criada no Japão em 1949, a marca carrega em seu nome a sigla da frase em latim que significa “Mente Sã, Corpo São”, refletindo sua preocupação em oferecer tecnologia e harmonia em seus produtos. O grupo DASS, surgiu no Brasil em 1980, numa cidade de 3 mil habitantes no interior de Santa Catarina, três amigos decidiram iniciar uma pequena fábrica de calções esportivos. O negócio começou como uma aposta de jovens empreendedores, mas se transformou em uma das referências em fabricação de materiais esportivos no país.

Durante muitos anos ouvia o pedido, por parte das alunas e alunos, à compreensão em virtude de suas ausências, nas aulas de sexta-feira, porque era o dia que organizavam suas mercadorias para venderem na feira livre no dia de sábado.

Para fundamentar este estudo, buscamos embasamento nos conceitos de memória coletiva e lugares de memória, presentes nas obras de Pierre Nora (1993), Gilmar Arruda (2000) e Sandra Jatahy Pesavento (2007); bem como nos conceitos cultura, história, a partir das obras de Jacques Le Goff (1974; 1998) e Marc Bloch (2001). Com a definição de natureza do espaço e a formação da cidade com base em Milton Santos (2004) e Raquel Rolink (1995) sobre a cidade e o aglomerado de pessoas que possibilitou a feira livre; Ulpiano Meneses (2005), com a definição de patrimônio cultural material e imaterial e Rafael Ribeiro (2007) com paisagem cultural e patrimônio.

A cidade, como enfatiza Pesavento (2008, p. 4), “é detentora de história e de memória”. A autora ainda infere que as cidades fascinam e são “[...] uma materialidade erguida pelo homem [...] uma ação humana sobre a natureza” (2007, p. 13). Como construções humanas, as cidades correspondem a um fenômeno cultural por excelência, uma obra coletiva, aglutinadora de formas de pensar, de valores, classes, práticas, hábitos, comportamentos, histórias e memórias diversas em um mesmo espaço, como construção coletiva dos homens.

Compreende-se, portanto, que se fez necessário uma análise das representações de memórias e discursos presentes na feira livre de Santo Estêvão, assim como a história e a cultura contidas na feira livre, buscando identificar onde a cidade real, tátil e concreta se encontra. Afinal, conforme Michel Certeau (2012, p. 39), “a presença e a circulação de uma representação [...] não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários”. E é através do encontro do passado com o presente que as pessoas se reconhecem coletivamente como iguais, identificando-se pela utilização de elementos do grupo do qual fazem parte, construindo sua história e identidade.

Considerando o que fora exposto até aqui, chegamos ao seguinte problema de pesquisa: A feira livre pode ser considerada um patrimônio cultural material e imaterial da cidade de Santo Estêvão na Bahia? Por quê? Para respondê-lo, traçamos o seguinte objetivo geral: Compreender a história da feira livre de Santo Estêvão, considerando suas imagens, representações e manifestações culturais. É importante entendermos o que fez a feira livre da cidade de Santo Estêvão se tornar patrimônio histórico material e imaterial, e como foram construídas e representadas as imagens sobre a cidade redesenhada a partir das transferências da feira, no período de 1922 a 1990.

E como objetivos específicos: a) descrever a dinâmica da feira livre de Santo Estêvão a partir de suas imagens e representações; b) Entender a feira livre de Santo Estêvão como patrimônio cultural material e imaterial da cidade de Santo Estêvão.

Inicialmente cabe dizer que entendemos por metodologia, a partir dos estudos de Minayo (2001), o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Esse é um estudo de abordagem qualitativa que reuni, organiza, problematiza e reflete sobre as imagens, memórias e representações da feira livre que pode ser reconhecida como patrimônio cultural material e imaterial. A partir das fontes de pesquisa, será realizada a investigação de quais fatores contribuem para que a feira livre de Santo Estêvão possa ser considerada patrimônio material e imaterial da cidade.

Iniciamos essa produção de dados com o método da pesquisa documental. Segundo Fonseca (2002, p. 32), “a pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados de forma científica”. Nesse sentido, este estudo está pautado na análise de documentos (fotografia, vídeos, documentos oficiais e decretos sobre a feira livre) disponíveis no Arquivo Público Municipal, em documentos guardados na Igreja Matriz de Santo Estêvão, e em outros pesquisados no Arquivo Público de Cachoeira. A pesquisa documental é um método que busca, por meio da interpretação de dados e informações, compreender uma realidade ou fenômeno; neste caso, será de analisar a organização e desenvolvimento da feira livre de Santo Estêvão. Analisaremos fotografias antigas e atuais, disponíveis nas revistas “Santo Estêvão Hoje” (2005) e “Santo Estêvão Terra da Prosperidade” (2009), publicadas pela prefeitura da referida cidade.

O trabalho de campo envolve métodos e procedimentos da seleção do que devemos eleger como relevante para a pesquisa, sendo que categorias ou temas escolhidos para observar não são necessariamente escolhidos previamente. Na maioria das vezes, essa escolha se dá a partir do desenvolvimento do trabalho de campo e do movimento da pesquisa.

Com a finalidade de dar conta das buscas investigativas, será usada a técnica de observação participante, com base nos estudos de Minayo (2001). Realizar-se-á através do contato direto da pesquisadora com o fenômeno observado, para obter informações sobre a realidade dos atores sociais nos próprios contextos acerca da organização e desenvolvimento da feira livre, bem como a despeito do comportamento dos envolvidos. Dessa forma, a observadora, sendo parte do contexto de observação, estabelecerá uma relação face a face com os observados. Nesse processo, pode ocorrer o movimento de modificar e ser modificada

pelo contexto, potencializando a importância dessa técnica que reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos. Por fim, através dessa técnica, podem-se entender melhor os aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os rituais, bem como a delimitação dos espaços que comportam a feira livre e seu entorno, entre o público e o privado.

Nesse direcionamento, este trabalho investigativo se legitima no esforço de colaborar com estudos sobre a feira livre de Santo Estêvão, suscitando reflexões acerca de suas representações de memória, espaço e discurso, no intuito de que esta seja reconhecida como patrimônio histórico, cultural material e imaterial da sociedade santo-estevense.

Outra contribuição desta pesquisa é que se pense na instalação de uma biblioteca na feira livre, num espaço confortável e atraente para todos os seus frequentantes e visitantes. Contribuição esta que já está sendo colocada em prática uma vez que elaboramos um projeto para a implantação da biblioteca na feira livre, o qual foi encaminhado à Câmara de Vereadores da cidade para apreciação. Esta é uma das ações da AFEFLISE.

Esta dissertação está organizada, até o momento, em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Breve Contextualização Geo-Histórica da Cidade De Santo Estêvão/Ba*, discutimos a história da formação populacional da região, analisando-a sob dois viés: o antropológico e o mitológico. Exploramos a cultura da feira livre desde os primórdios da formação da população local, ressaltando como esses elementos moldaram a identidade cultural da comunidade. As fontes de pesquisa utilizadas foram essenciais para um estudo rigoroso sobre a história, as memórias e as sensações que envolvem a feira livre da cidade, possibilitando uma organização do material em conformidade com os padrões científicos exigidos.

O segundo capítulo, *História da Feira Livre*, é dedicado ao patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Nele, abordamos as sensações e emoções que a feira livre evoca, destacando sua importância como patrimônio cultural. Além disso, analisamos a feira livre de Santo Estêvão e enfatizamos a relevância da criação da Associação dos Feirantes como um mecanismo de proteção dessa importante atividade econômica. Essa associação não apenas fortalece a economia local e a movimentação financeira, mas também ativa o projeto de reconhecimento da feira como patrimônio cultural junto à Câmara de Vereadores.

Por fim, no terceiro capítulo, *Organização e Funcionamento da Feira Livre de Santo Estêvão*, examinamos a organização e o cenário atual da feira livre de Santo Estêvão, incluindo as narrativas históricas que permeiam esse espaço. Discutimos também o incentivo à educação de jovens e adultos para os feirantes, além das propostas para cursos de formação

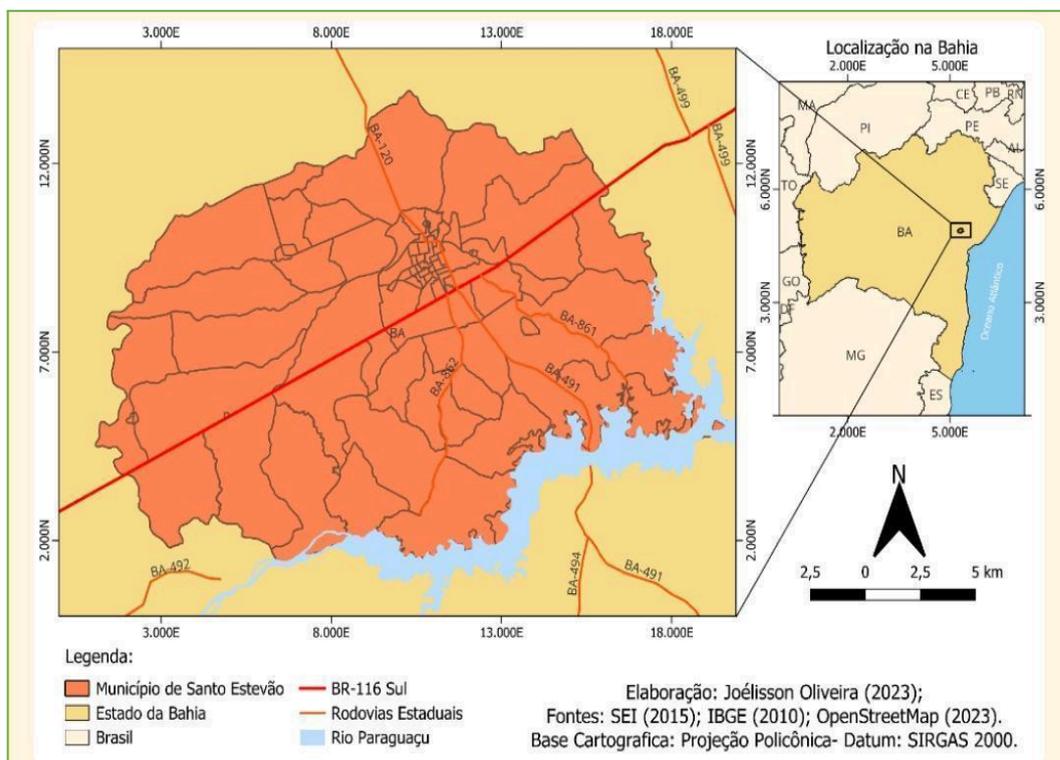
e a criação de uma biblioteca pública na feira livre.

Assim, apresentamos os resultados de uma pesquisa que buscou compreender a importância dos estudos e discussões sob a perspectiva da dinâmica econômica local e regional. Investigamos os processos e transformações morfológicas, bem como a dimensão sociocultural da feira livre. O objetivo é contribuir para o conhecimento da história e cultura deste espaço, além de subsidiar pesquisas futuras.

A busca documental realizada evidenciou que o poder de comercialização dessa região está intrinsecamente ligado à sua formação populacional. Isso comprova a força e resistência da feira livre de Santo Estêvão-BA, além dos grandes impactos socioeconômicos que ela gera para o município. As memórias associadas à feira são fundamentais para compreender seu papel sociocultural.

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA DA CIDADE DE SANTO ESTÊVÃO/BA

Figura 1. Mapa de localização geográfica do município de Santo Estêvão



Fonte: IBGE, 2010, (modificado por Joélisson Oliveira, 2023).

O município de Santo Estêvão está localizado na Microrregião Geográfica de Feira Santana, que integra a Mesorregião Geográfica Centro-Norte da Bahia, com uma distância de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) da capital, Salvador e a 40 km (quarenta quilômetros) da cidade de Feira de Santana. De acordo com o último censo, em 2022, Santo Estêvão tem uma população de 52.274 (cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e quatro) habitantes, sendo que 30.084 (trinta mil e oitenta e quatro) residem na área urbana e 22.190 (vinte e dois mil, cento e noventa) na zona rural do município. Ocupa uma área territorial de 362.961km² (trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e um quilômetros quadrados) e se encontra na faixa do semiárido baiano, possuindo um clima seco com uma baixa taxa pluviométrica e com períodos de chuva irregulares (IBGE, 2010).

O referido município está localizado numa posição geográfica que favorece uma dinâmica equilibrada, formada por uma população em sua maioria urbana (59%). Possui fortes raízes agrícolas, principalmente pela ação da agricultura familiar. Com isso, podemos afirmar que o crescimento da população urbana só ocorreu a partir de 2000, com a busca dos

jovens por empregos na área urbana, principalmente após a instalação da fábrica de sapatos DILE, hoje DASS, gerando em torno de 4.500 (quatro mil e quinhentas) vagas de empregos diretos e indiretos, não só para pessoas do município, mas também dos vizinhos. De acordo com dados do IBGE (2012), o período do crescimento da população de Santo Estêvão ocorreu entre as décadas de 1970 e 2010, e o fator que contribuiu para esse fenômeno foi o processo de industrialização da cidade.

A feira livre faz parte da história e da cultura do município porque, desde o início, foi o que deu origem à primeira manifestação e reunião entre as pessoas de um pequeno povoado localizado no Riacho do Salgado, no entorno da Praça da Lua, atualmente Centro Histórico. As pessoas da cidade de Santo Estêvão e de cidades circunvizinhas sempre frequentaram e frequentam a feira livre, valorizando seus produtos e enriquecendo a economia local.

Como afirma Milton Santos (1978), a ação humana não está dissociada do objeto, não se separa, ocorre então a materialização (configuração territorial), cuja apreensão por meio dos sentidos caracteriza-o como paisagem e, também, por meio das ações sociais condicionadas ao tempo, formando um rico viés epistemológico. Esse conhecimento da riqueza da Geografia como providência do saber reside no fato de que podemos pensar a um só tempo os objetos (a materialidade no armar e desarmar a feira), as ações (a sociedade, no caso, aqui, todos os que frequentam a feira livre) e os mútuos condicionamentos entretecidos com movimentos no decorrer do tempo. São essas relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo que possibilitam questionar se a feira livre de Santo Estêvão pode ser elevada a patrimônio histórico e cultural.

Santo Estêvão, localizado na Bahia, é uma cidade que abriga uma diversidade demográfica significativa, refletindo as dinâmicas da vida rural e urbana. Com uma população estimada de 52.276 habitantes em 2022, mais de 50% dessa população reside em áreas urbanas, evidenciando uma tendência crescente de urbanização. Esse aumento populacional de 9,53% em relação ao Censo de 2010 demonstra o desenvolvimento e a atração que a cidade exerce sobre seus habitantes.

A feira livre de Santo Estêvão é um dos grandes patrimônios históricos, tanto material quanto imaterial, da cidade. Sua dinâmica e resistência ao longo dos anos representam a importância vital dessa prática para a comunidade. A feira não apenas fornece alimentos frescos e produtos locais, mas também é um ponto de encontro social, onde as relações entre os feirantes e os fregueses se fortalecem. Muitas famílias dependem dessa feira para sua subsistência, tornando-a um elemento essencial da vida cotidiana.

Por outro lado, a população rural de Santo Estêvão é menor em comparação à urbana,

refletindo uma realidade comum em muitos municípios brasileiros. Os habitantes das áreas rurais desempenham um papel crucial na produção agrícola local, contribuindo para o abastecimento da feira e garantindo a diversidade de produtos disponíveis aos consumidores urbanos. A densidade demográfica da cidade é de 145,08 habitantes por quilômetro quadrado, distribuídos em uma área total de 360,334 km².

Em termos de classificação populacional, Santo Estêvão ocupa a 40^a posição entre os municípios da Bahia e a 619^a no ranking nacional. Esses números não apenas destacam a relevância da cidade no contexto estadual, mas também ressaltam os desafios e oportunidades que surgem com o crescimento populacional. Assim, Santo Estêvão se apresenta como um microcosmo das interações entre o rural e o urbano. A convivência harmoniosa entre esses dois mundos enriquece a cultura local e garante a continuidade das tradições que fazem da feira livre um símbolo da identidade desta cidade baiana. A força da população rural complementa a dinâmica urbana, criando um ciclo sustentável que beneficia toda a comunidade.

A localização geográfica de Santo Estêvão é um fator determinante para seu destaque no comércio, na economia e no crescimento populacional (Santos, 2015). Essa condição favorece a inserção de diversos elementos que tornam a feira livre de Santo Estêvão um importante patrimônio histórico e cultural. Um dos aspectos que contribui para essa valorização é o seu significado histórico, social e cultural para a comunidade local e seus visitantes. As raízes profundas na feira remontam a práticas comerciais tradicionais que desempenharam um papel fundamental na formação da identidade da população ao longo do tempo. A feira livre reflete a diversidade cultural da região, apresentando produtos da agricultura familiar, artesanato e manifestações culturais que representam a identidade local.

Além disso, os rios e riachos que banham o município favorecem o desenvolvimento de uma variedade de produtos da agricultura familiar, fortalecendo assim a economia local. A feira se configura como um espaço de interação social significativa, onde as pessoas se reúnem para vender e comprar iguarias, conversar e fortalecer os laços comunitários. Nesse contexto, ela também pode ser considerada um patrimônio imaterial, pois abriga conhecimentos tradicionais sobre culinária, com pratos típicos da região que são muito procurados no mercado municipal, além de práticas agrícolas e técnicas artesanais. Todos esses elementos contribuem para o valor social e histórico da feira livre de Santo Estêvão, consolidando-a como um patrimônio cultural que ajuda a preservar e valorizar as tradições locais do município.

Santo Estêvão, situado no Consórcio Público Intermunicipal do estado da Bahia,

conforme indicado pela Secretaria de Planejamento de Assuntos Econômicos (SEPLAN), nº 9.035/2017. O município se insere na área do agreste do nordeste baiano e destaca-se na região de desenvolvimento sustentável do território da bacia do Jacuípe. Localizado entre grandes rios, como o Rio Paraguaçu, que se estende a partir da Pedra do Cavalo até as margens de Santo Estêvão, formando o Lago do Paraguaçu e também se encontra próximo ao Rio Jacuípe.

O município tem uma rede fluvial próxima ao centro da cidade, como já apresentado aqui, tendo no centro da cidade as grandes Lagoas e o riacho do Salgado, fatores que também contribuíram para o desenvolvimento da agricultura familiar sustentável. É nessa rede que a balsa opera, fazendo a travessia Santo Estêvão x Cabaceira do Paraguaçu (Figura 2).

Figura 2. A balsa, transporte fluvial de pessoas e mercadorias



Fonte: Blog A arte na rua, 2021.

O reconhecimento dessa dinâmica ligada às transformações urbanas, às intencionalidades econômicas e aos efeitos de novas relações socioespaciais nas cidades pequenas fez surgir um olhar investigativo para Santo Estêvão, cidade que se desenvolve economicamente a partir dessa localização que atrai os comerciantes de várias cidades, tendo como grande destaque na economia a feira livre. Portanto, estudar cidades pequenas envolve não só a compreensão de sua dimensão em relação ao contingente populacional e grandeza,

mas principalmente das suas redes urbanas, das funções e heterogeneidades que as mesmas exercem em uma determinada área sobre o processo de urbanização. Conseqüentemente, compreende-se o seu desenvolvimento socioeconômico e como ele implica mudanças ao longo dos anos.

Isso se deu no Centro da cidade de Santo Estêvão, o que criou um espaço de polarização terciária, com feira livre, serviços e consumo de mercadorias pela população local e dos municípios de seu entorno, tornando esse território como identidade, determinada pelo processo histórico cultural dos santoestevensenses.

Em relação ao crescimento do comércio da cidade de Santo Estêvão, seu fortalecimento está ligado ao setor primário, que diz respeito à agricultura familiar, com a plantação de hortaliças, quiabo, maxixe, jiló (auxiliados pela irrigação, principalmente através do Rio Paraguaçu), tendo outros produtos de acordo a estação do ano (milho, feijão, abóbora); a pecuária (bovina, caprina e aves); e ao extrativismo (alguns animais exóticos, plantas e raízes medicinais, apicultura). Esses produtos do setor primário fortalecem e destacam a grande feira livre de Santo Estêvão.

Já o secundário, que corresponde à indústria, tem a fábrica de calçados (DASS), que gera aproximadamente 5000 (cinco mil) empregos (mão de obra assalariada), sendo muito importante para a economia local. E o setor terciário, que agrega os serviços formais ou informais prestados nas mais diversas áreas, e também as atividades comerciais, tendo a feira livre como maior responsável na movimentação da moeda devido a sua potência ao longo da história do município, desde sua formação (Santos, 2015).

A feira livre, historicamente, desempenhou um importante papel na implantação do dinheiro, na manutenção do capitalismo e no surgimento das cidades. No princípio, podia-se distinguir um mercado dual, no qual, de um lado, tínhamos os produtos de alto investimento, com maior valor, produtos estes trazidos de outros territórios ou locais distantes, na maioria das vezes disponibilizados por mercadores judeus; e, de outro lado, o mercado de bens locais, em sua maioria produtos agropecuários, perecíveis, de menor valor e/ou manufaturas mais simples, de produção local, disponibilizados pelos pequenos produtores.

Nas cidades brasileiras, de pequeno e de grande porte, as feiras livres se assemelham a esses mercados europeus, assim como também em outras regiões, caracterizadas pelos produtos expostos em barracas e vendidos em praças para o abastecimento local. Mais que feiras propriamente ditas, são verdadeiros eventos de negócios regionais realizados diária, semanal ou até anualmente. Destacamos ainda que, nas pequenas cidades do Brasil, elas são o

principal e, às vezes, o único local de comércio da população (Ferretti, 2000 *apud* Queiroz; Azevedo, 2012).

2. HISTÓRIA DA FEIRA LIVRE

A palavra feira teve origem no latim “*feria*”, que significa “dia santo ou feriado”; e a palavra freguês, usada para tratamento dos consumidores da feira livre, originou-se também do latim “*filiu ecclesiae*”, que significa “filhos da igreja”. Assim, no início, as pessoas ou fiéis aproveitavam as festas religiosas para se reunirem e trocarem mercadorias. De acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa, a feira é um “[...] lugar público, não raro, descoberto, onde se expõem e vendem mercadorias” (Ferreira, 2005, p. 401).

Na literatura internacional, as feiras livres são denominadas de “*marché*” (francês) ou “*periodic market*” (inglês), que significam, respectivamente, mercado e mercado periódico. No Brasil, as feiras livres se assemelham aos mercados europeus (Figura 41), caracterizados pelos produtos expostos em barracas e vendidos em praças para o abastecimento local. Mais que as feiras propriamente ditas, existem eventos de negócios regionais realizados anualmente e denominados na Europa de “*foire*” (francês) ou “*fair*” (inglês) (Azevedo, 2012).

Na antiguidade, as feiras tinham o objetivo de promover trocas de mercadorias entre as pessoas de diferentes lugares e com diferentes itens. Com a queda do feudalismo e o surgimento do capitalismo, esse modo de comércio ganhou força e importância econômica. Inicialmente, foram impulsionadas pelas Cruzadas, uma vez que, naquela época, as atividades comerciais deveriam atender às necessidades dos viajantes e, com o tempo, as necessidades foram aumentando e se diversificando, bem como a população foi crescendo. As feiras, então, passaram a ter importância social, promovendo a comunicação e interação entre as pessoas (Ferretti, 2000).

Figura 3. Mercado Camponeses França (1877), de Lhermitte, tela 51cm x 34cm



Fonte: Google imagens, 2024.

Entre os Séculos XI e XIV, no final da Idade Média, os burgos (cidades medievais amuralhadas) foram o local de origem das feiras medievais. Elas se desenvolveram a partir da intensificação do comércio a partir do Século XI e, mais tarde, com o surgimento da burguesia e o crescimento demográfico (Ferretti, 2000).

Com as cruzadas e a consequente reabertura do Mar Mediterrâneo, o Oriente reconectou-se com a Europa. Isso possibilitou o renascimento do comércio e o reaparecimento das feiras em toda a Europa, a partir do Século IX. Entre os Séculos IX e XIV, essas feiras aconteciam dentro dos “burros”³ e estavam diretamente relacionadas com o surgimento das cidades e de uma nova classe social, a dos comerciantes, que passou a ser denominada de burguesia. Com a oferta de especiarias vindas do oriente, as feiras cresceram a tal ponto que algumas atingiram dimensão internacional, provocando o ressurgimento da moeda e, posteriormente, dos bancos (Ferretti, 2000).

Ainda sobre as definições e o fenômeno do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, e sua relação com a memória coletiva, a história da arte geralmente aborda temas, como: “[...] movimentos artísticos, estilos, técnicas e influências culturais ao longo do

³Produtos da agricultura que chegava dentro de jacas (utensílios artesanais feitos com cipó), para serem comercializados na feira livre, gaio, feira de artesanato, feira de troca, feira livre, feirão, feirinha etc. ... primeiro em tropas de burros e depois em caminhões mistos (Gonçalves, 2019).

tempo”, como afirma Maria das Graças Santos (1989, p. 6). A autora acrescenta que a História da Arte Brasileira é marcada por uma diversidade de influências e períodos. Ela teve início na pré-história, estendendo-se até a atualidade, abrangendo uma variedade de estilos, movimentos e expressões artísticas.

A presença de inúmeros sítios arqueológicos no Brasil contribui para a riqueza e a diversidade da arte no país. Além disso, a busca por uma identidade artística própria e a construção de uma arte de caráter nacional são características típicas do modernismo brasileiro, refletindo a vontade de desenvolver uma expressão artística que representasse as peculiaridades e a diversidade cultural do país. Essas características fundamentais contribuem para a singularidade e a riqueza da História da Arte Brasileira. Segundo Maria das Graças Santos (1989, p. 133):

[...] a pintura realista do Século XIX caracteriza-se sobretudo pelo princípio de que o artista deve representar a realidade com a mesma objetividade com que um cientista estuda um fenômeno da natureza. Ao artista não cabe “melhorar” artisticamente a natureza, pois a beleza está na realidade tal qual ela é. Sua função é apenas revelar os aspectos mais característicos e expressivos da realidade.

Gustave Courbet (1819-1877) foi considerado o criador do realismo social. Em sua obra (Figuras 42 e 43), ele tematiza os trabalhadores, e essa é, sem dúvida, a forte ligação da História da Arte com esta nossa pesquisa, que versa sobre a vida cotidiana, principalmente das classes populares que têm na agricultura familiar e comercialização de seus produtos na feira livre o seu sustento. As Figuras mostram o resultado desse trabalho que vai culminar com a comercialização na feira livre. A arte representa, portanto, o cotidiano e o processo dos produtos da agricultura: do cultivo à venda ou troca dos produtos/alimentos.

Figura 4. Moça peneirando trigo, de Gustave Courbet



Fonte: Santos, 1989, p. 133.

Figura 5. Chegando da feira livre



Fonte: Santos, 1989, p. 133.

É através dessa realidade representada na arte que podemos nos aproximar da representação/organização da feira livre de Santo Estêvão. Em vista disso, vislumbramos a pintura como realista, por ter deixado completamente de lado os temas mitológicos, bíblicos, históricos e literários, e se importar com a criação a partir de uma realidade imediata e não imaginada (Santos, 1989).

As feiras, como espaços de troca e negociação de produtos presentes ao longo da história da humanidade, da antiguidade aos dias atuais, geralmente aconteciam dentro de uma temporalidade e de um espaço geográfico. Assim, por exemplo, na Europa da Idade Média, essa troca de produtos acontecia na encruzilhada de rotas comerciais, em um dia determinado da semana ou do mês ou de outro tipo de prioridade (Ferretti, 2000).

Os registros mais antigos desses eventos datam do Oriente Médio, de 500 anos a. C., precisamente na cidade-estado chamada Fenícia de Tiro. Há registros de feiras nas antigas civilizações grega, fenícia, romana e árabe. A origem das feiras livres está relacionada ao renascimento das atividades comerciais na Europa durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna.

No regime feudal, a sociedade europeia tinha uma economia de caráter essencialmente agrícola voltada para o autoconsumo. Devido a essa autossuficiência, os níveis de relações comerciais estabelecidos no período eram baixos e, por isso, não havia uma preocupação no sentido da produção de excedentes em grande escala. Com o decorrer do tempo, o avanço das técnicas produtivas ocasionou um aumento significativo da produção agrícola e o consequente surgimento de excedentes no campo, que proporcionou a reativação e a expansão comercial, responsável pelo desenvolvimento e crescimento das cidades europeias. O desenvolvimento do comércio acarretou a substituição do modo de produção feudal pelo capitalista, e o consequente crescimento dos mercados periódicos e das grandes feiras (Ferretti, 2000).

Com base no que afirma Ferretti (2000) sobre a circulação de mercadorias, as feiras eram os mercados itinerantes nos quais esses produtos exóticos ou estrangeiros eram comercializados, juntamente com os produtos locais.

Com a expansão marítima (Séc. XV e XVI), a tradição das feiras foi levada para as colônias. No Brasil, foram trazidas por imigrantes europeus tendo papel fundamental no desenvolvimento das cidades, não somente como um meio de aquisição de produtos, mas também local de encontro, de confraternização, onde pessoas de uma mesma comunidade e de comunidades vizinhas se encontravam, desempenhando assim um papel importante na interação social e intercâmbio cultural (Santos, 1978).

Ainda de acordo com Milton Santos (1978), não há provas acerca da criação da primeira feira no Brasil, mas há registros de regimentos escritos por D. João III, em 1548, e D. Afonso, em 1677, ordenando a criação de feiras semanais na colônia para trocas entre os portugueses e nativos. Partindo do princípio de que os mesmos já estavam acostumados a reunir seus artigos em trocas na praia para a posterior negociação, essas feiras acabaram por não se realizar. As feiras ordenadas por D. João III não ocorriam e, por conta disso, estas não foram realizadas na colônia durante um bom tempo.

Somente a partir do Séc. XVII, as feiras de gado trazido da zona rural intensificaram-se e, naquela época, no Brasil, havia dois tipos de feiras. A feira de Mercado, como eram conhecidas as feiras livres, que aconteciam aos sábados e abasteciam a população; e a Feira Franca, feira de gado, que ocorria duas vezes ao ano, destinada à comercialização de bens regionais, atraindo compradores e vendedores de diversas regiões (Trevisan, 2008). Já no final do Séc. XIX, as feiras livres estavam instaladas nas ruas, oferecendo itens básicos de alimentação aos habitantes de suas comunidades.

Os primeiros registros históricos de uma feira no Brasil foram datados em 1548. Nesse ano, o rei Dom João III, por meio de um regimento enviado ao Governador-Geral, ordenava “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira [...]” (MOTT, 1975, p. 309 *apud* Revista de Geografia da UFC, 2008, p. 91). Essa medida foi tomada com o objetivo de permitir que os nativos pudessem vender seus produtos e adquirir aquilo de que necessitavam.

Mott (1975) nos mostra que na pré-colonização do Brasil, as tribos indígenas possuíam uma vida simples, baseada predominantemente na economia de subsistência que tinha como única finalidade a satisfação de necessidades imediatas. Neste sentido, não havia motivo para a produção de excedentes e acumulação de riquezas uma vez que, por motivos culturais, eles desconheciam a propriedade privada.

Quanto ao comércio intertribal, este se dava de forma muito peculiar, com os grupos delimitando um lugar específico para troca de produtos, em geral para o adorno corporal. Em relatos de cronistas e viajantes da época, Mott (1975) cita que os tupinambás com os guaitacás procuravam manter uma distância relativa em torno de 100 metros uns dos outros. Guardada esta distância, eles mostravam de longe os objetos que queriam trocar deixando-os sobre uma pedra ou pedaço de pau na metade da distância. Em seguida vinham os guaitacás para examinar os objetos, deixavam suas pedras e penas e levavam os outros produtos. Feita a troca (também conhecida por escambo), rompia-se a trégua entre os grupos e transposto o limite do local destinado ao encontro, punham-se ao enalço dos inimigos na tentativa de

reaverem as suas mercadorias. Com a chegada dos colonizadores portugueses, logo os tupinambás passaram a comerciar produtos nativos, inicialmente animais e, depois produtos de maior importância para o estrangeiro, como o pau-brasil.

Sobre as formas como era realizado o transporte, observa-se que “tais produtos eram trazidos pelos silvícolas até a praia e entregues nas mãos de particulares ou nas feitorias, a fim de serem embarcados para o Reino quando da chegada das naus” (MOTT, 1975, p. 308). Foi exatamente devido a existência de grupos indígenas próximos ao litoral que a exploração e o comércio do pau-brasil obtiveram amplo desenvolvimento, ainda que de forma rápida, pois, eram os índios que se enveredavam na mata em busca da árvore para em troca receberem miçangas, tecidos e peças de vestuário, mais raramente canivetes, facas e outros pequenos objetos os enchiam de satisfação; e em troca dessas quinquilharias empregavam-se arduamente em servi-los, [...] também presenteavam os índios com ferramentas mais importantes e custosas: serras, machados (PRADO JR., 1990, p. 25).

Como já destacamos anteriormente, os portugueses já estavam acostumados com o comércio na feira. Desta forma, em princípio, tais instituições pareciam ter uma eficiência que deveria ser reproduzida na recém descoberta colônia. No entanto, ao ordenar a instalação das feiras, a intenção do rei não era que elas abastecessem somente os moradores, mas principalmente, fazer a reunião da produção dos nativos o objetivo de exportá-los (MOTT, 1975). Apesar da determinação para a criação das feiras, estas não foram postas em prática de imediato, tanto que, 40 anos depois do primeiro regimento, é enviado outro documento ao governador da Bahia que ordenava que se estabelecessem feiras nas povoações das capitânicas “para que os gentios possam vir e vender o que tiverem e comprar o que houverem [sic] mister” (MOTT, 1975, p. 310). O pequeno comércio durante o período colonial se organizava tendo por base os dois polos principais em que se sustentava a organização socioeconômica da Colônia: o primeiro, através dos inúmeros engenhos de cana-de-açúcar e, o segundo, através de poucas vilas e cidades que serviam de armazém e porto para a produção açucareira. No caso dos engenhos, o comércio encontrava dificuldades de se instalar nesses locais já que eram “autossuficientes no que se refere à subsistência tanto da família do proprietário, quanto da escravaria” (MOTT, 1975, p. 311). Além disso, os produtos não produzidos no interior da propriedade eram exportados diretamente da metrópole, comprados na cidade mais próxima ou trazidos por alguns mascates.

Nas cidades, o problema era a escassez de gêneros alimentícios para o abastecimento da população, toda a mão-de-obra que deveria estar ligada à produção de alimentos via-se presa à produção açucareira “cuja exportação deixava grande margem de lucros, e ninguém

dara importância aos gêneros alimentares” (PRADO JR., 1990, p. 43). A insuficiência de alimentos destinados aos núcleos populacionais mais densos foi, assim, um dos problemas mais sérios que a Colônia teve de enfrentar. Com exceção de poucas famílias mais abastadas, a população nesse momento vivia sob um estado crônico de subnutrição (PRADO JR., 1990). No entanto, diversas formas de comércio já se encontravam estabelecidas, sendo as vendas, tavernas, estalagens, açougues, quitandas, dentre outros. É no relato de um cronista, por volta de 1587, que está, possivelmente, a primeira referência a uma feira realizada na capital da Colônia.

Os índios da vila dedicavam-se à plantação de algodão e à fabricação de telhas, tijolos e louças de uso doméstico. A vila funcionava como um importante ponto de ligação entre a sede da Capitania, situada no litoral, e outras povoações e aldeias no sertão. Os registros ressaltam a feira de gado como uma referência espacial fundamental para o abastecimento das vilas e cidades da Bahia. Partindo dos quatro ângulos da antiga Aldeia do Espírito Santo, diversas estradas se conectavam ao restante da Bahia. Entre elas, destacava-se a estrada que seguia até Capoame e à Feira do Gado, localizada nos sertões, responsável pelo fornecimento para a cidade.

Segundo o relato, citado por Mott (1975, p. 312), que dizia: “tudo vêm vender à praça desta cidade: muitos mantimentos, frutas, hortaliças, do que se remedia toda a gente, da cidade”. Assim, vemos referência a duas formas de comércio distintas, uma exercida pelo comércio estabelecido dos mercadores, responsável pelas vendas dos artigos finos e de luxo, caros e nobres e, a outra, que era realizada ao ar livre com a venda de produtos provenientes da terra (MOTT, 1975).

Mesmo tendo essas referências sobre a existência de uma forma de comércio realizado ao ar livre na capital colonial, não encontramos na literatura pesquisada ou mesmo em qualquer documento, um indicativo de quando e onde foi criada a primeira feira no Brasil. Porém, uma das primeiras de que se tem notícias de instalação na Colônia deu-se no Nordeste, provavelmente entre os séculos XVI e XVII. Esta feira estava localizada em Capoame, no norte do Recôncavo Baiano (MOTT, 1975), sendo hoje a cidade de Dias D’Ávila. O fato de não existirem documentos que indiquem o surgimento das feiras nesse período, faz o autor levantar a hipótese de que a emergência das feiras só se deu efetivamente “quando do maior desenvolvimento demográfico e diversificação econômica do Brasil” (MOTT, 1975, p. 311). Outras referências à existência de feiras no Brasil nos séculos XVIII e XIX são as voltadas para o comércio do gado bovino e da farinha. O mais antigo registro é de 1732 sobre a já citada feira de gado no sítio Capoame, na Bahia.

Segundo Araújo (2005), a feira livre na cidade de Capoame tem suas raízes na antiga feira de Capoame, fundada por Francisco Dias D'Ávila em 1614 como um mercado de gado. Essa feira, também conhecida como Feira do Capoame, era um importante ponto de comércio na região, localizada próximo à Vila de Camaçari e com solo fértil. Inicialmente, instalou-se atrás do prédio da antiga prefeitura (Figura 6), e depois foi transferida para o Alto da Cruz.

Figura 6. Primeira feira livre do Brasil, em Capoame, Dias D'Ávila - Bahia



Fonte: Google Imagens, 2025.

Atualmente, a feira livre em Dias D'Ávila, embora não especificada como a mesma feira original, é um evento importante para a cidade, com registros de que ela já ocorreu em diferentes locais ao longo do tempo. A região de Capoame, onde a feira se situava, era conhecida por suas pastagens e rios, como Imbassaí, Jacuípe e Jacumirim. Além disso, Capoame teve um papel importante nas lutas pela independência da Bahia, servindo como local de conserto de armas e quartel.

Na Bahia, a feira livre mais antiga de Salvador é a Feira de São Joaquim (Figura 45), situada na Cidade Baixa, próxima ao terminal marítimo do Ferry Boat. É a maior feira livre da Bahia e resiste há mais de meio século, porém não é a mais antiga do estado. A mais antiga surgiu em Itabuna, região do cacau, inaugurada em 25 junho de 1921 (Portal A região, 2024).

A antiga Feira de Água de Meninos, após ter sofrido um grande incêndio em 1964, em que muita gente perdeu tudo, ficando zerada, sem nada, precisou que os próprios/as feirantes fossem fazendo suas barracas de madeira, como podiam. *“Cada um fez o que pôde na época.*

A estrutura que pôde!”, conta Marcílio Costa⁴, comerciante, em entrevista ao Portal G1.

Figura 7. Feira de São Joaquim, em Salvador



Fonte: Google Imagens, 2024.

Em Salvador, feirantes trabalham duro para garantir a presença dos itens essenciais na mesa dos soteropolitanos e na deles próprios, muitas vezes em dupla ou tripla jornada – no caso das mulheres, também dividem o trabalho com a responsabilidade de serem mães, donas de casa e fazerem outros trabalhos informais, os chamados bicos. As feirantes, para garantirem a independência financeira e cuidarem dos filhos, trabalham sempre com um sorriso no rosto para atrair a clientela.

Atualmente, quase metade dos cerca de 800 (oitocentos) feirantes que trabalham em Salvador são mulheres. O levantamento foi feito pela prefeitura e aponta que elas são 47% dos trabalhadores em feiras, mercados e espaços a céu aberto do município. Recentemente, foi criada a data (25 de outubro) do dia do feirante, que é festejada na capital baiana e em todo o Brasil. A criação da data se deu em virtude da realização da primeira feira livre do Brasil, em

⁴Marcílio Costa, por mais de 30 anos, liderou a equipe de jornalismo da TV Subaé, afiliada à Rede Globo, marcando sua carreira com dedicação e inovação ao longo deste tempo marcado por mudanças tecnológicas.

1914, na cidade de São Paulo.

Em relação ao Nordeste brasileiro, o surgimento das feiras está relacionado à pecuária, uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no período colonial. Sabe-se que a criação de gado foi responsável pela ocupação do Sertão nordestino, sobretudo no Século XVII. Em virtude do transporte de gado do Sertão para o abastecimento de carnes, os engenhos da Zona da Mata e do Brejo Paraibano foram-se estabelecendo como pontos de parada, os quais ficaram conhecidos como “pontos de pouso” para a boiada e os tropeiros (Andrade, 1990; Moreira; Targino, 1997). Nesses pontos de pouso, foram sendo instalados currais para onde convergiam os pequenos agricultores que moravam nas áreas circunvizinhas a fim de comercializarem produtos oriundos de suas lavouras, bem como para oferecer serviços aos condutores dos animais - ferrar e selar os cavalos, por exemplo (Dantas, 2016). Em torno desses “pontos de pouso”, surgiram as feiras livres do Agreste Paraibano.

O funcionamento da feira livre em Brasília é regulamentado pelo inciso 1º da Lei nº 1.828, de 13 de janeiro de 1998 (Brasília, 1988, p. 33), que diz:

§ 1º A feira livre tem o fim de proporcionar o abastecimento suplementar de produtos hortifrutigranjeiros, cereais, doces, laticínios, pescados, animais vivos considerados. As práticas higiênicas refletem hábitos que se instituem como códigos socioculturais e as mudanças podem significar mais que a alteração de práticas comportamentais. As concepções sobre limpo e sujo, em geral, estão cercadas de símbolos que refletem saberes de uma cultura própria de quem vive, sobretudo, em precárias condições [...] materiais domésticos, flores, plantas ornamentais, produtos de artesanato, lanches, caldo de cana, temperos, confecções, tecidos, armarinhos, calçados e bolsas, bijuterias, artigos religiosos, ferramentas e utensílios domésticos.

As feiras livres caracterizam-se como elementos que desempenham um papel importante não apenas na estrutura morfológica das cidades, mas também como espaços de interações sociais, econômicas e culturais, além de centros da vida urbana. Tem como funções o abastecimento direto de consumidores, a geração de renda para a população rural e a animação do comércio urbano, porém sua relevância ultrapassa a economia por compreender também hábitos alimentares, costumes sedimentados e a própria cultura (SENAR, 2017).

Portanto, pode-se constatar a necessidade de considerar as interfaces de cunho social, econômico, espacial e histórico, bem como os anseios e prioridades da população no processo de planejamento urbano das feiras. Desse modo, observa-se a necessidade de redistribuição do espaço para que favoreça a circulação das pessoas, melhore a higiene e a estética do ambiente, garantindo a sobrevivência desses locais.

No Brasil, as feiras livres existem desde o tempo da colônia, e, mesmo com o desenvolvimento global, elas ainda permanecem ativas, seja nas grandes ou pequenas cidades, sendo que, nas últimas, elas são o principal e, às vezes, o único local de comércio da população. Os produtos excedentes da agricultura, da pecuária e até, dependendo da região, os de extrativismo vegetal (licuri, chupa-chupa, algumas plantas exóticas) são caracterizados como uma forma de produção em que ocorre a predominância e a interação entre condução/gerenciamento e trabalho.

Um mecanismo que pode ter ajudado os agricultores, independente do tamanho da sua produção, são as associações de trabalhadores rurais. A decisão do produtor rural, do trabalhador rural e de suas famílias de participarem de uma associação representa, antes de mais nada, uma escolha consciente de buscar caminhos próprios que atendam suas necessidades, interesses e objetivos comuns. Todas as comunidades de zonas rurais precisam se apresentar em seus sindicatos e, conseqüentemente, aos órgãos públicos, para assim garantirem seus direitos assegurados por lei quanto aos danos por fatores ambientais ou, ainda, quanto aos investimentos na agricultura familiar (as associações ficam responsáveis por apresentar e representarem seus associados, mantendo suas atas atualizadas e assegurando a assistência, sem prejuízos), de acordo com o SENAR (2017).

Uma associação legalmente registrada possibilita a seus associados ter voz e se fazer ouvir na sociedade e nos espaços de decisão pública, como os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, de educação, de saúde, de segurança, de meio ambiente, entre outros. Da mesma forma, para representar os seus interesses em câmaras municipais, em políticas e programas governamentais, ou mesmo para obterem acesso a algumas linhas de crédito, os produtores e trabalhadores rurais necessitam se organizar (SENAR, 2017, p. 56).

A diversificação da produção está diretamente ligada às necessidades de consumo do próprio calendário agrícola, aliada à baixa ou inexistente capacidade de armazenamento, demandando constante e rápido retorno de capital. Considera-se a agricultura familiar um meio de produção importante por sua função ambiental, econômica e social. Ambientalmente, a forma de utilização da terra pode ter efeitos benéficos ou danosos ao meio ambiente. No que diz respeito aos aspectos econômicos, a agricultura familiar atua como um meio de sobrevivência das famílias, sendo fonte de trabalho e renda; já, em relação ao aspecto social, ela pode garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas (EMBRAPA, 2017).

A agricultura familiar vem sendo responsável pela produção de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz,

21% do trigo; e, na pecuária, 60% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas, sendo que a metade delas está na Região Nordeste. Esses estabelecimentos representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (Observatório Agrícola, 2014).

De acordo com os dados do Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER, 2007, p. 2), a agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta um pequeno incentivo à agricultura para que se obtenham respostas rápidas nos outros setores econômicos. É necessário, portanto, elaborar projetos de desenvolvimento municipal ou mesmo regional baseados na agricultura sustentável e, principalmente, nos agricultores familiares.

No entanto, não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e, por que não dizer, uma condição de sobrevivência para a economia de um grande número de municípios brasileiros. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano, desencadeando o regional. Os principais canais de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar podem ser classificados em quatro: venda direta ao consumidor; integração vertical com o agronegócio processador; vendas para o setor de distribuição; e mercados institucionais (IBGE, 2010).

Vendas diretas - todas as operações de entrega direta do produto pelo produtor ao consumidor final, tais como: entregas em domicílio, feiras livres, feiras especializadas e eventos comerciais promocionais, lojas de produtores, vendas na propriedade (Observatório Agrícola, 2014);

Integração vertical - venda de produtos como matéria-prima para beneficiamento pelo comprador (leite, hortifrutigranjeiros fumo, tomate, suínos e bovino, etc.) (EMBRAPA, 2014);

Vendas para distribuição - atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação (DESER, 2007, p. 2);

Mercados institucionais - um exemplo são os mercados criados pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Lei n 10.696, de 2 de julho de 2003 (IBGE, 2010).

É importante saber que o PAA é um instrumento de política pública operado por um Comitê Gestor formado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Atua na formação de estoques públicos, que têm como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado para garantir o preço e a renda do produtor. Também administra e mantém o abastecimento interno, comercializando estoques na entressafra para atenuar as oscilações de preços, e realiza a compra de produtos da Agricultura Familiar. A aquisição é feita por diferentes modalidades, tais como: compra para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; distribuição nas escolas, creches, hospitais públicos, restaurantes populares, entre outros, e a formação de estoques estratégicos (IBGE, 2010).

Portanto, a escolha do canal de distribuição para a venda dos produtos pelos agricultores familiares passa a ser um dos principais elementos da estratégia de comercialização. Entre os canais de distribuição citados, as feiras livres têm ganhado destaque na comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, em relação ao varejo tradicional, por apresentarem uma relação mais direta com o consumidor e uma melhor rentabilidade dos produtos comercializados nesse canal.

A relação direta entre o feirante e o consumidor possibilita a diminuição dos custos da comercialização, fazendo com que as feiras se coloquem como canais potencialmente mais eficientes, além de favorecer uma aproximação e a troca de saberes entre os agricultores-agricultores e agricultores-consumidores (Coelho, 2009).

Nesse sentido, a feira livre pode ser considerada a expressão de um complexo de relações sociais e econômicas que ocorre dentro de um determinado espaço público. Apresenta uma relevância grandiosa, principalmente no nordeste brasileiro, e isso se deve ao fato de ser a única fonte de renda de muitas famílias que, por fatores diversos, não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal, e outros pelo dom e estilo de seguir o modo de vida dos seus familiares, por reconhecerem o verdadeiro sentimento de viver da forma mais natural possível. Com isso, identificam e visualizam a feira livre, em seu rico complexo de atividades, como uma das poucas alternativas de sobrevivência (Santos, 1978, p. 102).

Mesmo competindo com espaços de comercialização varejistas organizados, como as redes de supermercados e hipermercados, as feiras são um recurso muito utilizado para o abastecimento doméstico periódico de produtos frescos. Embora influenciadas pelos movimentos da globalização e da grande disponibilidade e facilidade dos alimentos

industrializados, os alimentos oferecidos na feira livre são reconhecidos como de qualidade única, segundo Santos (1978).

Dessa maneira, a feira livre apresenta e representa a dualidade exposta pela modernidade urbana, com suas profundas contradições, sejam elas centrais ou periféricas. A questão da relação do trabalho na feira livre é muito instigante, uma verdadeira teia de relações que se forma através dela. A característica mais marcante e notória em relação às diversas formas de trabalhos encontradas no interior da feira livre é a questão da informalidade (Meneses, 2005).

De acordo com Santos (1978), o espaço urbano das cidades nos países periféricos fornece várias indicações que servem como elemento direcionador para que possamos enquadrar com segurança a feira livre como pertencente ao circuito inferior da economia urbana desses países, ao vincularmos suas características ao quadro comparativo dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos, como: mão de obra desqualificada, capital relativamente pequeno, estoques de mercadorias baixos e preços negociáveis entre o comprador e o comerciante (Santos, 1978).

A formação dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos teve origem no processo de modernização excludente produzido pelos países centrais e imposto aos países periféricos. Essa modernização produziu uma forma de precarização do trabalho urbano e, ao mesmo tempo, um êxodo rural em direção às cidades. Esses fatos tiveram como consequência um grande contingente de pessoas sem emprego e sobrevivendo de atividades ocasionais nas cidades, ao lado de uma pequena parcela da população com rendas elevadas (Santos, 1978).

Essa desigualdade social formou dois tipos de consumidores: os que têm completo acesso aos bens e serviços oferecidos, e aqueles que, mesmo tendo vontade de consumir, não possuem condições monetárias para satisfazê-la. Essa desigualdade gerou formas diferenciadas de consumo, fazendo com que surgissem nas cidades dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços denominados “[...] circuito inferior e superior da economia urbana dos países periféricos” (Santos, 1978 *apud* Meneses, 2005, p. 4).

Aprofundando aqui as ideias de Santos (1978), apreendemos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos, e um é que as feiras livres se incluem no circuito inferior. Isso se deve ao fato de que no final das feiras livres ainda terem mercadorias sem vender; desse modo, os preços podem cair até 50%, pois o feirante não quer voltar para casa com a produção. Os preços tanto sofrem variações no decorrer do dia quanto do mês e do ano. Por esse motivo, varia também o público: pela manhã, geralmente, um grupo de poder aquisitivo considerável; já no final do dia, pessoas de menores condições financeiras esperam

o momento dos preços mais baixos e ainda pechinham. Variações ao longo do ano são acentuadas. Os/as feirantes conhecem bem essa situação e procuram vender mais rápido e pelo melhor preço (Ribeiro, 2007).

Embora pertençam ao circuito inferior, as feiras livres se articulam com o circuito superior na medida em que se constituem de mercadorias das grandes centrais de abastecimento vinculadas à capital e a outros estados. Assim, mesmo mantendo uma característica peculiar de periferia, nada impede que tenha ligação entre o grande capital (circuito superior da economia) e as populações de baixa renda que não têm acesso às grandes redes de supermercado ou *shoppings* (Santos, 1978).

As feiras livres são ainda hoje a maneira mais eficiente de comercializar os gêneros alimentícios de primeiras necessidades no contexto urbano. Nesse sentido, sua importância também como mercado consumidor dos produtos gerados pelos pequenos produtores rurais, pela agricultura familiar, bem como a extensão desses mercados e as formas de distribuição desses produtos ainda se propõem como um vasto campo de análise para identificar a relação complexa dos diferentes elementos que compõem essa rede produtiva (Meneses, 2005).

A agricultura familiar é considerada como um modo de produção econômica e social viável, com a produção de produtos primários diversificados para suprir o mercado urbano, posto que a comercialização desses produtos é um gerador de renda adicional, bem como um canal que permite o relacionamento direto entre o produtor e o consumidor final. Os agricultores disponibilizam os seus produtos nas feiras livres e, muitas vezes, esses estão intimamente ligados às tradições da região e da população, não sendo encontrados no mercado formal, atraindo assim consumidores que buscam esse tipo específico de produto (Coelho, 2009).

A realização desse trabalho surge da necessidade de identificar o funcionamento e as especificidades locais das feiras livres de Santo Estêvão, demarcando suas singularidades geográficas, bem como a espacialização de suas territorialidades intrínsecas a sua organização e dinâmica local, sendo assim uma forma de valorizar e expandir a agricultura local e os produtos (quiabo e hortaliças). Daí a importância das feiras livres para os santoestevenses como canal de comercialização dos produtos originados da agricultura familiar, um importante agente econômico e fonte de recursos para os pequenos produtores rurais e gerador de renda para todo o município (SEOBS, 2023).

As hortaliças cultivadas pela agricultura familiar são comercializadas na feira livre, sendo que boa parte é oriunda da agricultura familiar irrigada, do município de Santo Estêvão, localizada principalmente às margens do Rio Paraguaçu e nas áreas próximas ao centro

urbano (Figura 8). Tal agricultura provê o mercado de uma produção mista e diversificada, com o cultivo de vários tipos de hortaliças (Figuras 9 a 13), tais como: alface, quiabo, cebolinha, maxixe, salsa, brócolis, espinafre, hortelã, rúcula, manjeriço, couve, jiló, pimentão, coentro, abóbora (SEOBS, 2023). Assim sendo, a agricultura local é responsável por grande parcela da produção dos principais produtos de gêneros alimentícios que compõem a alimentação da população de Santo Estêvão e das cidades que fazem parte do circuito desses/as feirantes. Nesse sentido, a feira livre passa a ser uma forma de manutenção econômica para a população do campo e da cidade, passando a ser um agente de desenvolvimento regional e local, agregando os pequenos e médios agricultores numa cadeia produtiva e complexa, interligando cada vez mais as relações campo-cidade (SEOBS, 2023).

Figura 8. Plantações irrigadas em Santo Estêvão



Fonte: Estêvão, [s.d.].

Figura 9. Plantação de jiló



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 10. Plantação de hortaliças (alface, coentro e cebolinha)



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 11. Agricultura familiar



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 12. Hortaliças da agricultura familiar do pequeno agricultor



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 13. Irrigação de hortaliças



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

É também uma feira livre de interação social significativa, onde as pessoas se reúnem para vender ou comprar seus produtos, conversar e fortalecer os laços comunitários. Também pode representar patrimônio imaterial, com seus conhecimentos tradicionais sobre culinária, práticas agrícolas e técnicas artesanais. Todos esses elementos podem contribuir para a consideração da feira livre de Santo Estêvão como patrimônio cultural, ajudando a preservar e valorizar as tradições locais, assim como a identidade de sua comunidade.

A feira livre pode ser considerada a mais significativa opção disponível para os pequenos agricultores de base familiar comercializarem seus produtos. É um canal de distribuição com características distintas dos outros formatos varejistas, e sua escolha leva em consideração aspectos relacionados a fatores climáticos, sazonalidade do produto, preços e regularidade da oferta.

Os agricultores familiares, que optam pela feira livre, têm como principais condicionantes a questão do relacionamento direto com os consumidores, por meio do qual os mesmos criam vínculos sociais, criam-se oportunidades para conversas e negociações gerando, com isso, possibilidades de negociação entre o produtor e o consumidor final. Percebe-se, portanto, que é um local de agregação, vivência e, principalmente, de socialização entre as pessoas. Segundo Santos (2004), nessa luta (constante) contra o chamado setor

informal, a feira livre, descrita aqui como circuito inferior, é o lugar da liberdade, da inventividade, da originalidade, é o lugar onde tudo pode estar presente.

No que tange à higienização, Peter Burke (2007) compreende a limpeza como a ausência de sujeira, tanto em termos físicos quanto simbólicos. Fisicamente, refere-se à remoção de resíduos, impurezas e sujeira de superfícies, objetos ou ambientes, resultando em um estado de higiene e organização. Simbolicamente, a limpeza também pode se referir a um estado de pureza, ordem e harmonia.

Por outro lado, sujeira é o acúmulo de resíduos, detritos ou impurezas que tornam um objeto, superfície ou ambiente menos higiênico e organizado. Além do aspecto físico, a sujeira também pode ter conotações simbólicas, representando desordem, negligência ou falta de asseio. Esses conceitos estão relacionados à manutenção de ambientes saudáveis e agradáveis para o convívio humano, tanto no sentido prático quanto no simbólico.

As ideias de sujeira e limpeza por parte de cada frequentador da feira livre, seja ele o feirante, o gari, o fiscal da prefeitura ou o observador, perpassa pela compreensão de que as práticas higiênicas refletem hábitos que se instituem como códigos socioculturais, e as mudanças podem significar mais que a alteração de práticas comportamentais. As concepções sobre limpo e sujo, em geral, estão cercadas de símbolos que refletem saberes de uma cultura própria de quem vive, sobretudo, em precárias condições materiais. A desordem da organização social ou a falta de um ordenamento habitual é o que produz incômodo às personagens acostumadas com essas precárias condições de sobrevivência e trabalho (Meneses, 2005).

Para os comerciantes, o mais importante é manter a organização dos produtos enfileirados como vitrines para a venda: os folhosos estão ao lado dos temperos; os cereais, ordenados em sacos próximos aos olhares que vigiam a mercadoria enquanto negociam com o consumidor. No mesmo lugar, os consumidores entendem a lama do chão como sujeira. Para outros, feira e lama estão no mesmo campo semântico, posto que não há feira sem lama. Os sentidos se mesclam e rompem os limites, circulam livremente, invadindo fronteiras simbólicas (Coelho, 2009).

A lama, para os/as feirantes, pode significar vida, comércio, movimento. Lama é mistura de terra e água e, ao se definir feira como lama, expressa-se a compreensão da feira como lugar onde pessoas e objetos se misturam. As regiões associadas à lama se caracterizam como espaços periféricos, escondidos, locais de transição, limítrofes, em que a presença conjunta da terra e da água demarca um espaço ambíguo. Como a lama, a feira tem sua fluidez (Santos, 1978).

Na feira, a ideia de limpeza está associada à concepção de normalidade. Para o feirante de peixes, as escamas no chão, em torno de sua banca, com cheiros fortes, não simbolizam sujeira, mas os restos de vegetais e ossos no chão próximos ao seu trabalho é que indicam o local sujo. Limpo e sujo têm lugares particularizados pelos/as feirantes com suas mercadorias. Assim, para eles, lugar de peixe tem escamas no chão; lugar de verduras e frutas têm cascas; lugar de carnes, ossos. Isto não representa sujeira, nem desordem (Santos, 2004).

Para os consumidores desse espaço, a higiene é responsabilidade de todos e não uma característica pessoal de determinados sujeitos. A qualidade dos alimentos não está associada às suas condições de conservação, e sim às características detectáveis, principalmente pela imagem e pelo cheiro do produto. Esses sentidos funcionam como signos das práticas de higiene e se relacionam a outros códigos da linguagem (Meneses, 2007).

O sujo, antes mesmo de ser considerado orgânico e patogênico, é de ordem simbólica e classificatória. Varrer e lavar são as ações que colocam as coisas em seus devidos lugares. Para os garis, cujo papel central é retirar a sujeira do ambiente e trazer a ordem de volta ao local, o termo sujeira significa bagunça, desordem, perigo (Santos, 2004).

Nos discursos dos fiscais da Vigilância Sanitária, a interferência do conhecimento técnico-científico na sua compreensão sobre limpo e sujo é mais evidente. Nas falas desse grupo, o perigo invisível dos microrganismos é traduzido como ameaça de insetos, mofo, vetores e veículos de doenças. Somente os fiscais municipais associam o sangue das carnes expostas à venda à ideia de sujeira e contaminação. Para outros, o sangue faz parte desses espaços na feira, não faz mal. Um gari diz que a sujeira do bairro é diferente da encontrada na feira. Cada lugar tem a própria condição higiênica, e, nele, as sensações se assemelham ou se afastam (Meneses, 2007).

A ideia de lixo é uma questão de ordem cultural que se notifica a partir de símbolos individuais: o que é lixo para um, pode não ser para outros, dependendo da utilidade que ainda tiver para determinados indivíduos. Por exemplo, os ossos, após a retirada da carne, podem ser considerados lixo para uns e alimento para outros.

A feira livre, como parte da cultura e tradição, desempenha um papel significativo no contexto do patrimônio cultural, é espaço emblemático de interação social, os rituais da feira são expressões culturais e gastronomia típica, refletindo os costumes da região, contribuindo para a preservação de práticas tradicionais, técnicas transmitidas ao longo das gerações, representando patrimônio imaterial que agrega valor à diversidade cultural. A arquitetura efêmera (armar e desarmar) das barracas, as cores vibrantes dos produtos expostos e o burburinho característico, criam uma atmosfera única que desperta os sentidos e proporciona

uma experiência singular a quem por ela passar. Portanto, considerar a feira livre como patrimônio cultural é reconhecer sua importância e preservar as tradições culturais.

2.1. CIRCUITO DA ECONOMIA

A economia é um sistema complexo que envolve a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Para compreender como esses processos interagem, podemos dividir a economia em dois circuitos principais: o circuito superior e o circuito inferior. Cada um desses circuitos desempenha um papel fundamental na dinâmica econômica, refletindo as interações entre diferentes agentes econômicos.

O circuito superior da economia é frequentemente associado ao fluxo de capitais e à movimentação de recursos financeiros. Nesse circuito, as empresas e os investidores são os principais protagonistas. As empresas produzem bens e serviços e, em troca, recebem dinheiro dos consumidores. Esse dinheiro é então reinvestido em novas produções, salários para os trabalhadores e pagamento de impostos. Um exemplo prático do circuito superior é quando uma fábrica de roupas utiliza os lucros obtidos com as vendas para expandir sua produção, investindo em novas máquinas e aumentando a contratação de funcionários. Esse ciclo de investimento gera mais empregos e, conseqüentemente, mais renda para os trabalhadores, que podem consumir mais produtos e serviços, alimentando ainda mais a economia.

Por outro lado, o circuito inferior da economia está mais relacionado ao fluxo de bens e serviços entre os consumidores e as famílias. Nesse circuito, o foco está nas transações cotidianas e na circulação de produtos. As famílias consomem bens e serviços oferecidos pelas empresas em troca de dinheiro. Essa relação é fundamental para entender como a renda é distribuída entre os diferentes setores da sociedade. Um exemplo do circuito inferior pode ser observado quando uma família vai ao supermercado para comprar alimentos. O dinheiro gasto na compra alimenta não apenas o supermercado, mas também toda a cadeia produtiva envolvida; desde os agricultores que cultivam os alimentos até os caminhoneiros que fazem a entrega. Esse fluxo constante de consumo é vital para manter as empresas funcionando e para garantir que os produtos cheguem aos consumidores.

É importante ressaltar que os circuitos superior e inferior não operam isoladamente; eles estão interconectados. O investimento realizado pelas empresas no circuito superior gera empregos que aumentam a renda das famílias no circuito inferior. Por sua vez, o consumo das

famílias alimenta a produção das empresas, criando um ciclo virtuoso para a economia. Entender tais circuitos da economia nos ajuda a perceber como as interações entre diferentes agentes econômicos moldam o funcionamento do sistema econômico como um todo. Estes são essenciais para promover o crescimento econômico sustentável e o bem-estar social, evidenciando a importância da colaboração entre todos os envolvidos na economia.

2.1.1 A Feira Livre de Santo Estêvão como Patrimônio Cultural

Utilizando como exemplo a feira do município de Santo Estêvão e sua região para analisar o comportamento das feiras como patrimônio cultural, justifica-se neste trabalho a necessidade de investigar como se deu sua importância como forma de valorizar a cultura e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, sobretudo dos agricultores de pequeno e médio porte no município de Santo Estêvão. Atividade essa responsável pela dinâmica econômica mais representativa da região, que acaba atraindo um número maior de consumidores de outras cidades devido à excelente localização do município (representada graficamente na Figura 46, exposta no primeiro capítulo), que se situa às margens da BR-116 e de outras vias de acesso existentes na cidade.

Como consta em documentos fotográficos disponíveis no Arquivo Público da cidade, a feira livre do município, no século passado, era realizada aos domingos, ao lado da Igreja Matriz, onde também se encontrava o antigo cemitério. Ali permaneceu até quando foi construída a Praça Sete de Setembro, juntamente com o Mercado Municipal, em 1924, pelo Intendente Temístocles Pires de Cerqueira, cuja finalidade era o assentamento das feiras livres. Só a partir de 1935, a feira livre principal passou a ser realizada aos sábados, permanecendo até hoje (IBGE, 2010). Esta mudança ocasiona uma extensa movimentação no mercado municipal diariamente, e em especial nos dias de sábado, dia oficial da referida feira.

Na atualidade, a feira livre de Santo Estêvão funciona em outros dias da semana porém, é no sábado que ocorre a maior concentração de feirantes e uma maior oferta de produtos, estimulando os pequenos agricultores rurais do município a comercializarem seus produtos, em especial hortaliças e o quiabo (Figura 14), que é plantado na região por esses pequenos agricultores (SEOBS, 2023).

Figura 14. Plantação de quiabo



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Em relação ao funcionamento da feira livre e sua importância na comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e de outros produtores rurais das pequenas cidades, é válido destacar que a feira nessa região assume conotações e significados distintos: existe a feira local, fixa, onde os pequenos produtores locais ofertam seus produtos; e a feira itinerante, que é formada por vendedores que apresentam um circuito itinerante, percorrendo um conjunto de cidades, numa rota fixa pré-determinada.

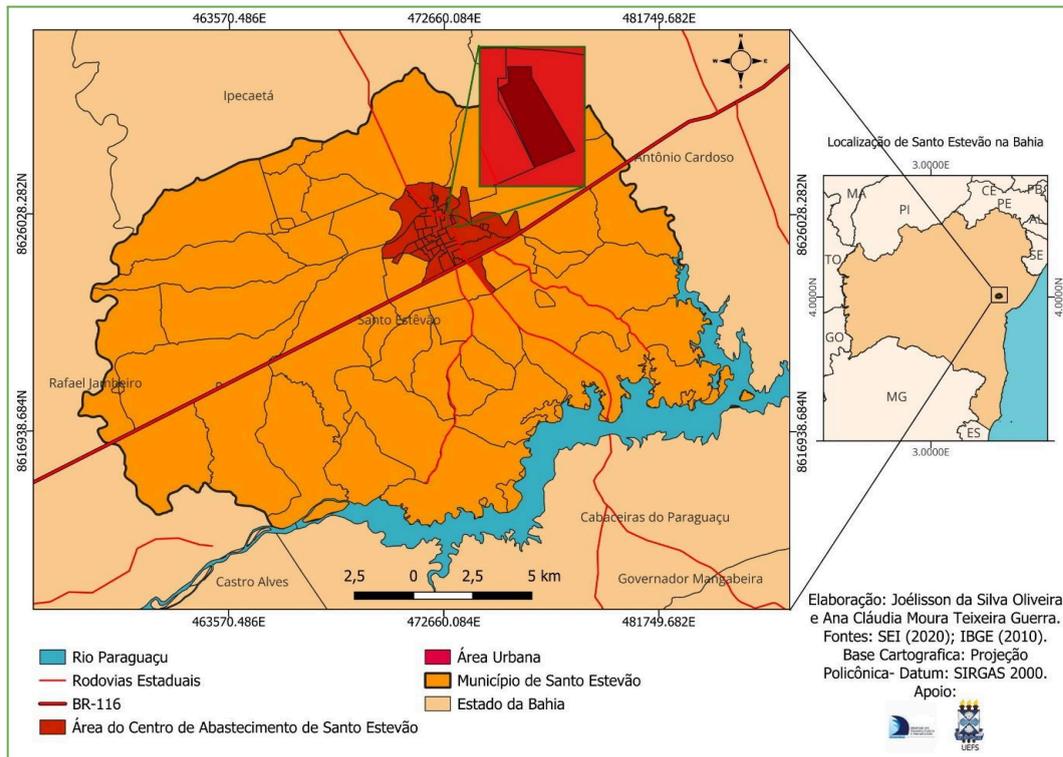
Esta feira itinerante, quando chega às pequenas cidades, forma uma grande feira, que mobiliza não somente vendedores locais, como os de toda a região. Funciona quase a semana toda (exceto quinta e sexta-feira, quando cada feirante permanece na própria localidade), cada dia indo para uma localidade diferente, sendo que a feira de maior movimentação econômica e social ocorre nos três municípios que possuem uma população de maior relevância urbana: Amargosa, Cruz das Almas e Santo Estêvão (IBGE, 2010).

A dinâmica da feira itinerante, durante a semana, começa na segunda-feira, em Itatim; na terça-feira, ocorre o fluxo para Rafael Jambeiro; na quarta-feira, os/as feirantes se dividem em três grupos, indo para Ipirá, Ipecaetá e Castro Alves; às quintas e sextas-feiras, os/as feirantes ficam em suas localidades de origem. Sábado, o dia da feira mais importante, de maior fluxo de pessoas, os/as feirantes se estabelecem nas cidades mais populosas, que são:

Santo Estêvão, Cruz das Almas e Amargosa; e, no domingo, os/as feirantes se deslocam para Cabaceiras do Paraguaçu (IBGE, 2010).

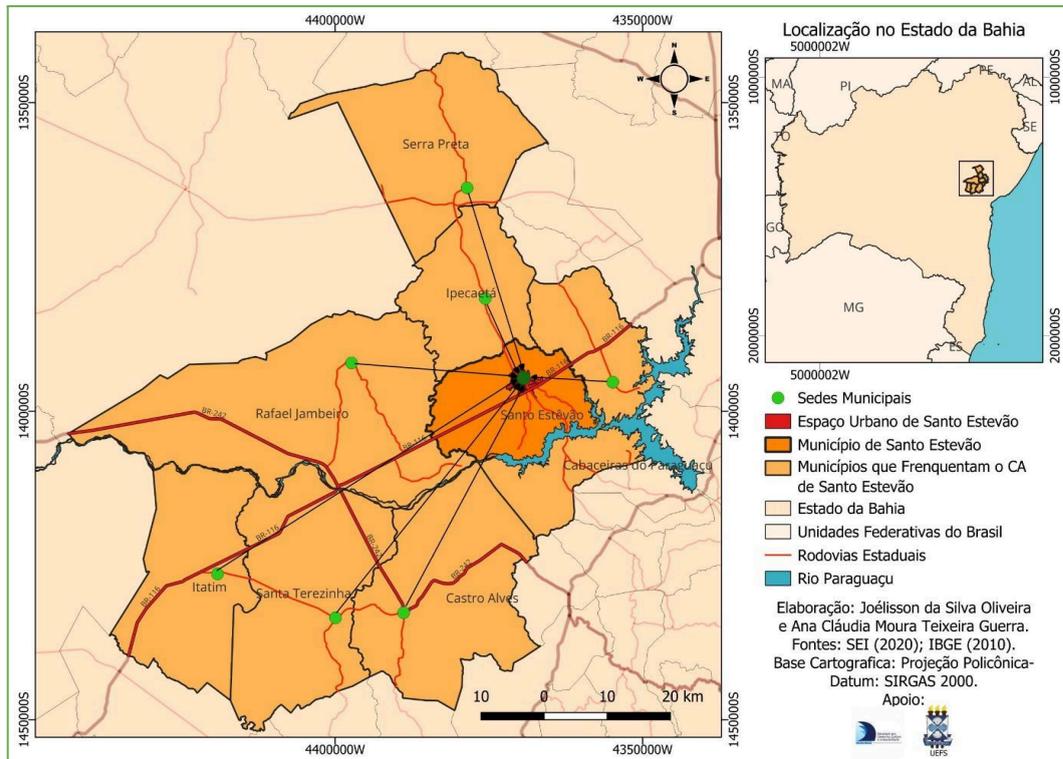
As figuras 15 e 16 mostram o mapa da localização da feira livre de Santo Estêvão em relação ao município e os municípios que formam o grupo dos integrantes que compõem este circuito.

Figura 15. Mapa da localização da feira livre de Santo Estêvão em relação ao próprio município



Fonte: IBGE (2012), modificado por Joélisson Oliveira e Ana Cláudia Guerra, 2024.

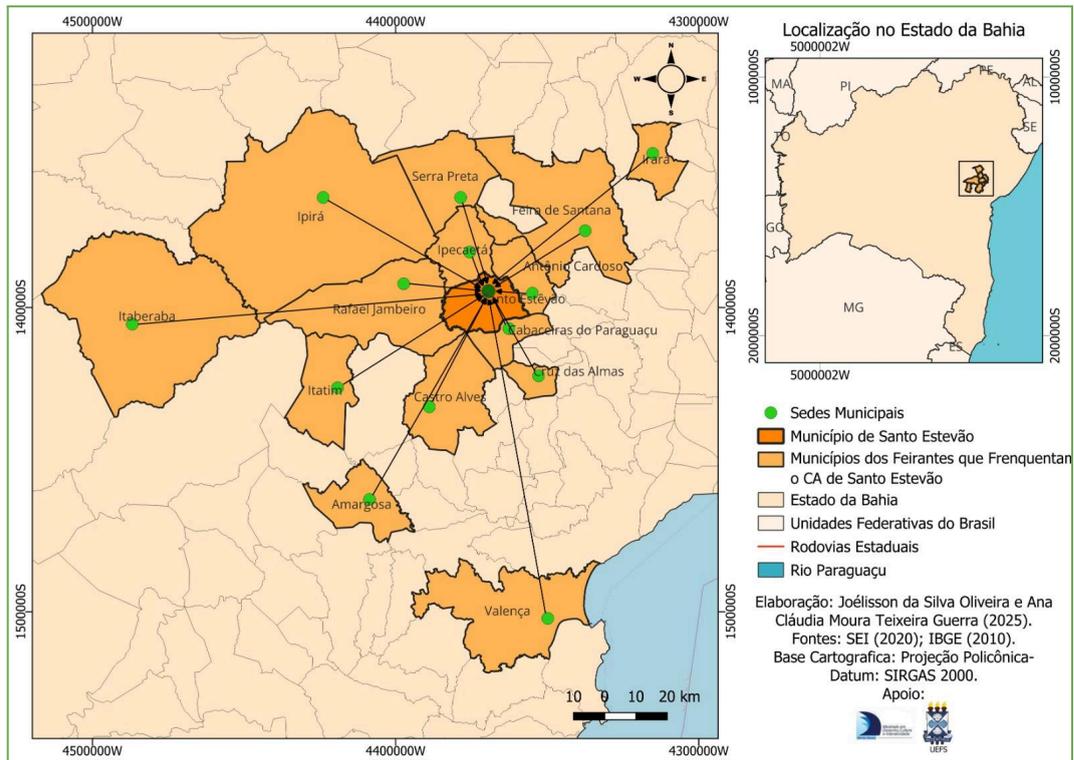
Figura 16. Localização das principais feiras em relação ao estado da Bahia



Fonte: IBGE (2012), modificado por Joélisson Oliveira, 2024.

A feira livre de Santo Estêvão, ocorre durante a semana, porém nos dias de sábado é a grande feira, o que, conseqüentemente, provoca uma intensa circulação de pessoas e feirantes nesses locais. Essa dinâmica espacial pode ser percebida através do circuito itinerante que os/as feirantes fazem no decorrer da semana, em oito municípios (Figura 17). São similares às características das populações das cidades que fazem parte do circuito dos/as feirantes. Com todo esse movimento intermunicipal ocorrem variações nos preços dos produtos na feira livre, como os das hortaliças, os quais os/as feirantes afirmam que ocorre uma oscilação nos preços em cada feira livre. Isso é decorrente da distância entre as cidades que eles percorrem no decorrer da semana, acrescentando o valor do transporte, assim como o pagamento de terceiros contratados esporadicamente (auxiliares de vendas e carregamento /descarregamento das mercadorias) sobre o valor do produto (Santos, 1978).

Figura 17. Mapa do itinerário dos municípios que compõem a feira livre de Santo Estêvão



Fonte: IBGE (2012), modificado por Joélisson Oliveira, 2024.

Outro ponto importante que pode ocasionar a variação de preços é o período de seca ou de chuva. No período das chuvas, tem-se uma maior oferta de hortaliças nas feiras livres e, por conseguinte, ocorre uma diminuição dos preços. Já nos períodos de seca ou estiagem, faz-se necessário a utilização das técnicas de irrigação, como meio de suprir a falta d'água nas plantações, acarretando um maior gasto na produção que inclui eletricidade, manutenção dos motores que bombeiam a água do rio para as plantações, além dos produtos de consumo, como mangueiras, óleo de motores, etc., aumentando os custos, os quais são agregados diretamente ao valor final do produto quando da comercialização nas feiras (Santos, 1978).

2.1.2 O espaço da Feira Livre de Santo Estêvão

A feira livre de Santo Estêvão possui um órgão público responsável por sua organização e manutenção do espaço físico. A Secretaria de Obras (SEOBS) é o setor que cuida do mercado e realiza o cadastro dos/das feirantes. Um elemento de destaque a ser analisado é a forma como a feira livre de Santo Estêvão é estruturada nos dias de sábado, que é a grande feira da semana: ela é composta por duas grandes subdivisões: a parte coberta e a parte descoberta (SEOBS, 2023).

Também o tipo de produto comercializado é relevante para a organização da feira. Cada produto (carne, farinha, cereais, roupas, bijuterias, utensílios domésticos, etc.) ocupa lugares específicos, determinados pela Prefeitura. Na área central da feira livre, toda coberta, com a presença dos/das feirantes que se cadastraram na prefeitura, há a comercialização das hortaliças. Esta parte coberta, localizada na área central do mercado, serve como proteção tanto para as/os feirantes como para suas mercadorias. Para obter esse local coberto, o feirante precisa realizar anualmente um cadastro na Prefeitura Municipal. Essa ação tem como finalidade organizar os espaços dentro do mercado, promovendo assim uma maior comodidade, tanto para aqueles que irão expor seus produtos, como para os consumidores que irão circular pela feira livre. Através desse cadastro, o feirante terá direito a uma banca de madeira (local utilizado para expor os produtos) e o fardamento (colete azul) que servirá de identificação de que aquele determinado feirante tem autorização para ocupar aquele local, sendo que na área coberta a capacidade é de, em média, cem mesas. De acordo com a Secretaria de Obras, existe também uma norma de padronização (cor e material) e metragem das bancadas (2m).

Já a parte descoberta é ocupada por comerciantes e camelôs que não são cadastrados no Setor de Obras do município. Assim, os/as feirantes que não ocupam a área central (coberta) se posicionam nas suas laterais, sem locais pré-determinados; porém, de forma organizada e com lugares apropriados, buscando sempre manter uma boa estrutura. Alguns comerciantes organizam seus produtos em barracas de madeiras e outros em lonas no chão (SEOBS, 2023).

Em 2022, ano do centenário de emancipação política e da feira, duzentas barracas com estrutura de ferro galvanizado foram acrescentadas na feira livre de Santo Estêvão. As Figuras 18 a 23 apresentam a diversidade de barracas que constitui essa feira livre.

Figura 18. Barracas na área coberta



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 19. Barracas na área descoberta



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 20. Barracas cadastradas



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 21. Barracas não cadastradas



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 22. Mercado de carne



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 23. Barracas de ferro galvanizado



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Ademais dos diversos tipos de barracas que compõem a feira, encontramos muitos feirantes nos arredores, sem nenhum tipo de estrutura para mercar seus produtos. Muitos se viram como podem, expondo suas mercadorias em carrinhos de mão e até mesmo no chão (Figuras 24 a 26).

Figura 24. Venda de aves



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 25. Compra e venda de animais vivos



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 26. Feirantes nos arredores da feira



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

2.2 CENÁRIO DA FEIRA LIVRE

Como mostram as imagens nesta dissertação, o cenário da feira livre inclui elementos materiais, como as estruturas físicas (barracas, estandes, edificações) e os objetos utilizados na feira (produtos à venda, utensílios, decorações). A preservação e o valor histórico desses elementos devem ser avaliados em relação à sua importância para a identidade cultural local. Assim, para a compreensão da história da feira, pretendemos, a partir do viés da Análise do Discurso, do teórico francês Michel Pêcheux, analisar os sentidos sobre ser feirante, sobre a relevância da feira para a cidade.

Quando a feira livre é reconhecida como parte integrante e ativa do tecido urbano, ela contribui para a valorização do patrimônio cultural imaterial da cidade. Assim, quando esta feira se estabelece como elemento que constitui o espaço urbano, influenciando suas dinâmicas sociais, econômicas e culturais, ela deve ser considerada como sendo parte deste território e não como um elemento dissociado dele, estranho, desnecessário.

Utilizando como base as noções provenientes da Análise de Discurso de vertente pecheutiana, somos levados a refletir como são representadas as imagens sobre a feira, as/os feirantes e, nos trechos transcritos das falas dos mesmos, analisaremos os discursos sobre a feira livre e sua relevância como patrimônio material e imaterial.

Desse modo, compreender e analisar os sentidos sobre sua dinâmica e resistência pode auxiliar na compreensão da sua importância na vida das pessoas que dela dependem sua subsistência. Nesse direcionamento, vale ressaltar a importância de descrever o contexto histórico populacional e organizacional desta feira livre, a fim de entender quais fatores foram importantes para que seja reconhecida como patrimônio material e imaterial da cidade de Santo Estêvão-Ba, e o que está por trás desta feira livre, responsável por movimentar a economia local. Consideramos a feira como um elemento simbólico, cheio de sentidos e representações que fazem circular ideologias diversas e, que por isso, é um lugar de discursividade.

2.2.1 A Feira Livre como Elemento Histórico-Discursivo

Historicamente, o surgimento das feiras livres ocorreu diante do entremeio entre a cidade e o campo; as feiras eram espaços de negociação de produtos e circulação de pessoas

da própria região ou de outras regiões próximas, promovendo intercâmbios e trocas entre o meio rural e urbano.

Segundo estudiosos como Ferretti (2000), a origem das feiras livres esteve ligada à produção de excedentes que precisavam ser vendidos e comercializados, sendo as primeiras feiras oficializadas a partir da Idade Média. No entanto, mesmo antes deste período, na Antiguidade, entre gregos e romanos, já era possível encontrar indícios de trocas de mercadorias. Dessa forma, na Europa Medieval, a instituição das feiras livres ligava-se, sobretudo a espaços de sociabilidade, que, por sua vez, eram constituídos por mercadores de diversas regiões, além da existência de portos italianos, o que gerou a consolidação do comércio terrestre e mercados orientais de toda a Europa Ocidental. Assim, diante do crescimento da produção e necessidade de intercâmbio entre produtos excedentes e os que faltavam, e também diante da necessidade de suprir a população com produtos de grande necessidade, surgiram naturalmente as feiras livres.

No Brasil, as feiras remontam ao Período Colonial, sendo trazidas pelos colonizadores. Diante do crescimento demográfico, da necessidade de suprimento da população e do intercâmbio entre povoamentos do campo e das cidades, as feiras livres se constituíram e, atualmente fazem parte da cultura brasileira, sendo importantes locais de produção de discursos. Assim:

As feiras livres, mais que espaços de comércio, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias. No Brasil, como em outras sociedades, as feiras são espaços ricos culturalmente. Em geral, afastadas dos setores mais abastados das cidades, elas estão mais próximas das camadas populares, nas áreas periféricas e hoje servem mais a esta população (Minnaert, 2008, p. 130).

Diante da importância das feiras livres como elemento rico em cultura e discursos, voltaremos nosso olhar sobre a feira livre de Santo Estêvão, cidade do interior da Bahia, Brasil, buscando identificar onde a cidade real, tátil e concreta se encontra. Esta feira está organizada com, aproximadamente, 300 barracas de estrutura fixa (cobertura metálica), 300 de estrutura móvel (cobertura de lona), 20 boxes e 3 grandes galpões.

E é através do encontro do passado com o presente que as pessoas se reconhecem coletivamente como iguais, identificando-se pela utilização de elementos do grupo do qual fazem parte, construindo sua história e identidade. Portanto, as representações e o imaginário sobre a feira livre de Santo Estêvão, então representados por uma terra, um espaço de aconchego, beleza, religiosidade e trabalho, mostrando, conforme defende Chartier (1990, p.

17) que “[...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros”.

Tomamos para este artigo, elementos teóricos da Análise de Discurso da vertente pecheutiana, com vistas à compreensão do modo como a referida feira é discursivizada como espaço de produção de ideologias, historicidade, silêncios e memórias.

2.2.2 A Constituição do Discurso sobre as Feirantes e a Feira Livre e Santo Estêvão

Defender a ideia de que “imagem é discurso” envolve argumentar que as imagens não são meros elementos visuais, mas sim veículos de comunicação que transmitem significados, ideias e emoções. As imagens funcionam como discursos complexos que desempenham um papel crucial na comunicação humana e na construção do significado social. Assim, como afirma Orlandi (2000), imagem é discurso e todo discurso é fruto da interpretação ideológica. A interpretação de imagens é um processo ativo e dinâmico, onde o espectador traz suas próprias experiências e conhecimentos para a análise. Isso significa que cada imagem gera múltiplos discursos dependendo do público.

As imagens carregam significados que vão além do que é imediatamente visível. Elas podem simbolizar conceitos, valores ou narrativas culturais. Por exemplo, uma imagem de uma feira livre pode evocar temas como comunidade, tradição ou sustentabilidade.

Dessa forma, as imagens são interpretadas dentro de contextos culturais específicos. O significado de uma, pode variar significativamente dependendo da cultura e das experiências do espectador. Assim, a imagem se torna um discurso que reflete e molda percepções culturais, transmite mensagens sem necessidade de palavras, pode expressar emoções, contar histórias ou fazer declarações sociais e políticas. Por exemplo, uma fotografia de feirantes interagindo com fregueses pode comunicar uma sensação de comunidade e solidariedade. Também podem ser usadas para persuadir ou influenciar opiniões. Assim, a imagem se torna um meio de discurso ideológico.

Figura 27. Feira livre de Santo Estêvão



Fonte: PMSE, s/d.

A Figura 27 mostra a feira livre da cidade de Santo Estêvão, Bahia, um espaço vibrante e movimentado onde produtores e consumidores se encontram para compra e venda de produtos agrícolas frescos. Para tanto, é interessante analisar os diferentes aspectos da imagem, sendo eles: A disposição é típica de uma feira ao ar livre, porém coberta por uma estrutura metálica; Os feirantes estão posicionados atrás de suas bancas, organizando e expondo seus produtos; As bancas são dispostas em fileiras paralelas, criando corredores pelos quais os fregueses circulam, observando e selecionando os itens de seu interesse. Há uma grande concentração de pessoas, indicando um fluxo constante de compradores e vendedores. Os fregueses se movem livremente entre as bancas, interagindo com os feirantes para negociar preços e escolher os produtos. A imagem captura um momento de intensa atividade comercial, com pessoas em movimento e interação, característica importante da feira livre.

As vestimentas dos presentes são, majoritariamente, informais, refletindo a atmosfera casual de uma feira livre. A maioria usa roupas leves e confortáveis, apropriadas para o clima tropical. Não há um padrão específico de vestimenta, mas observa-se uma variedade de roupas, desde trajés mais simples até outros um pouco mais elaborados. Algumas pessoas

usam bonés ou chapéus para proteção solar. Os feirantes, em geral, vestem roupas práticas para o trabalho, facilitando o manuseio dos produtos.

Importância Social e Econômica

A feira livre de Santo Estêvão desempenha um papel significativo tanto social quanto econômico. É um ponto de encontro comunitário, um espaço de interação social onde pessoas de diferentes contextos e de diferentes gerações trocam experiências, um encontro entre o passado e o presente, e uma projeção no futuro. Ou seja, tudo aquilo que ficou para trás, mas que ainda pode ser visto no presente e se conectam. É um local de troca de informações, notícias e convívio social, fortalecendo os laços comunitários. A feira também contribui para a preservação da cultura local, mantendo viva uma tradição das feiras livres como espaço de comércio e interação social, sendo crucial para a economia local. Ela proporciona uma plataforma para pequenos agricultores e produtores locais venderem seus produtos diretamente aos consumidores, sem intermediários. Isso garante uma renda para os produtores e preços mais acessíveis para os fregueses, consumidores da feira livre.

Segundo Orlandi (2000, p. 45), “só o fato de a imagem caber interpretação é ideológico”. Ao analisar uma imagem de feirantes, do ponto de vista ideológico, envolve olhar além da estética e focar nas mensagens, valores e contextos sociais que a imagem pode transmitir. E levando em consideração a localização e cultura, é importante considerar onde a feira está situada e as tradições locais. A cultura da região pode influenciar a forma como os feirantes se apresentam e interagem com os frequentadores. Essa interação pode revelar valores de solidariedade, comunidade e troca justa. Uma relação amigável sugere uma dinâmica social positiva, enquanto tensões visíveis podem indicar desafios socioeconômicos. Também, a história da feira livre de Santo Estêvão-Ba, tem um significado histórico importante, refletindo práticas agrícolas, sociais e econômicas.

Ao considerar os aspectos de atitudes e expressões faciais, ideologia econômica, identidade e cultura; todos esses aspectos construíram uma análise mais profunda e crítica da imagem dos feirantes, interpretando seu caráter ideológico em relação ao contexto social, econômico e cultural em que estão inseridos.

Figura 28. Feirante da barraca de roupas



Fonte: Notícias, P., 2017.

A Figura 28 mostra uma feirante sendo entrevistada. Essa feirante usa uma faixa no cabelo, estampada com padrão de onça, em tons de marrom e bege. Este acessório é comum entre mulheres, e sua escolha sugere um gosto pessoal e/ou uma preferência por praticidade, mantendo o cabelo longe do rosto durante o trabalho. Ela veste um vestido sem mangas, de cor roxa escura, que parece ser de um tecido fluido e leve, provavelmente de viscose ou seda sintética, com corte simples e um decote em V, discreto. A escolha de um vestido sugere conforto e praticidade para o trabalho em um ambiente possivelmente quente. A cor escura pode ser uma escolha prática para esconder eventuais sujeiras. A feirante aparenta ser uma mulher de meia-idade ou mais velha, com pele negra e cabelos escuros, parcialmente cobertos pela faixa. Sua expressão facial é séria e concentrada, provavelmente devido à tensão por estar sendo entrevistada. Não é possível determinar sua altura ou peso com precisão a partir da imagem. O fundo da imagem mostra uma feira de roupas, com diversas peças penduradas em varais. A variedade sugere que a feira é um local de comércio popular, oferecendo opções de vestuário a preços acessíveis. A presença de calças jeans em destaque indica que este é um item comum e procurado. Tal vestimenta simples e prática da feirante, combinada com o ambiente da feira, sugere uma realidade socioeconômica mais modesta. Sua expressão durante

a entrevista indica possivelmente uma conversa sobre o trabalho, os desafios, ou a vida na feira. A imagem, portanto, oferece um vislumbre da vida de uma trabalhadora informal, destacando a importância de seu trabalho e seu dia a dia.

Figura 29. Feirante das frutas



Fonte: Notícias, P., 2017.

A imagem mostra uma mulher de meia-idade, de pele negra e cabelos grisalhos curtos, sendo entrevistada em Santo Estêvão, na feira ao ar livre (Figura 29). Ela veste uma blusa sem mangas com estampa de onça em tons de marrom e bege, sugerindo um estilo casual e informal. Sua aparência física sugere uma pessoa trabalhadora, possivelmente acostumada ao sol e ao trabalho físico. A roupa da mulher é simples e prática, adequada ao ambiente de uma feira, onde conforto e mobilidade são importantes. A estampa de onça pode indicar um gosto pessoal ou uma tentativa de adicionar um toque de estilo à roupa cotidiana. As roupas das outras pessoas na imagem também são informais, refletindo o contexto comum à feira livre. A idade e a aparência da mulher sugerem uma vida de trabalho árduo. A pele bronzeada indica exposição ao sol, coerente com a atividade de vender produtos em uma feira ao ar livre, trabalhando diariamente como vendedora ou produtora dos itens expostos (bananas, no caso). Ela está sendo entrevistada, o que sugere que sua opinião e experiência são consideradas relevantes por algum meio de comunicação. Isso pode indicar que a imagem busca retratar a

realidade de trabalhadores em mercados locais, dando voz a um segmento da população que muitas vezes não tem espaço em outras mídias. A presença de outras pessoas no fundo da imagem, também trajando vestimentas simples e realizando atividades cotidianas, reforça a representação de um contexto social de trabalho e comércio informal. A imagem, portanto, pode ser interpretada como uma representação da vida cotidiana de trabalhadores em uma comunidade, focando na perspectiva de uma mulher negra, que muitas vezes está sub-representada em meios de comunicação.

Figura 30. Feirante das bananas



Fonte: Notícias, P., 2017.

A feirante exposta na Figura 30 é mais uma que faz parte da estatística que mostra uma mulher idosa, de pele negra, vendendo frutas em uma feira. Ela usa óculos, um boné branco e uma blusa de cardigan bege, com detalhes geométricos, sobre uma camiseta com uma estampa de um grupo de pessoas. Sua aparência sugere idade avançada e trabalho manual. As roupas da feirante são simples, práticas e adequadas para o trabalho ao ar livre. O boné protege do sol e a roupa é confortável, não atrapalha seus movimentos. A escolha das peças indica uma preocupação com a funcionalidade, acima de tendências da moda. A camiseta com estampa, por outro lado, sugere uma possível personalização e gosto pessoal, um toque individual em sua apresentação.

A mulher apresenta fortes marcas da idade no rosto, provocadas provavelmente pelo trabalho árduo. Sua expressão é séria, concentrada, possivelmente reflexo do trabalho ou da entrevista que está sendo realizada. Sua postura e o fato de estar sendo entrevistada indicam que ela se sente à vontade para se comunicar e expressar sua experiência. A feirante representa um segmento importante da economia informal, especialmente em países em desenvolvimento. Ela desempenha um papel fundamental na distribuição de alimentos, conectando produtores e consumidores. Sua atividade contribui para a segurança alimentar da comunidade e para a geração de renda, mesmo que em pequena escala. Ao mesmo tempo, sua imagem pode simbolizar a resistência e a força de trabalho de muitas pessoas idosas que, mesmo em idade avançada, continuam ativas economicamente, muitas vezes sem os benefícios de aposentadoria ou de um sistema de proteção social amplo. Ela representa a informalidade da economia, frequentemente desvalorizada, mas essencial para o funcionamento de muitos mercados. Sua presença na feira também destaca a importância das pequenas empresas e do comércio local. Em resumo, a imagem captura um retrato da realidade socioeconômica de muitas pessoas no mundo, mostrando a contribuição vital, mas muitas vezes invisível, de trabalhadores informais na sustentação de suas famílias e da comunidade. “[...] o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar[...]” (Orlandi, 2000, p. 45).

Concluindo, a partir das ideias de Eni Orlandi (2000), interpretar o discurso do dominante em relação ao dominado envolve analisar as relações de poder, hierarquia e influência que moldam a comunicação entre diferentes grupos sociais. Aqui estão algumas considerações importantes para essa interpretação das falas nos discursos das feirantes da feira livre de Santo Estêvão, no centro de abastecimento.

Para que fosse possível uma análise crítica, foi crucial adotar uma postura ao analisar o discurso do dominante em relação ao dominado, considerando as assimetrias de poder e as estruturas sociais que influenciaram a forma como as mensagens são construídas e recebidas.

Como diz Orlandi (2000), o sujeito só existe porque é determinado pela ideologia. O viés ideológico, o discurso do dominante muitas vezes reflete e reforça ideologias e narrativas que sustentam a manutenção da hierarquia social, justificando privilégios ou opressões em relação ao grupo dominado. O que causa silenciamento e invisibilização do sujeito, nesse caso as feirantes que tem seu discurso neutralizado pelo poder de quem administra. O que na verdade deveria ouvir quem trabalha, saber de suas necessidades e a partir daí tomar atitudes de tentar solucionar as demandas e não colocar a “prova de fogo”, colocando alguns(as) em

posição de conforto básico e outros(as), sem menores condições de trabalhos, tendo que se virar para organizarem suas barracas, em áreas descobertas, à própria sorte. Essa atitude divide o grupo enfraquecendo reivindicações por melhor condição de trabalho e sabendo dessa importância e resultado da feira livre para Santo Estêvão, não inibiu tal atitude.

Conforme Pesavento (2005), o discurso do dominante pode contribuir para o silenciamento ou invisibilização das vozes e experiências do grupo dominado, marginalizando suas perspectivas e reforçando estereótipos prejudiciais.

Ainda, o discurso do dominante pode influenciar a construção de identidades sociais, impondo narrativas que moldam a percepção do grupo dominado e restringem suas possibilidades de expressão e representação. Apesar das dinâmicas de poder presentes no discurso do dominante, é importante reconhecer as formas de resistência e subversão adotadas pelo grupo dominado para contestar, reconfigurar ou subverter essas narrativas hegemônicas.

Para tanto, foi fundamental situar a análise do discurso do dominante em seu contexto histórico, cultural e político, considerando as transformações sociais e as lutas por justiça e igualdade que moldam as interações entre esses grupos sociais: feirantes e Administração do Centro de Abastecimento. Vale saber que ao interpretar o discurso do dominante em decorrência do dominado, foi essencial adotar uma abordagem sensível, crítica e contextualizada que leve em conta as complexidades das relações de poder e a diversidade de experiências presentes nas interações entre estes diferentes grupos sociais.

3. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO

3.1 IMAGENS CONFIGURAÇÕES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO, ESPAÇO URBANO COMO TERRITÓRIO

O cenário da feira livre inclui elementos materiais, como as estruturas físicas (barracas, estandes, edificações) e os objetos utilizados na feira (produtos à venda, utensílios, decorações). A preservação e o valor histórico desses elementos devem ser avaliados em relação à sua importância para a identidade cultural local e para a compreensão da história da feira.

A arquitetura das barracas, dos boxes, galpões, estandes e demais estruturas pode refletir práticas construtivas tradicionais, com estilos arquitetônicos específicos ou modos de ocupação do espaço urbano que possuem significado histórico e cultural, os quais são símbolos de identidade. A feira livre é um espaço de interação social e cultural significativo para a comunidade local. As práticas cotidianas, as tradições, os saberes populares, as expressões artísticas e as manifestações culturais presentes na feira contribuem para seu valor como patrimônio imaterial.

A feira livre pode representar um ponto de referência na memória coletiva da comunidade, associada a eventos históricos, transformações sociais ou práticas culturais que moldaram a identidade local ao longo do tempo.

Em se tratando de espaço urbano como território demarcado pela feira livre, Santos (2004) diz que território e mercado estão intimamente ligados. Se comparados ao corpo humano, são inseparáveis como a cabeça e o tronco, em sua condição de conjunto sistêmico de pontos que constituem um campo de forças interdependentes. E, assim, podemos afirmar que as normas a que se submetem são dinâmicas e auto-reguladoras.

Segundo Santos (2004), o território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação. Sabemos que a força desses núcleos vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber informações de toda a natureza, tratá-las, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as, antes de as redistribuir entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço.

Com base nas ponderações de Santos (2004) e Pesavento (2007), afirmamos que a feira livre pode ser considerada como tendo o espaço urbano como território quando se

estabelece como um elemento central na dinâmica e na apropriação do espaço público da cidade. Isso pode ser observado por meio de vários aspectos.

Inicialmente, a feira livre geralmente ocupa o espaço público de forma temporária, transformando ruas, praças ou outros locais urbanos em espaços de comércio e interação social durante determinados dias da semana. No caso da feira livre de Santo Estêvão, ela tem estrutura física permanente porém, não impede, não inibe todas essas características comuns das feiras livres.

Portanto, toda organização e funcionamento da feira livre contribui para a interação entre os vendedores, os consumidores e os moradores do entorno, influenciando as dinâmicas sociais e econômicas da região.

Em muitas comunidades, a feira livre é um ponto central na vida urbana, servindo como local de encontro, troca de informações, compra de alimentos e produtos, além de ser um espaço para expressões culturais e artísticas. Muitas vezes, a feira reflete a identidade local e contribui para a construção do senso de pertencimento àquela região urbana específica, e também influencia a configuração do espaço urbano, intensificando o trânsito, o uso do solo, a circulação das pessoas, entre outros aspectos urbanísticos.

Quando a feira livre é reconhecida como parte integrante e ativa do tecido urbano, ela contribui para a valorização do patrimônio cultural imaterial da cidade. Assim, quando a feira livre se estabelece como parte integrante do espaço urbano, influenciando suas dinâmicas sociais, econômicas e culturais, ela pode ser considerada como tendo o espaço urbano como território.

Os conhecimentos e saberes tradicionais relacionados à produção, comercialização e preparo de alimentos, artesanato e outros produtos comercializados na feira são parte essencial do patrimônio imaterial associado a esse contexto.

A história da feira livre, suas origens e evolução ao longo do tempo, e seu papel na vida da comunidade são importantes para compreender seu valor como patrimônio histórico cultural, revelado por todas as narrativas históricas. Para tanto, faz-se necessário saber que existem órgãos de proteção e preservação da cultura como patrimônio, como é o caso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sendo informações do IPHAN, o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade das pessoas e a riqueza das culturas.

Para afirmar o registro desse instituto em defesa e proteção do bem cultural, em preservação da história, da memória e da identidade, ele registra a Feira de Caruaru, em

Pernambuco, no livro de Patrimônio, sob o Decreto nº 3.551/2000, que criou o Registro de Bens Patrimoniais, em resposta à demanda social de proteção aos mais vulneráveis e muitas vezes invisíveis na sociedade. Já o Decreto 5235/2020, de Uberaba, Minas Gerais, declara a Feira da Abadia como Patrimônio Imaterial Cultural de Uberaba. A partir de então, várias feiras livres começaram a solicitar assembleias com o objetivo de conseguirem formalizar esse mecanismo que acima de tudo é de preservação da cultura, da memória e da identidade. Em Feira de Santana, Bahia, também existe a lei Nº 3883, na Casa da Cidadania, que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do município de Feira de Santana as “feiras livres”.

A história e a cultura da cidade de Santo Estêvão está intimamente ligada a esse comércio informal que é a feira livre, sendo responsável por movimentar a cidade e fortalecer a economia local e da região (IBGE, 2022).

A feira livre de Santo Estêvão é muito mais do que um simples espaço de comércio; ela representa um rico patrimônio cultural que abrange tanto aspectos imateriais quanto materiais. O patrimônio imaterial, por exemplo, abrange as práticas, saberes e modos de vida que estão intrinsecamente ligados à experiência da feira. Os feirantes trazem consigo um vasto conhecimento em culinária e medicina popular, transmitido de geração em geração, que enriquece a cultura local e dá vida ao cotidiano da comunidade.

Cada ritual de organização da feira — desde armar até desarmar as barracas — está repleto de significados. Essas ações deliberam um conjunto de imagens e representações espaciais que se entrelaçam com as memórias individuais e coletivas dos participantes. Assim, a feira torna-se um espaço onde o passado e o presente se encontram, moldando a identidade cultural de Santo Estêvão.

Por outro lado, o patrimônio material da feira se manifesta através da sua infraestrutura: as barracas coloridas, os elementos arquitetônicos singulares e os espaços públicos que compõem o cenário vibrante do local. Conforme Arruda (2000) destaca, é fundamental compreender essas representações espaciais como produtos historicamente determinados que fazem parte do imaginário social. Cada traço, forma e volume dos objetos e do ambiente da feira contribui para a construção da memória coletiva, permitindo que os indivíduos vivenciem e apreciem a realidade tangível ao seu redor.

Diante da importância desse patrimônio cultural, é essencial estabelecer objetivos claros para sua preservação. A proteção e conservação tanto dos aspectos materiais quanto imateriais da feira livre são fundamentais para garantir sua continuidade. Além disso, promover a valorização cultural e econômica da feira é crucial para fortalecer sua relevância na sociedade contemporânea. Fomentar programas educativos voltados para as novas

gerações também se torna uma prioridade, pois é por meio do conhecimento sobre a importância da feira que se assegura a transmissão desses saberes e práticas. Em suma, a feira livre de Santo Estêvão é um verdadeiro tesouro cultural que merece ser celebrado e preservado. Ao reconhecermos seu valor histórico e social, contribuimos para a construção de uma comunidade mais consciente e conectada com suas raízes.

Sabemos que, para fazer abertura do registro da feira livre como patrimônio cultural material e imaterial, é necessária uma ação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural do Município em conjunto com a Secretaria de Educação e Cultura (SMEC). Da mesma forma, isso já ocorreu em algumas feiras no Brasil, registradas no IPHAN como bens de natureza imaterial das cidades em vários estados brasileiros, sendo cumprida mais uma etapa do processo de tombamento cultural, iniciado em outubro de 2017.

O parecer favorável ao tombamento foi apresentado pela SMEC, em 2019, sob o Decreto N° 2.383, de 22 de agosto de 2019, que registra quando se considera a feira livre como patrimônio histórico cultural, tanto material quanto imaterial, esclarecendo ser necessário realizar uma avaliação abrangente do cenário da feira e de seus elementos culturais e históricos.

Ao considerar a feira livre como patrimônio histórico cultural material e imaterial, é crucial envolver a comunidade local no processo de identificação, preservação e valorização desses aspectos, reconhecendo a importância de suas vivências e tradições para a construção dessa herança cultural. Como diz Santos (2004) sobre a natureza do espaço, o lugar e o cotidiano, apenas para ampliar ainda mais os laços afetivos da feira livre que encanta quem por ela passa, esse intercâmbio afetivo entre pessoas é a matriz da densidade social. As trocas simbólicas que se multiplicam, diversificam e renovam os laços de amizade entre feirantes e fregueses. A noção de “emoção e razão” encontra seus fundamentos nessas trocas simbólicas que unem emoção e razão. Contudo, o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida social, no cotidiano de todas as pessoas, enriquece-se de novas dimensões. E nesses ganhos na dimensão espacial, ao mesmo tempo em que esse cotidiano é enriquecido, impõe-se como uma espécie de território dominado, sendo aqui dominado pelo ritual da feira livre de Santo Estêvão.

Para tanto, nos reunimos diversas vezes com as/os feirantes e a comunidade (Figuras 31 e 32), quando definimos a criação da Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão - AFEFLISE, como forma de proteção, de garantir meios de segurança das pessoas e do trabalho, atendimento a saúde na feira livre, e oportunidade de terminar seus estudos com a educação de jovens, adultos e idosos dentro da feira, como forma de reparação, visto que não

tiveram oportunidade de terminar no ensino regular. Tais encontros foram realizados por meio de edital de convocação (Anexo A).

Figura 31. Encontro com feirantes de diversos setores da feira livre



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 32. Encontro com feirantes, comunidade e membros da AFEFLISE



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

A criação de uma biblioteca dentro da Feira Livre de Santo Estêvão representa um passo significativo para o fortalecimento da cultura e da educação em nossa comunidade. Esta iniciativa, proposta por intermédio da AFEFLISE, visa não apenas promover o acesso à leitura e ao conhecimento, mas também transformar a feira em um espaço ainda mais dinâmico e enriquecedor para todos os visitantes.

A biblioteca será um ponto de encontro onde as pessoas poderão explorar uma variedade de livros, participar de atividades culturais e educativas, e fomentar a troca de saberes entre feirantes e frequentadores. Ao integrar este espaço ao ambiente vibrante da feira, pretendemos estimular o hábito da leitura e criar oportunidades para que crianças, jovens e adultos possam se aprofundar em diferentes temas, desde a literatura até a história local.

O projeto já foi encaminhado à Câmara de Vereadores, onde esperamos contar com o apoio dos representantes do nosso município para que essa ideia se torne realidade. Acreditamos que a biblioteca não apenas enriquecerá a experiência das/dos feirantes frequentadoras/es da feira, mas também servirá como um catalisador para o desenvolvimento social e cultural de Santo Estêvão. Estamos entusiasmados com as possibilidades que essa ação trará, pois uma biblioteca é mais do que um espaço físico, é um símbolo de inclusão, aprendizado e crescimento comunitário. Com o apoio dos vereadores e a participação ativa da população, cremos que essa proposta poderá ser concretizada, beneficiando a todos nós. A Feira Livre de Santo Estêvão se tornará, assim, não apenas um local de comércio e convivência, mas também um verdadeiro centro cultural onde o conhecimento é valorizado e compartilhado.

A criação de associações é um passo fundamental para a organização e fortalecimento de grupos que compartilham interesses comuns. No caso da Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão - AFEFLISE, que já tem seu estatuto (Anexo B), essa iniciativa representa não apenas um avanço na formalização do trabalho dos feirantes, mas também uma conquista significativa para a comunidade local.

A AFEFLISE já conta com a certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o que atesta sua legalidade e estruturação. Em maio de 2025 foi apresentada à sociedade santoestevense, em evento realizado no anexo da Câmara de Vereadores da cidade (Figura 33), momento em que foi apresentado objetivos, membros e missão.

Figura 33. AFEFLISE é apresentada à sociedade santoestevense



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Com um projeto de lei em andamento, a feira livre de Santo Estêvão agora possui uma representação jurídica sólida, garantindo que os interesses dos feirantes sejam defendidos e respeitados. Essa constituição jurídica é essencial, pois permite que os feirantes tenham um CNPJ, o que lhes confere direitos e deveres legais, além de possibilitar a busca por recursos e parcerias que podem beneficiar a feira e seus participantes.

A importância dessa associação vai além da formalização. A AFEFLISE empodera as/os feirantes ao proporcionar um espaço onde eles podem se organizar coletivamente, discutir suas demandas e reivindicações, e buscar soluções para os desafios enfrentados no dia a dia. Ao não depender exclusivamente do poder executivo, as/os feirantes ganham autonomia para acionar a justiça quando necessário, assegurando que seus direitos sejam respeitados.

Esse movimento de criação da AFEFLISE é um fenômeno extraordinário na sociedade santoestevense. Ele não apenas transforma uma ideia em realidade, mas também demonstra a capacidade da comunidade em se unir em prol de objetivos comuns. A associação se torna um símbolo de resistência e luta por melhores condições de trabalho e reconhecimento do papel vital que as/os feirantes desempenham na economia local.

Portanto, a AFEFLISE representa uma nova era para as/os feirantes de Santo Estêvão.

Com uma estrutura jurídica estabelecida e o compromisso com a defesa dos interesses da categoria, essa associação tem o potencial de transformar a feira livre em um espaço ainda mais significativo para todos os envolvidos. Foi uma ideia maravilhosa que já saiu da imaginação e se concretizou em benefícios palpáveis para a comunidade.

3.2 ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA FEIRA LIVRE

Segundo Santos (2004, p. 29), a principal relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. Sendo as técnicas um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo cria espaço, reafirmamos aqui que as práticas e os rituais na organização e funcionamento da feira livre criaram um espaço de grande poder econômico. Feirantes e fregueses construíram suas histórias firmadas nessa cultura em razão da própria vida.

No entanto, como afirma Santos (2004), essa forma de ver a técnica não é muito explorada, como se ela não fizesse parte do território, como um elemento de sua constituição e transformação. Ainda se pode pensar o espaço como uma categoria autônoma do pensar histórico. Mas, é bom lembrar que, em razão da ação humana ao longo do tempo, a influência da técnica sobre o espaço se exerce de duas maneiras e em escalas diferentes: por um lado, a ocupação do solo pelas infraestruturas das técnicas modernas (no caso particular em discussão, a feira livre, com espaços reservados à circulação, à mobilidade); e, de outro lado, as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e da existência.

Portanto, a cidade, a territorialização, aqui e no mundo, é um produto técnico determinado pela cultura ao longo da história. Faz-se necessário examinar, no rigor da ciência, os fatos humanos do espaço em função do conjunto das suas ações, pois a cidade é um produto da cultura (Santos, 2004). Em se tratando de organização espacial, vida social e toda a sua funcionalidade, podemos afirmar, a partir de Santos (1978), que as condições sociais e as técnicas ou organização presentes num dado momento histórico, estão associadas à criação de objetos. E, a depender do lugar que ocupam, suas características de idade, funcionalidade e comportamento renovam o sistema local de relações, redefinindo o meio que os acolhe.

Na organização de uma feira livre, são bastante diversificados esses objetos (estrutura, armação das barracas, bancas, caracterização e produtos variados). Eles não funcionam

isoladamente, mas em conjunto. Completando, a organização, em razão da sua funcionalidade, está ligada à ação que é subordinada às normas escritas ou não, formais ou informais. A realização dessas ações exige sempre um gasto de energia na atuação das práticas, rotinas e rituais determinados pela corporeidade das pessoas, que são um instrumento da ação racional, tradicional e afetiva.

Todavia, vale lembrar que esses agentes comuns são os realizadores das ações e não os motores. Cabe aqui dizer que a importância do lugar na formação dessa consciência vem do fato de que essas formas de agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma. Tais ações de organização e funcionamento resultam de necessidades naturais ou criadas, sejam elas materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas. Essas necessidades é que conduzem as pessoas a agirem, estando intimamente ligadas aos objetos realizados através de formas sociais que vão produzindo o espaço nos processos materiais e de significação (Santos, 2004). E, como afirma Pesavento (2007), as camadas sociais transformam as cidades em visíveis e invisíveis, sendo mais vulneráveis à maior força, maior massa populacional porém, determinam a economia e ficam com a menor “fatia do bolo”.

Partimos da premissa de que o desenvolvimento e crescimento da feira livre de Santo Estêvão se deu a partir da vivência estabelecida que resultou de um conjunto de experiências, memórias e histórias sobre a mesma que favoreceram o desenvolvimento econômico e o crescimento da cidade no início do Século XX. A feira livre de Santo Estêvão é símbolo tradicional da história e da cultura popular local e regional. Seu mercado atrai visitantes de diversas cidades do Estado, sendo um tradicional centro de comercialização de gêneros alimentícios, confecções, calçados, animais, peças de couro, cerâmica, comidas regionais, petiscos diversos e bebidas.

As cidades não param de mudar, de se redesenhar em um processo constante de destruir para renovar, apagando as marcas e desenhos do passado e construindo o futuro. Cada geração vê a cidade se transformar e emprega nela a sua marca, o seu tempo. Para o morador da cidade, ela se apresenta como a pedir para ser decifrada, entendida. Nessa busca por entendimento, são elaboradas representações traduzidas através de variadas expressões, como a feira livre, as memórias, as sensações e as imagens, sendo reconstruídas e imaginadas, muitas vezes dando origem a outras cidades (Pesavento, 2007).

Considerando o que regulamenta o funcionamento da feira livre em Brasília, no Artigo 2, inciso 1º da Lei nº 1.828, de 13 de janeiro de 1998, temos que:

Art. 2º Considera-se feira livre a atividade mercantil de caráter cíclico, realizada em local público, previamente designado pela Administração Regional, com instalações provisórias e removíveis, que pode ocorrer em vias, logradouros públicos ou ainda em área pública coberta do tipo de pavilhão.

§ 1º A feira livre tem o fim de proporcionar o abastecimento suplementar de produtos hortifrutigranjeiros, cereais, doces, laticínios, pescados, animais vivos considerados domésticos, flores, plantas ornamentais, produtos de artesanato, lanches, caldo de cana, temperos, confecções, tecidos, armarinhos, calçados e bolsas, bijuterias, artigos religiosos, ferramentas e utensílios domésticos.

Esse formato e organização da feira livre deliberam um conjunto de imagens, representações espaciais e memórias individuais e coletivas da cidade de Santo Estêvão, das primeiras décadas do Século XX. Foram utilizados o artigo e o inciso na citação, primeiro porque a definição é fidedigna para a feira livre “*in loco*”; segundo, por se tratar da lei que regulamenta a feira livre da capital do nosso país e em Santo Estêvão existem decretos de organização e dinâmica de funcionamento, como o decreto nº 86/2020 e o decreto nº 20.254, de 25 de fevereiro de 2021. Esses decretos são como pontos fortes favoráveis à preservação e manutenção da feira livre que atravessa períodos de grande desafio pela sobrevivência, pois muitas vezes, as feiras livres são vistas pelos gestores como desordem e sujeira, como já citada no capítulo anterior. Também, favorece a agricultura familiar, em primeiro pela preservação da vida de quem precisa trabalhar vendendo seus produtos da agricultura. Arruda (2000, p. 26) entende que é significativo apreender “[...] as representações espaciais como historicamente determinadas e constituintes do imaginário social, e por conseguinte, das práticas sociais, capazes de explicar e mobilizar as atitudes e dar sentido às suas ações”.

Sobre a organização da feira livre e de sua dinâmica de funcionamento, as práticas sociais são capazes de explicar e mobilizar as atitudes e dar sentido às ações desse ritual. Sua organização pode variar de acordo com a localidade e as tradições específicas de cada região, mas, geralmente, segue um padrão comum.

Aqui estão algumas características típicas da organização da feira livre de Santo Estêvão, das cidades vizinhas e de outros estados que estivemos em campo. Como observamos, o espaço ocupado ou território da feira livre é geralmente um local designado, como uma praça, rua ou terreno específico, onde os vendedores montam suas barracas ou estandes para exporem e venderem seus produtos. É muito comum nas feiras livres que os espaços para as bancas ou estandes sejam distribuídos de acordo com critérios estabelecidos pela organização da feira ou pela prefeitura local. Geralmente, os vendedores têm seus espaços designados de forma a garantir uma distribuição equitativa e organizada.

A feira livre de Santo Estêvão tem todas essas distribuições de organizações em galpões, boxes e barracas, conforme podemos perceber nas imagens de vista aérea (Figura 34). No galpão central, estão as barracas cadastradas de 1º bloco ou setor, cujos/as feirantes usam colete azul como identificação, estruturas permanentes, com bancadas de madeira medindo 3m x 2m, somando um total de 100 (cem) bancadas em área coberta. Nesse setor de privilégio das feiras livres, os produtos vendidos são: frutas, verduras, hortaliças e outras. Porém, esse espaço não atende a necessidade da grandiosidade da feira livre em questão.

Figura 34. Vista aérea do Centro de Abastecimento Lineu Cerqueira da Silva



Fonte: Jornal Grande Bahia, 2015 (Foto: Carlos Augusto).

A grande estrutura desse galpão é de pilastras de madeira e cobertura de ferro galvanizado, num espaço medindo aproximadamente 100m x 30m. Na frente desse galpão principal foram acrescentadas 200 (duzentas) barracas de mercadorias diversas com estrutura fixa, de ferro galvanizado (estrutura, base e cobertura em ferro), visto que as barracas de madeira e algumas de ferro que eram montadas e desmontadas por quem vendia seus produtos não eram suficientes para a necessidade da grande feira livre. Nessas barracas encontra-se uma diversidade de mercadorias.

Na lateral esquerda (Figura 35), ficam os boxes de salão de beleza (maioria masculino) e outras utilidades. No intermediário, entre o grande galpão central e os boxes e

galpões de alvenaria, encontram-se as barracas de madeira consideradas de segundo setor, porque não são cadastradas dentro dos privilégios estabelecidos pela administração do centro de abastecimento. Porém, todos pagam taxas para usarem os espaços e são responsáveis por armarem e desarmarem suas barracas. Atrás dos boxes e galpões, ainda na área interna, tem quem comercialize sem ser cadastrado. E constantemente são chamados pelos fiscais para regularizar essa situação, formalizando-se com garantia de maior segurança. Mas, os/as feirantes afirmam que estão nesses espaços de acordo com a estação (devido à venda dos produtos da agricultura familiar de menor oferta), ou são camelôs que também estão por perto. Já na área externa se encontra a comercialização de animais vivos (bovinos, caprinos, suínos, aves) e outros.

Figura 35. Lateral esquerda do Centro de Abastecimento Lineu Cerqueira da Silva



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Na frente do Centro de Abastecimento (Figura 36) existem várias lojas de comércio local que disputam as vendas com os feirantes e também lucram com eles, tendo em vista que vendem produtos como embalagens para as mercadorias, comidas e bebidas, dentre outros.

Figura 36. Frente do Centro de Abastecimento Lineu Cerqueira da Silva



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Na lateral direita (Figura 37), tomando como base a entrada principal, fica a Administração do Centro de Abastecimento Lineu Cerqueira da Silva; em seguida encontram-se os 50 (cinquenta) boxes: os primeiros com venda de carnes, uns dez para alugar, depois os de comidas típicas da região, que, ademais de servir como restaurante para feirantes e fregueses, também se transformou num lugar de reencontro, descontração e lazer para os visitantes.

Figura 37. Lateral direita do Centro de Abastecimento Lineu Cerqueira da Silva



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Após esses boxes, têm os galpões em alvenaria e cobertura de telha “Eternit”. No primeiro, encontram-se farinhas de todos os tipos e seus derivados (beijus); no outro, cereais e vários tipos de grãos. Então, verifica-se nova sequência de boxes, com a comercialização de peixes. No fundo, além do estacionamento (Figura 38), ficam os boxes gerais, onde são vendidos artesanatos e artigos religiosos, onde também constam oficinas de bicicletas e motos, além de comércios diversos (até flores artificiais e naturais).

Figura 38. Estacionamento do fundo do Centro de Abastecimento, em frente à DASS



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Também é possível perceber que, aqueles feirantes que não tem cadastro para vender dentro do centro de abastecimento, comercializam fora dele (Figura 39), e assim a feira livre de Santo Estêvão vai ganhando novas dimensões.

Figura 39. Feira livre fora do Centro de Abastecimento



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

A feira livre de Santo Estêvão funciona no decorrer da semana, sendo no dia de sábado o dia da grande feira da cidade. Geralmente, as feiras livres costumam ocorrer em dias específicos da semana, sendo mais frequentes aos sábados e domingos, como era com essa feira, que surgiu em virtude das quermesses ao final das celebrações da igreja, na Praça da Lua, no primeiro povoado de Santo Estêvão de Jacuípe, como era denominada a comunidade.

Os horários de funcionamento das feiras podem variar, mas, muitas vezes, começam de manhã cedo e se estendem até o início da tarde, como é o caso da que acontece em Santo Estêvão. As barracas na feira livre costumam oferecer uma grande variedade de produtos, incluindo frutas, legumes, verduras, alimentos processados, artesanato local, roupas, utensílios domésticos e outros itens diversos.

Em muitos casos, a feira livre é regulamentada por órgãos municipais, que estabelecem regras para a participação dos vendedores, higiene, segurança e outros aspectos relacionados à organização e funcionamento das feiras, como é o caso desta feira livre. Além da comercialização de produtos, a feira livre frequentemente se torna um ponto de encontro social e cultural, onde os moradores locais e visitantes de várias regiões se reúnem para interagir, trocar experiências e desfrutar da atmosfera animada. A dinâmica de funcionamento da feira livre é caracterizada por uma série de atividades e interações que ocorrem ao longo do evento, desde a montagem das barracas.

No início do dia, bem cedinho, os vendedores chegam ao local da feira para montar suas bancas ou estandes, expondo e organizando cuidadosamente seus produtos para atrair os clientes. Conforme o horário de abertura se aproxima, os clientes começam a chegar, percorrendo as bancas em busca dos produtos que desejam adquirir. Esse fluxo tende a aumentar ao longo da manhã, atingindo seu pico em determinados horários do dia. Mas também pode variar a depender da estação, ou ainda nos primeiros dez dias úteis de cada mês, por causa dos proventos de aposentados, pensionistas e funcionários.

A feira livre tem um poder de atração das pessoas, cativando-as nas negociações e compras. Os clientes interagem com os vendedores, negociando preços e adquirindo os produtos de seu interesse. Essa interação costuma ser marcada por uma atmosfera animada e comunicativa numa relação estreita de afetividade e confiança. Toda essa interação social e as transações comerciais são características concernentes ao ambiente da feira livre, que se configura como um espaço de conversas, encontros com amigos e compartilhamento de experiências.

A feira livre de Santo Estêvão, às vezes, tem atividades culturais, como: apresentação de quadrilha junina e oficinas de segurança, por serem pessoas mais vulneráveis às

intempéries da atividade humana em total exposição. Essas atividades foram organizadas pela Prefeitura Municipal a partir de sugestões de feirantes em assembleia. Em algumas feiras livres, podem ocorrer atividades culturais complementares, como apresentações musicais, exposições de artesanato local ou até mesmo degustações de alimentos típicos da região.

Ao final do dia, os vendedores encerram suas atividades, desmontam suas bancas e estandes, recolhendo o que não foi vendido e organizando o espaço para o próximo dia de feira. Essa dinâmica de funcionamento cria um ambiente vibrante e diversificado, onde as trocas de produtos, experiências e interações sociais se entrelaçam para formar a essência da feira livre como um evento cultural e econômico significativo para a comunidade local e região.

Essa é uma visão geral da organização típica da feira livre de Santo Estêvão, que tem pontos fortes para a justificativa de seu desenvolvimento: localização geográfica, rios e lagoas, a BR-116 e rodovias estaduais que a interligam à BR-101. Vale ressaltar que as especificidades podem variar amplamente, dependendo do contexto local e das tradições regionais.

As memórias e sensações das pessoas que trabalham, compram e visitam a feira livre de Santo Estêvão são importantes elementos que transformam esse espaço natural de comércio informal em patrimônio histórico imaterial, causando celebração da paisagem e da beleza, enriquecendo e aquecendo a vida e a economia da cidade. Essas sensações naturais das pessoas que frequentam a feira livre de Santo Estêvão são as referências principais que mobilizam a cidade e constroem uma representação imagético-discursiva do espaço e de sua história.

De mesmo modo, a forma como os/as feirantes se expressam verbal e gestualmente pode ser vista como um código de linguagem e comunicação, na maioria das vezes atraente, chamativa, podendo ser considerada um importante aspecto sociocultural e histórico dos indivíduos que têm convivência com essa prática de comércio informal livre. A forma dos/as feirantes se comunicarem e se expressarem na feira para atrair o freguês se configura como uma característica significativa da cultura popular, da memória coletiva, e se expressa pelos símbolos e imagens do trabalho informal.

Compreendemos que as feiras livres caracterizam-se como elementos que desempenham um papel importante, não apenas na estrutura morfológica das cidades, mas também como espaços de interações sociais, econômicas e culturais, além de centro da vida urbana. Nesse sentido, apresenta-se aqui uma importante contribuição para a reflexão de preservação histórica das feiras como patrimônio cultural imaterial.

Com este estudo observamos que as imagens, representações e significados da feira livre, não correspondem à cidade tátil e real vivenciada pela maioria da população, silenciada e excluída. Parte da população vive na informalidade, transformando a própria existência. Ao tratar de representações, Arruda (2000, p. 29) alerta que elas “[...] têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus e o seu domínio”.

Vale destacar que todas as lutas e conquistas são frutos das ações das pessoas em determinado tempo e espaço. E em se tratando aqui dos/as feirantes, são resultados de luta e de resistência pela sobrevivência, visto que a feira livre é o meio de trabalho, talvez único, para conseguir capital, em virtude da venda de seus produtos oriundos da agricultura familiar. Sendo assim, a feira livre é concebida como símbolo de identidade e cultura, e isso é o que faz ser considerada patrimônio histórico da cidade de Santo Estêvão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade - PPGDCI-UEFS, trouxe à luz a complexidade e a relevância da feira livre de Santo Estêvão-BA, por meio de uma análise aprofundada em três capítulos interligados. No primeiro capítulo, investigamos a formação populacional da região sob as lentes antropológica e mitológica, revelando como esses aspectos moldaram a identidade cultural da comunidade e sua relação com a tradição da feira livre. Essa abordagem histórica foi fundamental para entender as raízes culturais que sustentam esse espaço.

No segundo capítulo, enfatizamos o patrimônio cultural material e imaterial que a feira representa. As emoções e sensações que ela evoca são testemunhas de sua importância na vida cotidiana dos habitantes. A criação da Associação dos Feirantes se destacou como uma estratégia essencial para proteger essa atividade econômica vital, promovendo não apenas o fortalecimento da economia local, mas também um movimento em busca do reconhecimento da feira como patrimônio cultural. Essa iniciativa demonstra a consciência coletiva sobre o valor histórico e cultural desse espaço.

O terceiro capítulo trouxe uma análise do cenário atual da feira livre e suas narrativas históricas, além de abordar a importância da educação para os feirantes, destacando propostas para cursos de formação e a criação de uma biblioteca pública. Essas iniciativas são essenciais para garantir a continuidade das tradições locais e para promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade.

As feiras livres caracterizam-se como elementos que desempenham um papel importante, não apenas na estrutura morfológica das cidades, mas também como espaços de interações sociais, econômicas e culturais, além de centro da vida urbana. Nesse sentido, apresenta-se aqui uma importante contribuição para a reflexão de preservação histórica das feiras como patrimônio imaterial.

Fica fácil compreender a força da feira livre de Santo Estêvão, uma vez que, entre outros pontos, as origens rurais da cidade, sua identidade, a valorização da agricultura familiar e suas comercializações geraram o desenvolvimento da região. Poppino (1968) diz que os primeiros povoadores europeus da região eram criadores de gado: os primeiros habitantes chegaram e permaneceram por causa da água doce e comida para o gado que estavam com fome e com sede, e um pouco mais tarde Santo Estêvão desenvolveu a agricultura/horticultura e pecuária.

Ressaltamos aqui que a feira livre de Santo Estêvão é um espaço essencial para a

comunidade, onde a riqueza cultural e a diversidade de produtos refletem na vida das pessoas. Nesse contexto, a Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão - AFEFLISE se torna um elemento de extrema importância para o fortalecimento e valorização desse patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial.

Os feirantes são os verdadeiros protagonistas da feira, desempenhando um papel fundamental na promoção da economia local e no fortalecimento dos laços comunitários. Com a criação da AFEFLISE, esses trabalhadores terão assegurados inúmeros benefícios por estarem legalmente fortalecendo as parcerias com o município, estado e esfera federal que contribuirão para a melhoria de suas condições de vida e trabalho com os programas de governo (secretarias, Sebrae, Sesi, Senai e outros). A associação proporcionará maior segurança aos feirantes, não apenas em relação à proteção de seus direitos, mas também com a implementação de medidas que garantam um ambiente mais seguro para todos.

Além disso, iniciativas como o acesso a um posto de saúde com atendimento de emergência são fundamentais para garantir o bem-estar dos feirantes e de seus clientes. A valorização da atividade física e a segurança no trabalho também serão priorizadas, promovendo hábitos saudáveis e um ambiente mais seguro para todos os envolvidos.

A AFEFLISE ainda se compromete a oferecer formação continuada aos feirantes, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e incentivar o desenvolvimento profissional. O ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) será uma das prioridades, permitindo que muitos trabalhadores concluam seus estudos e ampliem suas oportunidades.

Por fim, a proposta de criar uma biblioteca na feira livre não apenas enriquecerá o espaço cultural, mas também fomentará o hábito da leitura e do aprendizado entre os frequentadores. Assim, a feira livre se consolida como um verdadeiro patrimônio cultural que merece ser preservado e valorizado.

Em suma, a associação dos feirantes da feira livre de Santo Estêvão-Ba representa um passo significativo em direção à valorização do trabalho desses protagonistas. Com apoio e iniciativas adequadas, eles poderão continuar contribuindo para o enriquecimento cultural e econômico da cidade, garantindo que a feira livre permaneça como um espaço vital para toda a comunidade.

Em suma, esta pesquisa evidenciou que o poder de comercialização da região está intimamente ligado à sua formação populacional, refletindo a força e resistência da feira livre de Santo Estêvão-BA. Os impactos socioeconômicos gerados por essa atividade são significativos e indissociáveis das memórias coletivas que permeiam o espaço. Ao longo desta dissertação, as fontes documentais utilizadas foram cruciais para proporcionar um estudo

rigoroso sobre a história e as sensações que circundam a feira livre, permitindo uma organização do material alinhada aos padrões científicos exigidos.

Com esta pesquisa, esperamos contribuir para um maior entendimento sobre a história e cultura deste espaço tão significativo, além de abrir caminhos para novas pesquisas futuras que possam aprofundar ainda mais as discussões acerca da dinâmica econômica local e regional. A feira livre de Santo Estêvão não é apenas um local de comércio; é um verdadeiro patrimônio vivo que merece ser valorizado e preservado pela geração atual e por gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- AGRÍCOLA, Observatório. **Indicadores da Agropecuária**. Brasília, Ano XXII, n. 9, set. 2014, p. 01-98. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/8-indicadores-da-agropecuaria-ano-xxii-no-9-setembro-2014.pdf>, Acesso em: jan. 2024
- ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial**. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) Programa de Pós-graduação em História da UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 1990.
- ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA): o Centro de Abastecimento e o comércio de feijão**. Salvador. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 2005.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- BRASIL, **Sobre a organização e funcionamento da feira livre: Decreto nº 86/2020 e o decreto nº 20.254, de 25 de fevereiro de 2002. Decreto Nº 2.383, de 22 de agosto de 2019, Decreto nº 3.551/2000, Decreto 5235/2020, Decreto Nº 2.383, de 22 de agosto de 2019, Disponível em** https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/410afc4ea07d467a89a433d0fda0e5a1/Lei_6956_2021.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.956%2C%20DE%2029%20DE%20SETEMBRO%20DE%202021&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulariza%C3%A7%C3%A3o%2C%20a.p%C3%ABlico%2Dprivadas%20no%20Distrito%20Federal.&text=Art.,se%20pelas%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20desta%20Lei, acesso em março de 2024.
- BRASIL. **Lei nº 1.828, de 13 de janeiro de 1998**. Dispõe da organização e funcionamento da feira livre. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49787/Lei_1828_1998.html Acesso em: 10 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2018/389/3883/lei-ordinaria-n-3883-2018-declara-como-patrimonio-cultural-imaterial-do-municipio-de-feira-de-santana-as-feiras-livres-e-da-outras-providencias>
- BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Digitais. **Patrimônio Imaterial**. Brasília, DF: Iphan, 2000.

BRASIL. Decretos nº 86/2020 e nº 20.254, de 25 de fevereiro de 2002. **Dispõe sobre a organização e funcionamento da feira livre.** Disponível em: <http://www.organizacaoefuncionamentodafeiralivre> Acesso em: 10 nov. 2023.

BURKE, Peter. A contaminação da pureza. **Folha de São Paulo.** São Paulo, maio de 1999. Autores. Tradução de Clara Allain, 2007.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COELHO, Ana Lucia Santos. **Infâmia, escândalo e pecado:** relações de concubinato no Brasil Colônia. Revista *Ágora*, ISSN: 1980-0096. Vitória, n. 22, p. 249-257, 2009.

DANTAS, Mariana L. R. Mulheres e Mães Negras: mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. **Almanack**, n. 12, pp.88-104, 2016. ISSN: 2236-4633. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236463320161206>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais. **Memória da luta pela reforma agrária no Brasil:** catálogo do acervo da Abra no período 1967-1997. Coordenação Luiz A.C. Norder. Diego C. A. Rodrigues. Brasília: MDA, Londrina: UEL, 2007.

EMBRAPA. **Manual de editoração da Embrapa.** 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/manual-de-referenciacao/referencias>, acesso em março de 2024.

ESTÊVÃO, Prefeitura Municipal de Santo. **Conheça Santo Estêvão.** Galeria de fotos. [s.d.]. Disponível em: <https://conheca.santoestevao.ba.gov.br/> Acesso em: Mar. 2024.

FERRETTI, Sérgio. Mundicarmo. Feiras nordestinas – estudos e problemas. In: Sergio Ferretti (org.). **Reeducando o olhar:** estudo sobre feiras e mercados. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000, p. 35-66.

GONÇALVES, L. A. A. **A metamorfose das feiras nordestinas:** a inserção da confecção popular. São Paulo: Blucher/Ed. UVA, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em março de 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> Acesso em março de 2024.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** 4 ed. São Paulo: M. Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista brasileira de história**, n. 45, p. 11 - 36, 2005.

MENESES, Ulpiano T Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista estudos históricos**. 2007, 89-104.

MINNAERT, Ana Cláudia de Sá Teles. A feira livre sob um olhar etnográfico. In: FREITAS, Maria do Carmo Soares de; FONTES, Gardênia Abreu Vieira & OLIVEIRA, Nilce de (orgs.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EdUfba, 2008, pp. 129-48.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTT, Luis Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica do sergipano do baixo São Francisco**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas/SP, 1975. 348 f.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história**. A problemática dos lugares. Projeto história. 10. PUCSP: São Paulo, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História. Vol. 27, n. 53, Rio Grande do Sul, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, memória e centralidade urbana**. Revista Mosaico. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2008.

PINSKY, Karla. **Fontes visuais. Fontes históricas**. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Coleção: série pesquisa e documento do Iphan. 1 ed. Rio de Janeiro, 2007, 151 p.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2007.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 4 ed. Coleção Primeiros Passos, Brasiliense. São Paulo: 1995.

RUA, Blog A arte na rua. **Travessia fluvial de Cabaceiras do Paraguaçu/Santo Estêvão**. 2021.

SANTOS, Maria das Graças V. Proença dos. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 13-21.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia**. São Paulo: EDUSP, 2008. 1 reimpressão.

SENAR - **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. 2017. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/senar> Acesso em março de 2024.

SEOBS - **Secretaria de Obras de Santo Estêvão**. Disponível em: <https://www.santoestevao.ba.gov.br/secretaria/6/seobs-secretaria-de-obras-servi-os-p-blicos-e-meio-ambiente> Acesso em março de 2023.

SOARES, Márcio de Souza. **De pai para filho: legitimação de escravos, heranças e ascensão social de forros nos Campos dos Goitacazes, C.1750-C.1830**. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência Internacional de História de Empresas, 6. Anais. 2015.

TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa; OLIVEIRA, Lysie dos Reis. Professores de desenho da instrução popular brasileira: o barão e o afrodescendente na virada do século XIX. In: **Desenho, ensino e pesquisa**. Coleção Desenho, Cultura e Interatividade, v. 3. Salvador: EDUFBA, 2016.

ANEXOS

ANEXO A. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PARA CONSTITUIÇÃO DA AFEFLISE



AFEFLISE

ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO
 FUNDADA EM 06 DE MARÇO DE 2025
 Rua Professora Georgina Marques Santos, nº 76, Centro
 Santo Estêvão, CEP: 44190-000

REGISTRADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



Evelyn Cristine M. Machado
 Escrivente Autorizada
 Cartório de Títulos e Documentos e
 Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

Estão convocados os feirantes da feira livre do município de Santo Estêvão interessados na constituição da Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão, a ser realizada no dia 06 de março de 2025, que será realizada na Rua Prof. Estêvão Moura, 51, Santo Estêvão - BA, 44190-000, com a primeira convocação às 15:00h, na presença da maioria dos futuros associados e, em segunda convocação às 16h:00min, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I. Constituição da Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão - AFEFLISE;
- II. Discussão e aprovação do Estatuto da organização;
- III. Eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

Santo Estêvão, Bahia, 20 de fevereiro de 2025

Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão - AFEFLISE

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE SANTO ESTÊVÃO

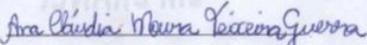
*PROTOCOLO Nº 12.23

VIVO 2 FOLHA 119

DE ORDEM 151

VIVO 4-25 FOLHA 6/27

SANTO ESTÊVÃO _____ DE _____ DE _____



Ana Cláudia Moura Teixeira Guerra

ANEXO B. ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO



ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO
 Fundada em 06 de março de 2025
 Rua Professora Georgina Marques Santos, nº 76, Centro,
 Santo Estêvão, CEP: 44190-000

REGISTRADO **ESTATUTO**

Edly
 Evelyn Cristine M. Machado
 Escrevente Autorizada
 Cartório de Títulos e Documentos e
 Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, JURISDIÇÃO, OBJETIVO, COMPETÊNCIA, PRAZO DE DURAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1 - Fica constituída sobre forma de associação, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de duração indeterminada, a Organização da Sociedade Civil Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão, também denominada AFEFLISE, com sede na Rua Professora Georgina Marques Santos, nº 76, Centro, Santo Estêvão, CEP: 44190-000, de caráter social e representativo, com foro e jurisdição na cidade de Santo Estêvão - Bahia, com prazo de duração indeterminado, tendo por finalidade precípua, orientar, organizar, representar e defender os interesses de seus associados, em juízo ou fora dele.

Art. 2 - A sede da AFEFLISE será na Rua Professora Georgina Marques Santos, nº 76, Centro, Santo Estêvão, CEP: 44190-000.

Art. 3 - Para os efeitos deste Estatuto, considera-se associadas todas as pessoas que possuam banca, barraca ou espaço na Feira livre do Município de Santo Estêvão e exponham/vendam os mais diversos tipos de produtos, tais como: produtos provenientes da agricultura familiar, carnes, vestuários, artesanatos, equipamentos eletrônicos e o que mais se inserir no contexto de comercialização desta Feira Livre.

Handwritten signatures and notes:
 - Vertical note on the right: "Rudalva Pires da Silva, Valéria Nascimento dos Santos"
 - Horizontal notes at the bottom: "Melisângela de Souza Mendes", "Julzuita de J. S. Gonçalves", "Mônica de Souza Gonçalves", "Liliana Pires de Araújo"
 - A large handwritten signature "A" is present on the right side of the bottom notes.

Parágrafo único: A pessoa feirante que se refere o caput para ser alcançado por esta entidade, deverá comprovar ser associado através de documento de outorga concedido pela Associação.

REGISTRADO

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Cristine M. Machado
Escritora Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

Art. 4 - A Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão tem por finalidade administrar, promover e/ou veicular todo tipo de prestação de serviços aos seus associados, à medida que, tais serviços venham a se tornar úteis e/ou necessários.

Art. 5 - A Associação, além da finalidade expressa no artigo anterior, terá também por objetivos:

- I - Representar os associados em juízo ou fora dele junto a entidades governamentais, associações de classe, sindicatos, pessoas físicas e jurídicas;
- II - Manter estreita colaboração junto a outras associações, prefeituras e entidades governamentais, na solução de problemas internos que sejam do interesse dos associados ou que visem à melhoria das condições de abastecimento aos consumidores;
- III - Colaborar junto às autoridades ou entidades competentes no elevado interesse da solução de problemas do mercado consumidor;
- IV - Adequar a Feira Livre do município de Santo Estêvão, no que couber, à Legislação vigente, que disciplina a organização do espaço físico, logística e condições ideais para desenvolvimento da feira possibilitando ampliar o alcance e possibilitar a venda de outros produtos e serviços de interesse dos associados e consumidores, desde que tenha aprovação expressa da Diretoria Executiva;
- V - Estabelecer horário e dia de funcionamento para todas as modalidades de comércio, inclusive do comércio dentro da Feira;
- VI - Promover o estudo e aplicação de medidas úteis à defesa, desenvolvimento e melhoria das atividades de seus associados, através de ampla divulgação de conhecimentos técnicos e de preceitos jurídicos, de leis tributárias e outras informações que forem de interesse dos associados;
- VII - Incentivar e desenvolver o relacionamento sociocultural e esportivo entre seus associados, bem como criar condições de construir sede própria, creches, clubes, biblioteca livre e outros locais de trabalho e/ou lazer;
- VIII - Promover, diretamente ou através de convênio, a assistência médica, odontológica e jurídica aos associados;

Redolva Gus & Angelo Valdecia Nascimento do Santo

Feliana de Souza
Moldonado Cruz Oliveira Bonaccorso
Francisco Lago de Amor, Flávia Pires de Araújo

IX - Propor medidas junto aos órgãos Governamentais e cooperar, para a solução do problema de moradia dos associados;

X - Desenvolver outras atividades condizentes com as necessidades dos associados.

Art. 6 - A Associação tem personalidade jurídica distinta de seus associados e seus membros.

Parágrafo único: Seus associados e seus membros não respondem ativa, passiva, subsidiária ou solidariamente por obrigações por ela assumidas.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DA ASSOCIAÇÃO

REGISTRADO

Art. 7 - A AFEFLISE terá a seguinte organização:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal.

E.M.
Evelyn Cristine M. Machado
Escrivente Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 8 - A Assembleia Geral é órgão soberano da AFEFLISE, constitui-se pela totalidade dos associados e se reunirá, de forma ordinária, anualmente, e, extraordinariamente, quando convocadas pelo presidente ou por requerimento dos associados em pleno gozo de seus direitos e suas decisões obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes, de acordo com esse estatuto.

Art. 9 - A Assembleia Geral será Ordinária ou Extraordinária.

I - A Assembleia Geral Ordinária se reunirá:

- a) A cada quatro anos, no último bimestre, para eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, com seus respectivos suplentes; e
- b) Anualmente, durante o mês de março, para apreciação e aprovação das contas da Diretoria, referente ao exercício anterior, bem como do orçamento para o exercício futuro.

II - A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que houver assunto de relevância a ser tratado pelos associados;

III - Os editais de convocação indicarão o resumo da ordem do dia, a data, o local, os horários da primeira e da segunda convocação, e serão assinados pelo presidente ou pelos associados que as fizerem. As convocações serão realizadas mediante distribuição do edital, de forma protocolada, que também deverá ser afixado em área comum de grande circulação da Associação e da Feira livre do município de Santo Estêvão. Entre a data da convocação e a data

Relatório de Santos
Juliana de Y. S. Bonifácio
Armando da Cruz Oliveira Bonifácio
Francisco José de Azeite, Gláucia Pires de Araújo

Fudalva Gus de Azeite, Valde-Ézio, Nascimento dos Santos

REGISTRADO

Ely
 Evelyn Cristine M. Machado
 Escrivente Autorizada
 Cartório de Títulos e Documentos e
 Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

da Assembleia Geral deverá mediar um prazo de 8 (oito) dias, no mínimo. Em caso comprovado de urgência, a convocação poderá ser feita no prazo de 5 (cinco) dias;

IV - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente da Associação, a requerimento da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal ou por associados que representem, pelo menos, 1/5 (um quinto) da Associação;

V - Caso o Presidente não faça a convocação da Assembleia requerida no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do requerimento, poderão fazer a convocação a própria Diretoria, o Conselho Fiscal ou os associados, nesta ordem e sucessão.

Art. 10 - As Assembleias serão dirigidas pelo Presidente da Associação, com exceção daquelas em cuja ordem do dia haja assuntos de interesse direto do Presidente ou da Diretoria. Nesta hipótese, caberá à Assembleia indicar os membros da mesa diretora dos trabalhos.

Parágrafo Único - No caso da Assembleia destinada à eleição, os trabalhos serão dirigidos pelo Coordenador da Comissão de Eleição, conforme preceitua o Parágrafo 2º, do Art. 27.

Art. 11 - A Assembleia Geral se instalará e deliberará:

I - Em primeira convocação com a presença mínima de metade mais 01 (um) dos sócios em pleno gozo de seus direitos;

II - Em segunda convocação com qualquer número de associados em pleno gozo de seus direitos, 30 (trinta) minutos após a hora marcada para a primeira convocação;

III - Na Assembleia Geral poderão ser discutidos os mais diversos assuntos de interesse da AFEFLISE, mas as deliberações ficarão restritas às matérias constantes da ordem do dia do respectivo Edital de Convocação.

Art. 12 - O Presidente da Associação ou a pessoa indicada conforme preceitua o Art. 10º, abrirá os trabalhos, declarando instalada a Assembleia Geral.

§ 1º - O Presidente da Assembleia convidará o Secretário para secretariar os trabalhos.

§ 2º - Ao Presidente da Assembleia compete:

- a) dirigir a reunião e manter a ordem dos trabalhos;
- b) proclamar as decisões do plenário;
- c) dirimir, com o voto de qualidade, o empate nas votações.

§ 3º - A ata da reunião será lavrada, em livro próprio, pelo secretário e por ele assinada juntamente com o presidente da Assembleia. É facultada a adoção atas digitadas e impressas para assinatura, bem como será aceita a assinatura Gov.br no documento.

§ 4º - A Assembleia delegará poderes a três associados que tenham participado da reunião para, em seu nome, conferirem e aprovarem a respectiva ata.

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 15.06.2011
Francisco Roberto de Almeida, Flávia Pires de Araújo

Ridellina Grossi Augusto, Valéria Nascimento dos Santos

41

REGISTRADO

Evilain Cristine M. Machado
 Escrivente Autorizada
 Cartório de Títulos e Documentos e
 Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

Art. 13 - As decisões da Assembleia serão tomadas por maioria simples de votos, os quais poderão ser dados de forma simbólica, nominal ou decisão prévia da Assembleia.

Parágrafo Único: Será lavrada na ata circunstanciada das ocorrências havidas nas Assembleias Gerais Ordinárias ou extraordinária, assinada pelos Diretores presente, pelos Membros da Mesa e pelos Associados que desejarem fazê-la, devendo as cópias das referidas atas serem devidamente registradas em cartório e arquivadas.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 14 - A AFEFLISE será gerida por uma Diretoria que executará a política geral da entidade, definida pela Assembleia Geral.

Art. 15 - A Diretoria Executiva é composta por:

- I. I - Presidente
- II. Vice-presidente
- III. Diretor (a) Administrativo-Financeiro
- IV. Secretário (a)

§1º A AFEFLISE será representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em atos de qualquer natureza, pelas integrantes da Diretoria Executiva, as quais são conferidos poderes de administração, observadas as atribuições deste Estatuto.

§ 2º Na assunção de obrigações, constituição de Procuradores, emissão de títulos de crédito e prática dos demais atos administrativos da Entidade haverá necessidade de assinaturas do (a) Presidente e do (a) Diretor Administrativo-financeiro.

Parágrafo único: A Diretoria se reunirá pelo menos uma vez por mês com a presença mínima de 03 (três) de seus membros e deliberará por maioria simples.

Art. 16 - Compete à Diretoria:

I - Administrar a Associação, zelando por seus bens e interesses, cumprindo e fazendo cumprir as decisões das Assembleias Gerais bem como os dispositivos contidos neste Estatuto e em regulamentos internos da AFEFLISE;

Valéria de Santa Luzia
Francisca de J. S. Conceição
Marcilina de Cruz Oliveira Conceição
Francisca de Santa Luzia
Flávia Lires de Araújo

Rubeleia Alves de Araújo, Valéria Nascimento do Santo

REGISTRADO

Evelyn Cristina M. Machado
 Escrivente Autorizada
 Cartório de Títulos e Documentos e
 Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

- II - Apresentar à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em março de cada ano, proposta de orçamento para o exercício futuro, em que serão fixados os valores de joia, mensalidades a serem cobrados dos associados;
- III - Autorizar a realização de despesas inerentes à administração da Associação, de valor superior a 10 (dez) vezes o salário-mínimo vigente no país;
- IV - Submeter à apreciação do Conselho Fiscal os balancetes anuais, com suas demonstrações contábeis, até o dia 15 (quinze) de fevereiro do exercício seguinte.
- V - Propor à Assembleia Geral a reforma deste Estatuto e das normas internas da Associação;
- VI - Divulgar as atividades da Associação e os atos e resoluções de seus poderes;
- VII - Fixar o número dos empregados necessários à administração da AFEFLISE, bem como seus salários e suas atribuições;
- VIII - Deferir os processos de admissão de novos associados, e readmitir e punir os faltosos;
- IX - Criar comissões ou grupos de trabalho para a realização de tarefas julgadas necessárias;
- X - Contratar empresas, especializadas ou autônomos, para a prestação de serviços de interesse da Associação e da categoria;
- XI - Entregar de imediato toda correspondência destinada a Bancas e Box;
- XII - Convocar a Assembleia Geral, em caráter extraordinário, conforme preceitua o Art. 9º, item V.

Art. 17 - Ao Presidente da Associação compete:

- I - Representar a Associação em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como em todos os atos que se fizerem necessários;
- II - Cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral e da Diretoria;
- III - Convocar, de ofício ou a requerimento, as Assembleias Gerais, e presidir os seus trabalhos, salvo nos casos previstos neste Estatuto;
- IV - Presidir as reuniões da Diretoria, com direito a voto de qualidade;
- V - Abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, autorizar a emissão de ordens bancárias e outros títulos congêneres, assinar contratos e convênios Federais, Estaduais e Municipais, tudo em conjunto com o Diretor Administrativo-financeiro;
- VI - Autorizar despesas até o limite decidido em Assembleia;
- VII - Assinar em conjunto com o Diretor Administrativo- Financeiro as Carteiras e os Títulos dos Associados;
- VIII - Admitir e demitir empregados.

Art. 18 - Compete ao Vice-Presidente:

Meliane de Souza *Juliana de J. S. Gonçalves* *Marciana da Cruz Oliveira*
Franca José de Sousa, Flávia Pires de Araújo

Delega. Valdeirino Nascimento do Sando
Rudalva José da

REGISTRADO

E.M.
Evelyn Cristine M. Machado
Escritoriente Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

- I - Auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições;
- II - Substituir o Presidente em seus impedimentos e o suceder em caso de vacância.

Art. 19 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- I - Substituir o presidente/vice-presidente em suas ausências e/ou impedimentos.

- II - Arrecadar as receitas e pagar as despesas, devidamente autorizada e ter sob sua guarda a responsabilidade o numerário em caixa, talões de cheques e outros documentos referentes ao movimento financeiro da AFEFLISE;
- III - Assinar em conjunto com o Presidente, de acordo com seu limite de alçada, cheques, ordens de crédito e bancárias, fichas e documentos de caixa;
- IV - Controlar os saldos bancários e comprovantes das receitas e despesas, bem como manter em dia a escrituração contábil do ativo e passivo da Associação;
- V - Elaborar e apresentar trimestralmente relatórios sobre a situação patrimonial da Associação;
- VI - Levantar o balanço anual com as respectivas demonstrações contábeis para apreciação da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em março de cada ano.
- VII - Coordenar as ações que se relacionem com as atividades comerciais e mercadológicas da Associação;
- VIII - Coordenar as atividades comerciais da Feira, oferecendo subsídios que possam incrementar o seu movimento comercial;
- IX - Apresentar à Diretoria sugestões para a implementação de campanhas destinadas a melhorar e ampliar o campo de ação da AFEFLISE.
- X - Colaborar com o presidente para a consecução dos objetivos da entidade;

Art. 20 - Compete ao Secretário:

- I - Preencher Atas da AFEFLISE e encarregar-se da Coordenação e Execução dos trabalhos da Secretaria;
- II - Providenciar o registro de empregados e o manter atualizado, bem como a confecção de folha de pagamento e de guias de recolhimento de impostos, taxas e obrigações sociais;
- III - Incumbir-se da guarda de documentos, correspondências, livros de registros da Associação.

Art. 21 - Perderá o mandato o membro da Diretoria que faltar, sem motivo justo, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, ou se afastar do cargo por prazo superior a 03 (três) meses, ainda que por motivo justificado.

Neliane de Brito
Francisca L. das A.
Antônia Pereira
Francisca L. das A. Antônia Pereira
Francisca L. das A. Antônia Pereira

A Augusto Valdeirino Nascimento do Santo

REGISTRADO

Escrevente Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo Est...

Parágrafo Único - Ocorrendo o disposto neste artigo, a Diretoria deverá reunir-se dentro de prazo máximo de 30 (trinta) dias para declarar a vacância, observado os seguintes critérios de substituição:

- a) no caso da vacância do cargo de Presidente, assumirá em definitivo o Vice-Presidente, ficando o cargo deste considerado vago;
- b) no caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice, assumirá o Diretor Administrativo-Financeiro que deverá convocar eleição de nova diretoria, para concluir o mandato;
- c) no caso de vacância de cargo de secretário e Diretor Administrativo-financeiro, o presidente deverá nomear novos membros da diretoria executiva no prazo de 30 dias; e
- d) no caso de vacância da maioria da Diretoria, o conselho fiscal deverá convocar nova eleição para concluir o mandato.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 22 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes.

Art. 23 - A eleição do Conselho Fiscal ocorrerá simultaneamente com a Diretoria, porém com desvinculação das chapas concorrentes, sendo obrigatória a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros efetivos.

§1º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal elegerão entre si o seu Presidente.

§ 2º - Perderá o mandato o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas durante sua gestão.

§ 3º - Competirá ao próprio Conselho Fiscal definir os critérios de indicação de suplentes para substituição ou sucessão dos membros efetivos.

Art. 24 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Acompanhar e fiscalizar a gestão econômico-financeira da Associação;
- II - Examinar os livros e documentos da AFEFLISE e colher dados indispensáveis ao desempenho de suas funções;
- III - Convocar, em caso de dúvida, qualquer membro da Diretoria para prestar esclarecimentos sobre assuntos concernentes às funções do Conselho;
- IV - Prestar informações e esclarecimentos à Diretoria, quando solicitado;
- V - Examinar, nas épocas oportunas, os relatórios da Diretoria, pertinentes aos exercícios financeiros, ordinariamente ou não, emitindo os respectivos pareceres;

Fidelidade Chris de Azevedo, Valéria Nascimento dos Santos

Nelice de Santana
Julzete de J. S. Gonçalves
Marciana da Cruz Oliveira
Tramita co 1021 e 1022 Marcia Pires de Araujo

REGISTRADO

Escrevente Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

- VI - Examinar os balancetes mensais e balanço anual, com suas demonstrações contábeis, pronunciando-se sobre a correção dos dados apresentados e manifestando-se sobre a aprovação ou não das peças contábeis; e
- VII - Convocar a Assembleia Geral, em caráter extraordinário, de acordo com o que preceitua o Art. 9º, item V.

CAPÍTULO IV

DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL

Art. 25 - A convocação da Assembleia para eleição será feita, conforme preceitua o Artigo 9º incisos IV e V, mediante distribuição de edital de forma protocolada, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 26 - O processo eleitoral será dirigido por uma Comissão de Eleição, composta de 03 (três) membros, escolhidos entre os associados que estejam em pleno gozo de seus direitos e não façam parte de qualquer das chapas concorrentes.

§ 1º - A indicação dos membros da Comissão de Eleição será feita pelo Presidente e referendada pelos representantes das chapas concorrentes.

§ 2º - Os membros assim escolhidos elegerão entre si um associado para ser o Coordenador da Comissão de Eleição, que presidirá a Assembleia Geral.

Art. 27 - O registro das chapas se fará mediante pedido escrito, assinado por todos os seus membros e dirigido à Diretoria, contendo os nomes dos postulantes e dos cargos postulados, respectivamente, não sendo permitida a vinculação entre chapas que disputem os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§ 1º - O prazo para registro as chapas será de até 15 (quinze) dias após a data da publicação do Edital, a que se refere o Art. 26º deste Estatuto.

§ 2º - As chapas concorrentes serão registradas em livro próprio, que ficará sob a guarda do Vice-Presidente.

§ 3º - Não poderão concorrer aos cargos, tanto da Diretoria, quanto do Conselho Fiscal, os candidatos que tiverem sido condenados em processo judicial transitado em julgado ou antecedentes criminais constando cometimento de crimes ou desrespeito aos direitos humanos.

§ 4º - O associado não poderá concorrer, em mais de uma chapa a cargos iguais ou diferentes.

§ 5º - É permitida a reeleição do Presidente, mas apenas por um mandato.

Handwritten signatures and notes:
 Nelson de Santana
 Julguito de J. S. Gonçalves
 Marilene da Cruz Oliveira Gonçalves
 Mariana Pires de Melo
 Fernando da Silva
 A
 F

Vertical handwritten note: Rubalva Cruz de Azevedo, Valdeia Nascimento do Santo

REGISTRADO

Evelyn
 Evelyn Cristine M. Machado
 Escrevente Autorizada
 Cartório de Títulos e Documentos e
 Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

Art. 28 - A votação para a eleição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal far-se-á por meio de cédulas apropriadas, rubricadas pelos membros da Comissão de Eleição.

Parágrafo Único - Essas cédulas conterão, separadamente, os nomes dos candidatos e suplentes aos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 29 - Poderá votar o associado que estiver em pleno gozo de seus direitos sociais ou, que não conste débitos relacionados a sua banca ou Box.

Art. 30 - A apuração dos votos será feita imediatamente após ser encerrada a eleição, por 03 (três) escrutinadores indicados pela Assembleia, não podendo recair a indicação sobre os candidatos ou membros da Comissão de Eleição.

§ 1º - Após a apuração dos votos será feita a proclamação dos eleitos e dada posse aos mesmos no período de 30 (trinta dias).

§ 2º - Ocorrendo empate na primeira votação, o Presidente da Associação convocará, de imediato, uma nova eleição, a realizar-se 10 (dez) dias depois.

§ 3º - As dúvidas surgidas durante o processo eleitoral serão dirimidas pela Comissão de Eleição, ficando suas decisões sujeitas a recurso junto à Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

DOS ASSOCIADOS, COMO SE ASSOCIAR, DIREITOS E DEVERES

Art. 31 - A AFEFLISE é constituída por associados distribuídos em 4 (quatro) categorias:

I. Fundadores: Associados presentes a assembleia geral de constituição da organização, que assinaram a lista de presença;

II. Efetivos: Associados que preencham os requisitos do estatuto;

III. Honorários: Pessoas que prestam serviços à entidade ou que possuem ações relevantes em relação a Feira Livre de Santo Estêvão, não implicando essa condição na outorga de direitos, vantagens ou deveres.

IV. Sócio in memoriam: o sócio efetivo permanecerá com seu nome no livro de sócios mesmo ao seu falecimento como homenagem por ter participado da AFEFLISE.

§1º - A qualidade de associado é intransmissível;

§2º - As pessoas associadas Fundadoras e Efetivas terão voz e voto nas Assembleias Gerais e poderão ser eleitas para os cargos administrativos da entidade, desde que estejam adimplentes para com a associação.

Art. 32 - Para se associar a AFEFLISE será necessária solicitação junto a presidência, sendo avalizado por dois associados e seu ingresso será mediante aprovação da maioria simples dos

de acordo com o estatuto de J. P. Gonçalves, Presidente da Associação
Marcelina da Cruz Oliveira
Presidente

Região de Desenvolvimento do Santo
de São João
de São João
de São João

REGISTRADO

Ely
Évelyn Cristine M. Machado
Escritora Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo André

membros da diretoria da entidade.

Art. 33 - Perde a condição de associada:

I. A pedido: a pessoa associada que requer o desligamento à Diretoria Executiva por escrito ou presencialmente em Assembleia;

II. Por exclusão: Decidido em Assembleia Geral, em decorrência de justa causa ou ato ou situação provocada pela associada que provoque prejuízo moral ou material para a OSC.

§ 1º Com o objetivo de manter a ordem, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos, e fazer cumprir os atos legalmente expedidos pelos Órgãos ou representantes do Poder Público, a AFEFLISE poderá aplicar aos seus filiados, garantindo a todos o direito a ampla defesa e contraditório, sem prejuízo das sanções de competência da Justiça Comum, as seguintes penalidades: advertência, censura escrita e multa, suspensão, desfiliação ou desvinculação.

§ 2º O regime geral prescreverá o processo de aplicação e graduação das penalidades, respeitados os atos vigentes emanados pelas respectivas autoridades, a competência da Justiça Desportiva e as disposições deste Estatuto.

Art. 34 - São direitos dos associados efetivos:

I. Votar e ser votados para cargos eletivos, no caso das Fundadores ou Efetivos;

II. Gozar de todos os benefícios e prerrogativas que são atribuídas por lei;

III. Participar de todas as Assembleias, propondo, discutindo assuntos relevantes, visando o bom andamento da OSC.

IV. Requerer convocação de Assembleia Geral com no mínimo 1/5 de associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

V. Participar livremente de todas as atividades que se enquadram no âmbito e propósito desta OSC.

VI. Desligar-se da associação, na forma deste estatuto.

Art. 35 - São deveres dos associados:

I. Cumprir e zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos, portarias, e resoluções enumeradas das autoridades constituídas e dos dispositivos deste Estatuto;

II. Cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da OSC.

III. Acatar as decisões da presidência.

IV. Promover os princípios inerentes a esta entidade, cultivar a ética e o espírito de solidariedade entre os integrantes da associação, bem como entre os associados e toda a

Redação Base de Artigo, Valdeirio Nascimento do Santo

A

Valdeirio do Santo
Maristina da Luz Dillia Bonfácio
Francisco Luiz de Jesus

REGISTRADO

E.M.
 Evelyn Cristine M. Machado
 Escrevente Autorizada
 Cartório de Títulos e Documentos e
 Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

sociedade.

- V. Manter sempre atualizada a sua documentação e dados pessoais.
- VI. Desempenhar com ética e desprendimento as funções para as quais seja designado.
- VII. É obrigação do Associado manter seu espaço limpo e higienizado.

Parágrafo único - O associado que deixar de comparecer a três reuniões sucessivas, sem motivo justificado, poderá ter seus direitos sociais suspensos por 90 (noventa) dias.

Art. 36 - A inscrição poderá ser cancelada por decisão da Assembleia Geral, quando o associado praticar atos contrários as Leis vigentes ou dilapidar o patrimônio do AFEFLISE - nesta última hipótese a falta será apurada mediante processo regular, garantindo os direitos de defesa.

Art. 37 - O associado que infringir qualquer disposição deste Estatuto e das normas da AFEFLISE fica sujeito às seguintes penalidades, assegurado em todos os casos o direito de defesa:

- I - NOTIFICAÇÃO ou ADVERTÊNCIA, por escrito;
- II - SUSPENSÃO, por até 15 (quinze) dias;
- III - CASSAÇÃO E EXCLUSÃO do quadro social;
- IV - PERDA DO MANDATO, se membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

§ 1º - Nos casos tipificados pelos incisos acima, após a decisão, a Diretoria comunicará por escrito, ao associado à pena que lhe foi imposta.

§ 2º - Estará sujeito à pena de cassação e exclusão nos seguintes casos:

- a) o associado que deixar de efetuar o pagamento da mensalidade por 03 (três) meses, consecutivos ou alternados;
- b) ter sido suspenso por três vezes, no período de um ano;
- c) deixar de comparecer à feira por 5 (cinco) vezes consecutivas ou 10 (dez) alternadas, no decorrer de 30 (trinta) dias, sem motivo justificado, quando tiver barracas ou Box.

§ 3º - O Associado poderá ser cassado e excluído, mediante processo regular, nos seguintes casos:

- a) praticar atitude atentatória ao conceito da Associação ou agressão física aos membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal, associados e empregados da Associação;
- b) causar dano material à Associação e não ressarcir os prejuízos no prazo fixado pela Diretoria;
- c) improbidade;

d) perder a condição de proprietário de banca ou Box na Feira Livre de Santo Estêvão.

Meliane de Santos
Francisco de Azevedo
Monica da Cruz
Francisco de Azevedo
Cláudia Bonfatti
Francisco de Azevedo

Relatório Mensal do Movimento do Santo

A.

⊕

REGISTRADO

E.M.
Evelyn Cristine M. Machado
Escrivente Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

Art. 38 - As penalidades serão aplicadas:

- I - NOTIFICAÇÃO OU ADVERTENCIA - Pelo Presidente da Associação;
- II - MULTA ou SUSPENSÃO - Pela Diretoria;
- III - PERDA DO MANDATO, CASSAÇÃO ou EXCLUSÃO - Pela Diretoria, com referendo da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO, E EXERCÍCIO FINANCEIRO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 39 - O patrimônio e a receita do AFEFLISE serão constituídos por:

- I. Bens moveis, imóveis, direitos, valores, títulos, legados, herança jacente, auxílios e créditos, adquiridos ou recebidos de forma. Legalmente admitida;
- II. Doações e dotações e contribuições das suas associadas, de pessoas físicas ou jurídicas, de organismos internacionais, de entidades governamentais, de organizações da sociedade civil, de empresas e atores da iniciativa privada, nacionais ou estrangeiros;
- III. Contribuições e valores recebidos em razão de eventos, projetos, pesquisas, cursos, concursos, oficinas, seminários, congressos, shows, comercialização de produtos, publicação de livros, artigos e congêneres;
- IV. Valores, patrocínios ou auxílios diversos recebidos em razão. De prestação de serviços, convênios, consultorias, contratos, termos de fomento ou colaboração, parcerias, projetos, pesquisas e programas socioeducativos junto a pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais e internacionais.
- V. Juros e dividendos decorrentes de aplicações financeiras.
- VI. Subvenções oriundas dos Poderes Públicos federal, estaduais e municipais;
- VII. Rendas eventuais ou provimentos decorrentes de seus bens e pelos rendimentos auferidos de explorações de bens sob sua administração.

Parágrafo único: As atividades de prestação de serviços, comercialização de produtos ou congêneres, eventualmente realizadas pela AFEFLISE, são meios para a manutenção de consecução das finalidades estatutárias.

Art. 40 - A AFEFLISE aplica integralmente todos os recursos e eventuais resultados operacionais. No desenvolvimento dos objetivos institucionais e na realização de seus fins estatutários.

Art. 41 - Fica vedada a distribuição entre as associadas, conselheiras, coordenadoras, empregadas, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, bonificações, excedentes

Feliana de Souza
Julzinta de J. S. Bonfim
Maridina da Cruz Oliveira
Francisco José de Almeida
Flávia Pires de Araújo

Publiquei em 09 de Agosto de 2014 no Livro de Registro de Santo Estêvão

REGISTRADO

Evelyn Cristina...
Evelyn Cristina...
Escrivente Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos
Pessoas Jurídicas de São Paulo

operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações, ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Parágrafo único: A AFEFLISE poderá remunerar integrantes do seu corpo associativo que atuem efetivamente prestando-lhe serviços específicos, respeitando-se os valores e práticas vigentes na região onde exerce sua função.

Art. 42 - A alienação de bens patrimoniais poderá ser feita pela Direção Executiva após aprovação em Assembleia Geral, no caso de bens imóveis.

Art. 43 - A AFEFLISE poderá abrir contas e fazer operações bancárias e financeiras de qualquer natureza, desde que haja assinatura do (a) Presidente e do (a) Diretor (a) Administrativo-financeiro (a).

Art. 44 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de Janeiro, e terminando em 31 de dezembro de cada ano e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

I. Os elementos constituídos de ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados nos livros próprios e comprovados por documentos mantidos em arquivos, observados as disposições da legislação em vigor.

II. Os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento.

III. Todas as receitas e despesas estão sujeitas os comprovantes de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

IV. O balanço geral de cada exercício, acompanhado da demonstração dos lucros e das perdas, discriminará os resultados das contas patrimoniais, financeiras e orçamentárias.

V. A AFEFLISE poderá constituir um fundo especial para assistência aos associados através de bolsa esportiva.

Parágrafo único - A obtenção dos recursos, sua fixação e destinação serão determinadas em Assembleia Geral com fulcro neste estatuto e legislação vigente.

Art. 45 - São despesas da Associação os gastos compatíveis com os seus fins específicos, devidamente autorizados.

Neliane de Santare Bene

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Valzquita de J. S. Banciã
Marcelina da Cruz Oliveira Gonçalves
Francisco José de A. Silva, Maria Lúcia de Jesus

Richarda F. No. St. Augusto, Valdecia Nascimento do Santos

REGISTRADO

Everton Cristine M. Machado
Escritor Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

Art. 46 - Este estatuto somente poderá ser alterado, por Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, com quórum nunca inferior a 50% (cinquenta por cento) dos associados, em pleno gozo dos seus direitos, com deliberação favorável de 2/3 (dois terços).

Art. 47 - Os serviços administrativos ou de outra espécie, necessários ao perfeito funcionamento da AFEFLISE, serão executados por pessoal contratado pela Diretoria ou através de contratos ou convênios.

Art. 48 - Os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal poderão ser remunerados a critério da Assembleia Geral.

Art. 49 - É terminantemente vedado aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, pessoalmente ou conjuntamente, assumirem responsabilidade de favor em nome da Associação.

Art. 50 - A AFEFLISE defende o estado democrático de direito e respeita toda ideologia política que não infrinja os Direitos humanos e legislação vigente nem admite qualquer forma de preconceito, seja em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, identidade de gênero, nacionalidade ou demais.

Art. 51 - A AFEFLISE tem personalidade e patrimônio distinto das suas associadas, os quais não respondem solidaria e/ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas expressa ou tacitamente por suas representantes em nome da OSC.

Parágrafo único: É vedada a distribuição, entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social. Art. 2, I, a; e Art. 34, III;

Art. 52 - No caso de dissolução da AFEFLISE o respectivo patrimônio líquido remanescente deverá ser transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza, que apresente regularidade jurídica e cujo objeto associativo seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta, a critério da Assembleia Geral.

Art. 53 - Os casos omissos que serão resolvidos pela Diretoria Executiva, ressalvando o direito de recurso a Assembleia Geral.

Art. 54 - Fica eleito o foro da cidade de Santo Estêvão, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir ação ou dúvida que, direta ou indiretamente, decorra do presente Estatuto.

Art. 55 - Este Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação em Assembleia Geral, e consequentemente publicação em veículo de comunicação escrita e regional.

Rebecca Cruz de Azevedo Valdivia Nascimento do Sandy
Rebecca Cruz de Azevedo Valdivia Nascimento do Sandy
 Valdivia Nascimento do Sandy
 Rebeca Cruz de Azevedo Valdivia Nascimento do Sandy
 Rebeca Cruz de Azevedo Valdivia Nascimento do Sandy
 Rebeca Cruz de Azevedo Valdivia Nascimento do Sandy

**CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 56 - As despesas de custeio serão rateadas proporcionalmente ao espaço ocupado por cada associado.

Art. 57 - O Regimento Interno será criado oportunamente, mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTEVÃO

Santo Estêvão - BA, em 06 de março de 2025

REGISTRADO

E.M.
Evelyn Cristine M. Machado
Escritora Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

A

Secretário da Assembleia

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS DA COMARCA DE SANTO ESTEVÃO
PROTÓCOLO Nº 1223
LIVRO 2 FOLHA 118
Nº DE ORDEM 1451
LIVRO A-36 FOLHA 6127
SANTO ESTEVÃO 06 DE 03 DE 2025

Ridalva Gus de Jesus

Presidente

P.O.
D^o Pitágora Oliveira dos Santos
Advogado
OAB-BA 53510

Neliene de Santos Almeida Advogada OAB nº
Delzuita de J. S. Conceição
Marcelina da Cruz Oliveira Benício
Fernanda de Jesus de Almeida
Cláudio Pinheiro
Tranço

Ridalva Gus de Jesus validada no registro do Santo

ANEXO C. ATA DA ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA AFEFLISE

REGISTRADO



AFEFLISE
ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO

Evelyn Cristine M. Machado
Escritora Autorizada
Cartório de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO
FUNDADA EM 06 DE MARÇO DE 2025
Rua Professora Georgina Marques Santos, nº 76, Centro
Santo Estêvão, CEP: 44190-000

ATA DA ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO
ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO

Aos 06 dias do mês de março do ano de 2025, às 16:00 horas, reuniram-se, no endereço Rua Prof. Estêvão Moura, 51, Santo Estêvão - BA, 44190-000, as pessoas relacionadas abaixo, com o propósito de constituírem uma Associação Civil sem fins lucrativos, a Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão, que também será designada por AFEFLISE. Os presentes à Assembleia indicaram para presidir os trabalhos Ana Cláudia Moura Teixeira Guerra e para secretariar Ariane Moura Teixeira. A Presidente desta assembleia de fundação e eleição, a Sra. Ana Cláudia Moura Teixeira Guerra a declarou abertos os trabalhos relembrando que a Feira Livre da Cidade de Santo Estêvão é elemento social, econômico e cultural de onde parte o desenvolvimento do municípios. Ressalta que seu pai Antonio Bispo Teixeira (in memoriam) era produtor rural, produtor de farinha de mandioca e outros itens da agricultura familiar, e que o mesmo ia a feira vender sua produção de farinha na feira livre do município de Santo Estêvão e agradece a oportunidade de dar seguimento a história de valorização e reconhecimento da Feira Live, nesse contexto, expõe a importância da Feira Livre enquanto objeto de pesquisa, dentro de sua pesquisa no Mestrado em Desenho cultura e interatividade – UEFS, e nos informa que é dever de sua pesquisa contribuir com o conhecimento e o reconhecimento de sentidos que sustentam uma identidade cultural urbana, enraizada tanto no presente quanto no passado e projetada para o futuro, uma feira livre representa e identifica a população de Santo Estêvão” sendo o maior patrimônio histórico cultural: material e imaterial que faz movimentar o dinheiro e é a principal fonte de escoamento da agricultura familiar local. A história do município está

Rua Professora Georgina Marques Santos, nº 76, Centro, CEP: 44190-000, - Santo Estêvão,

Evângela Cristina M. Machado
 Escrivente Autorizada
 Conselho Notarial e
 Pessoas Jurídicas de Santo Estêvão

intimamente ligada à feira livre, considerou ainda em sua fala que a feira tem se configurado como uma importante manifestação cultural e reunião entre pessoas da cidade de Santo Estêvão e cidades circunvizinhas que sempre a frequentaram, valorizando seus produtos e enriquecendo a economia local. Ridalva, feirante do ramo de vestuário e tecidos, na Feira Livre fala que a sociedade que compõe os feirantes da nossa cidade dá mais um passo rumo ao seu desenvolvimento e expansão, juntamente com a Feira Livre, que se tornará pessoa jurídica que defende os interesses de todos os feirantes associados. A presidente desta assembleia de fundação e eleição em que participam tantas pessoas com mesmo propósito e interesse comum, que de forma coletiva passa a se chamar Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão, visa proteger juridicamente os feirantes e a própria Feira livre, além de viabilizar a promoção de ações para melhorias no cotidiano dos feirantes, visando o desenvolvimento cultural e social local, que após eleição e posse dos seus membros será registrada juridicamente, garantindo ainda mais estrutura, apoio e oportunidades para os feirantes e para a comunidade que em qualquer nível participa, seja enquanto produtor/fornecedor, feirantes, consumidores, bem como pessoas que apreciam a feira livre, seja como objeto de estudo acadêmico, seja como potencializador das manifestações. Todos os presentes emocionados, aplaudiram as falas proferidas, a presidente interina agradeceu e em seguida apresentou a pauta de reunião, contendo os seguintes assuntos:

REGISTRADO

- I. CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE SANTO ESTÊVÃO;
- II. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ORGANIZAÇÃO;
- III. ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL

Todos os presentes celebraram a constituição Associação dos Feirantes da Feira Livre de Santo Estêvão, ora também denominada AFEFLISE e passaram a discussão do estatuto. Após deliberação, **o estatuto foi aprovado por unanimidade** com a redação que seguirá anexa a esta ata. Em seguida, foi realizada a eleição dos associados para composição da **DIRETORIA EXECUTIVA e foram eleitos e tomaram posse** a Sra. Ridalva Pires de Araujo, brasileira, casada, feirante, nascida em 06 de janeiro de 1956,